

Aline de Souza Souto

ASSALARIADAS NOS CANAVIAIS

ASSALARIADAS NOS CANAVIAIS:

Condições de vida e de trabalho das
trabalhadoras nas plantações de
cana-de-açúcar de Escada-PE

Aline de Souza Souto

ASSALARIADAS NOS CANAVIAIS:

Condições de vida e de trabalho das
trabalhadoras nas plantações de
cana-de-açúcar de Escada-PE

Editora
Universitária  UFPE

Recife, 2018

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretor da Editora: Prof. Lourival Holanda

Editora associada à



Comissão Editorial

Presidente: Prof. Lourival Holanda

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covaleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Rogério Luiz Covaleski e Silvia Helena Lima Schwamborn

Catálogo na fonte

Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

D441 Souto, Aline de Souza.

Assalariadas nos canaviais [recurso eletrônico] : condições de vida e de trabalho das trabalhadoras nas plantações de cana-de-açúcar de Escada-PE / Aline de Souza Souto. – Recife : Ed. UFPE, 2018.
(Coleção Novos Talentos)

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0989-3 (online)

1. Trabalhadoras rurais – Brasil. 2. Trabalhadores da agroindústria açucareira – Pernambuco. 3. Usinas de açúcar – História – Brasil. 4. Qualidade de vida no trabalho I. Título. II. Coleção.

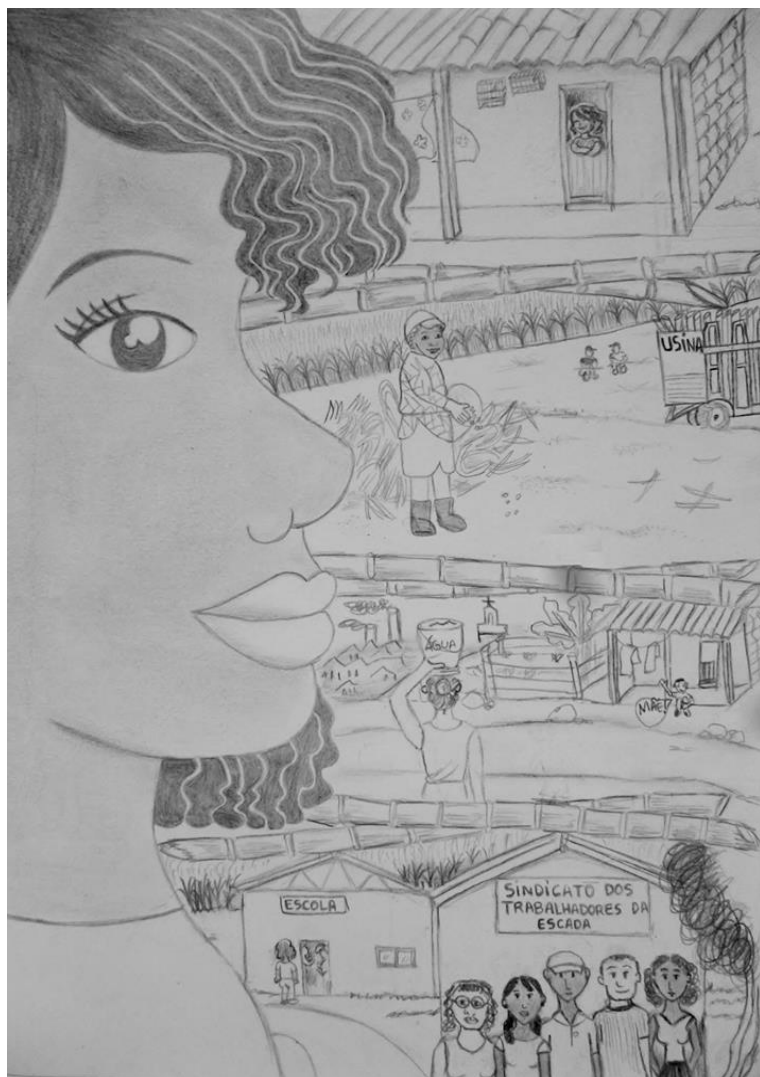
331.7630981

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2020-087)

Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.





*Às Trabalhadoras,
Que semeiam na terra a
Cana que produz açúcar,
Doce em seu sabor,
Amargo no labor.*

“A história é um profeta com o olhar voltado
para trás: pelo que foi e contra o que foi
anuncia o que será”. Eduardo Galeano, *As
veias abertas da América Latina*, 1982.

AGRADECIMENTOS

Esse é um estudo que me torna devedora de agradecimentos àqueles que me acompanharam durante a realização deste trabalho, e ao longo da minha vida, meus pais, Valmira e Mario Souto Filho, aos quais agradeço pela colaboração, dada pelo incentivo a leitura.

Ao meu irmão, *Nilson de S. Souto*, por todas as gargalhadas que me arrancou, inclusive nos momentos em que eu escrevia. E ao meu amigo, confidente e companheiro, sobretudo nas horas felizes e difíceis da vida acadêmica e pessoal, *Rodrigo Silva*. A vocês dois, *Nilson e Rodrigo*, devo inclusive um agradecimento especial por ter sido os melhores guias pelos “engenhos escadenses”. Sem vocês talvez não conseguisse alcançar as páginas que seguem.

De um modo muito especial agradeço à orientadora Prof^a. Dra. *Rosa Maria Cortês de Lima*, pela paciência, disponibilidade, confiança e respeito que sempre dispensou aos estudantes.

Ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Escada, na pessoa da trabalhadora e presidente em exercício quando da realização das observações de campo, Rejane Maria da Silva. Muito obrigada pelas explicações, pelo cuidado e pela paciência para com a curiosidade de uma estudante.

PREFÁCIO

Rosa Maria Cortês de Lima

Professora Adjunto Departamento de Serviço Social-UFPE

O estudo aqui reunido: “ASSALARIADAS NOS CANAVIAIS: Condições de vida e de trabalho das trabalhadoras nas plantações de cana-de-açúcar de Escada-PE” é fruto de pesquisa e investigação empreendida por Aline de Souza Souto para a construção do Trabalho de Conclusão (TCC), do Curso de Graduação de Serviço Social-UFPE, no período 2012.2. Esse estudo tem sustentação em informações de base teórico-metodológica, além de assentar-se em dados empíricos que propiciam a autora estabelecer o movimento explicativo da realidade das mulheres assalariadas dos canaviais no município de Escada-PE.

Refere a autora a três premissas que norteiam a construção analítica do seu estudo. A primeira indica que “através do trabalho os homens se tornam diferentes da natureza, se constroem como ser social e se reproduzem socialmente”, assim a divisão sexual do trabalho situa-se no âmbito de “determinações conjunturais e histórica”, ampliando-se para determinações estruturais; a segunda premissa, na perspectiva da autora, “refere-se às particularidades da exploração do trabalho de outrem, no Brasil”, no curso de sua formação histórica, social, econômica e cultural; na terceira premissa admite que “na produção sucroalcooleira mundial existem processos complexos e heterogêneos entre aqueles/as que trabalham nas plantações de cana-de-açúcar”. E nesse espaço sobressaem as condições de vida e trabalho no setor sucroenergético, do território onde empreende a investigação, que, no início do século XX expõem “uma divisão sexual do trabalho”. Tal divisão, entendi Aline, possibilita examinar “as mediações entre os fenômenos que sua realidade revela e a

totalidade das relações de trabalho das mulheres no meio rural e na sociedade capitalista”.

Seguindo o caminho para a construção do conhecimento Aline busca analisar as condições de vida e de trabalho das assalariadas nas plantações de cana-de-açúcar no município de Escada-PE, como objetivo central a ser alcançado, mas atenta às particularidades necessárias para apreender as determinações que envolvem as “condições do trabalho rural e no trabalho da mulher na área canavieira”, no sentido de identificar como se expressa a questão social, assim como, perceber as formas pelas quais o Estado responde ou não a tais questões no território delimitado.

Ainda a autora formula como hipótese “que a precarização do trabalho da mulher, suas condições de vida e trabalho, são históricas e que só poderão ser analisadas a partir da análise das relações sociais e das estratégias de manutenção do capitalismo”. O percurso seguido na busca dos objetivos e teste da hipótese traduz uma vigorosa trajetória de estudo e pesquisa alicerçada em fontes diversas, entre elas palmilhando os dados da realidade concreta vivida pelas mulheres assalariadas da cana-de-açúcar no município escadense.

A produção da autora apresenta relevância no que concerne ao conteúdo examinado e referente à questão da mulher assalariada nessa atividade produtiva. Estabelece recortes no tempo histórico da formação social brasileira, para com referência nessas informações angariar elementos capazes de identificar e mostrar, nesses tempos, realidades expressas e vividas pelas mulheres assalariadas dos canaviais e persistentes nos dias atuais.

A temática abordada insere-se no contexto da contemporaneidade ao discutir a questão das mulheres e de suas condições de vidas enquanto trabalhadoras da cana-de-açúcar na Mata Sul pernambucana. Atividade essa que marcou a formação socioeconômica do Nordeste brasileiro e, de modo singular, em Pernambuco. Ao examinar a situação de assalariamento reaviva e sinaliza para diferentes lugares que a mulher ocupa na sociedade, indicativos de lutas cotidianas, que aparentemente tornam-se invisíveis, mas que este trabalho reacende e as tornam visíveis.

Aline encontra motivações para abraçar o objeto de estudo escolhido, em forma de lembranças que fazem coro com os percursos por ela vivenciados, desde a infância, quando em face da proximidade do lugar onde habitava, e por

onde passava no caminho para a escola, chamava-lhe a atenção, pois via, ouvia e, desse modo, partilhava os cânticos das assalariadas do canavial no cotidiano de sua labuta diária. Lembranças perpassadas de elementos que, já nos bancos da Universidade buscou, a autora, compreender e, assim, brindar o leito com seus achados, agora no campo da produção do conhecimento científico.

Ademais, o estudo aponta para um campo rico de novas possibilidades para ampliar, aprofundar e suscitar outras fontes de conhecimento, bem como sinaliza para a compreensão analítica diversas a respeito da realidade abordada.

A investigação, portanto, enseja a curiosidade, na perspectiva indicada por Charles Wright Mills, na obra “A imaginação Sociológica”, curiosidade essa que pautou a autora ao abordar as condições de vida e de trabalho, os espaços de pobreza e desigualdade que marcam a situação das mulheres assalariadas dos canaviais.

Recife, junho de 2013.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
01 DA CHEGADA DOS EUROPEUS AO BRASIL IMPÉRIO: O TRABALHO ESCRAVO NAS PLANTAÇÕES E NOS ENGENHOS	20
1.1. A DIVISÃO EM CAPITANIAS, O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E A SUBNUTRIÇÃO DA COLÔNIA	25
1.2. A VIDA NOS ENGENHOS E A PRODUÇÃO AÇUCAREIRA NO BRASIL	29
1.3. A RESISTÊNCIA E A VIDA NOS QUILOMBOS	32
1.4. PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM CRISE E A DESCOBERTA DO OURO..	34
1.5. O RESSURGIMENTO DA AGRICULTURA E O FIM DA ERA COLONIAL.....	35
1.6. O BRASIL IMPÉRIO E A PERMANÊNCIA DA ESCRAVIDÃO.....	37
02 PROLETARIZAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL: DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA À MODERNIZAÇÃO NO CAMPO .	41
2.1. A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A PRIMEIRA REPÚBLICA.....	41
2.2. O PERÍODO DA MORADA E A MULHER.....	46
2.3. A PROLETARIZAÇÃO DE HOMENS E MULHERES E A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA TRABALHADOR/TRABALHADORA RURAL.....	48
2.4. A DITADURA MILITAR E O TRABALHO RURAL	59
2.5. A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	66
2.6. A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO FINAL DO SÉCULO XX E AS CONDIÇÕES DAS ASSALARIADAS RURAIS NO BRASIL.....	67

03	ASSALARIADAS NOS CANAVIAIS: CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO DAS MULHERES NOS CANAVIAIS DE ESCADA-PE, NO SÉCULO XXI	73
3.1	O TEMPO TRABALHADO E A REMUNERAÇÃO DA MULHER NOS CANAVIAIS.....	79
3.2	OS MATERIAIS UTILIZADOS E AS SUBSTÂNCIAS MANUSEADAS: CONDIÇÕES CONCRETAS DE TRABALHO E SEGURANÇA	85
3.3	COMO CHEGAM AO TRABALHO? MORADIA E DESLOCAMENTO DAS MULHERES ATÉ AS PLANTAÇÕES.....	90
3.4	O ACESSO À ESCOLA – O ANTES E O AGORA.....	95
3.5	OS DIREITOS DE SEGURIDADE SOCIAL PELAS TRABALHADORAS	97
3.6	CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL?	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS.....	115

INTRODUÇÃO

Este estudo monográfico surgiu a partir da elaboração do Projeto de Monografia intitulado: “Condições de vida e de trabalho das mulheres nos canaviais de Escada – PE”, pensado e desenvolvido durante a disciplina de Seminário de Monografia, ministrada pela Professora Doutora Rosa Maria Cortês de Lima, no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco.

O seu desenvolvimento, sob a orientação também realizada pela Doutora seguiu o rigor metodológico para o tipo de trabalho monográfico. As inúmeras ressalvas necessárias, correções e críticas realizadas fizeram do estudo “Assalariadas nos Canaviais: Condições de vida e de trabalho das trabalhadoras nas plantações de cana-de-açúcar de Escada – PE”, acessíveis aos discentes de graduação e capaz de indicar possibilidades e caminhos aos estudos nos Núcleos de Estudos e Pesquisas, ou nas Pós-graduações.

A permanência do trabalho diferenciado entre homens e mulheres, no trabalho secular nos engenhos e usinas de cana-de-açúcar confere atualidade à temática abordada. Os trechos das entrevistas fazem com que o/a leitor/a vá aos poucos adentrando e desvendando a realidade do território circundado pelas plantações de cana-de-açúcar. Uma realidade cheia de contradições e perpassada pela exploração-subordinação das trabalhadoras. As fotografias, clicadas pela própria autora, garantem ao trabalho ilustrações referentes aos assuntos abordados. Aos leitores e leitoras permitem a visualização das condições de vida e de trabalho das trabalhadoras e de locais históricos da cidade da Escada.

As origens se vinculam ainda à metodologia pensada para tal e a algumas *premissas* constatadas, justificadas e discutidas antes da estrutura monográfica que ele tem hoje, a saber.

A *primeira* é a de que, através do trabalho os homens se tornam diferentes da natureza, se constroem como ser social e se reproduzem socialmente. Como a sociedade não se reduz ao trabalho – apesar de sua centralidade –, podemos considerar que os elementos biológicos e culturais, que se entrelaçam aos sociais e econômicos produziram relações sociais de sexo-gênero. Com a emergência do capitalismo, essas desigualdades foram apropriadas em função da lógica do modo de produção, e a exploração-dominação do sexo-gênero, passou a incorporar a exploração do homem pelo homem. A divisão sexual do trabalho segue, pois determinações conjunturais e históricas e, segundo Carloto (2001), a assimetria nas relações de trabalho se manifestam não apenas na divisão de tarefas, mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina do trabalho.

A *segunda* refere-se às particularidades da exploração do trabalho de outrem no Brasil, ao longo de sua formação – histórica, social, econômica e cultural – marcada pela produção de gêneros exportáveis, entre eles a cana-de-açúcar. Após um longo período de escravidão, o proletariado rural passou a conviver com o trabalho precário, a divisão sexual e a permanência das desigualdades de gênero, foram apropriadas pelos empregadores para aumento dos lucros.

Nas plantações de cana-de-açúcar, no período da “morada”, situado entre a escravidão e o trabalho assalariado, por volta do século XIX a participação da mulher, no esforço produtivo, era exigida em função da necessidade de sustento da família. Com o aprofundamento da exploração do trabalhador rural, na primeira metade do século XX, e a predominância do assalariamento que transformou homens e mulheres em proletários “por inteiro”, já que passaram a receber tão somente seus salários e perderam o acesso à terra e aos meios de produção, mediante a expulsão das famílias das terras dos engenhos e usinas, a participação da mulher tornou-se fundamental para o sustento da família, porém a divisão sexual sustenta a partir de então, a divisão das funções e a diferenciação dos salários. As mulheres consideradas frágeis para o trabalho penoso e o esforço exigido nas ocupações, diante de suas responsabilidades no âmbito familiar, se ocupam das atividades *ditas leves*, ficando alijadas dos processos que dependem da intensidade do trabalho e por isso recebem menos que os homens.

E, a *terceira, e última premissa*: na produção sucroalcooleira mundial existem processos complexos e heterogêneos entre aqueles/as que trabalham nas plantações de cana-de-açúcar. Os direitos garantidos esbarram nas consequências do reordenamento do Estado e nas necessidades do capital, para a superação das crises cíclicas do modo de produção capitalista. Estes são processos que se vinculam a exploração-dominação da mulher nas relações de trabalho. As condições de vida e trabalho no setor sucroenergético pernambucano e escadense, revelam no presente século uma divisão sexual do trabalho e podem permitir a realização das devidas mediações entre os fenômenos que sua realidade revela e a totalidade das relações de trabalho das mulheres no meio rural e na sociedade capitalista.

Mediante as *premissas* expostas, o objetivo do estudo refere-se à pretensão em analisar as condições de vida e de trabalho das assalariadas nas plantações de cana-de-açúcar no município de Escada – PE e, mais especificamente, de compreender as determinações das condições do trabalho rural e no trabalho da mulher na área canavieira, identificando-se as expressões da questão social e as respostas do Estado a essas expressões, naquele município.

Partindo da hipótese de que a precarização do trabalho da mulher, suas condições de vida e trabalho, são históricas e que só poderão ser analisadas a partir da análise das relações sociais e das estratégias de manutenção do capitalismo, acreditou-se que para apreensão desta precarização no *rural* cabia o desafio de entender as complexas determinações entre trabalho, a proletarianização do/a trabalhador/a rural e as diferenciações de sexo-gênero, enquanto expressões da questão social.

A escolha do município fez-se mediante as observações da imagem da janela da autora, que a mesma vislumbrava e das residências de seus amigos/as quando crianças, no espaço urbano. Via-se e ouviam-se mulheres que cantavam enquanto trabalhavam, no sobe e desce das encostas cobertas de plantações de cana-de-açúcar. Nas idas e vindas da escola e nas viagens até a Universidade Federal de Pernambuco, as observações foram constantes e perpassadas pela indagação do como trabalhavam, sobre o que extrapolava aquela imagem, sobre suas vidas, seus direitos, suas condições de trabalho.

Ademais, de posse dos dados da pesquisa realizada pelo IBGE, sobre a Produção Agrícola Municipal em Escada – PE, que constatou que 384 mil tonela-

das de cana-de-açúcar foram produzidos no ano de 2010, tornou-se evidente que a produção resultante de lavouras permanentes durante o ano empregam as trabalhadoras nas mais diversas funções – adubação, corte, pulverização, e outras. Considerou-se que as condições de vida e de trabalho dessas trabalhadoras necessitam de investigação e produção do conhecimento.

Para que este conhecimento tivesse a validade exigida pela academia rechaçou-se muitas vezes a frieza dos dados estatísticos – tão necessários – sem abandonarmos, contudo, as datas históricas. A literatura e as referências bibliográficas utilizadas tornaram possível examinar *sinteticamente*, a histórica formação do Brasil, do Nordeste e de Pernambuco e das relações sociais que foram se estabelecendo nestes territórios, e aqui expressos no primeiro e segundo capítulos.

A visita à Prefeitura Municipal da Escada, à Biblioteca Municipal da Escada e ao Museu Cícero Dias, foram fundamentais para recompor a história da cidade. Compondo a metodologia também se realizou observações de campo e entrevistas com as trabalhadoras que possuem vínculo empregatício firmado na Carteira de Trabalho e Previdência Social, ou como elas preferem chamar, as *fichadas*. O acesso a parte dessas trabalhadoras foi feito por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Escada. A outra parte foi identificada e indicada para a entrevistadora, pelas próprias trabalhadoras, muitas delas já aposentadas e que conhecem aquelas que saem cedo para o trabalho na “cana”.

As trabalhadoras identificadas nas observações e convidadas a participarem do estudo, foram previamente informadas sobre a importância e o risco de possíveis constrangimentos, ao falarem sobre suas vidas a uma pessoa que não é de seu núcleo familiar. Algumas delas, por medo, receio, ou por não julgar importante a pesquisa manifestaram o desejo em “*não se envolver neste negócio*”, só para reproduzir a fala delas. Nesse caso, respeitaram-se suas decisões, deixando-se de entrevistá-las.

A repressão dos usineiros aos trabalhadores e trabalhadoras que podem retratar de alguma forma a exploração cotidiana ou a negação de direitos, já fez outrora, e parece ainda fazer parte, do conjunto das relações que se estabelecem entre “patrão” e empregados/as. Esta é uma interpretação registrada pela autora, decorrente da necessidade de pedir autorização ao responsável

pela terra, onde aconteceram as observações de campo para *falar* com as trabalhadoras, e da autorização se manifestar também para elas, que só falavam ao sinal positivo do representante da usina. Constatamos que posteriormente esses representantes se afastavam de nós, entrevistada e entrevistadora, deixando-nos “livre” de sua presença, pudemos agendar as entrevistas.

Entretanto, apesar desse fato complicador no acesso às entrevistadas, conseguiu-se quase que em surdina, agendar as entrevistas que aconteceram, todas para além dos canaviais, ou em suas residências. As residências visitadas variaram entre os espaços urbanos ou rurais fazendo-se necessário, por vezes, refazer os caminhos que as trabalhadoras rurais percorrem para chegarem ao espaço urbano, que por sua vez, congrega serviços essenciais à sobrevivência de suas famílias, como supermercados, padarias, hospitais, farmácias, escolas, entre outros.

Vale dizer que nas residências dessas mulheres a recepção é acolhedora – com o pouco que têm para oferecer em termos de recursos materiais, as trabalhadoras sempre têm muito para dar, a atenção, o carinho e, sobretudo, o respeito com que tratam as pessoas são indescritíveis e marcaram diferentes momentos dessa pesquisa.

Outrossim, convém falar no “riso” que vinha depois de perguntas constantes no roteiro utilizado para a entrevista. Jamais poderemos reproduzir em palavras soltas o que aqueles “risos”, das conversas sem o uso do gravador, representavam e que demonstrava o quão à vontade elas falam sobre seu trabalho e suas vidas.

Porém nem sempre foi esse “riso” uma constante. Repitam-se, eles vinham sempre após as perguntas elaboradas para este estudo quando da sua fase inicial. Seguindo a fala sobre as jornadas de trabalho, as condições de vida, os comentários finais, as mulheres que falaram da falta de acesso a direitos e desigualdades de gênero, insistem em continuar sorrindo, trabalhando, vivendo. O “riso” marca a face queimada pelo sol, e teima em aparecer sempre que afirmam gostar do trabalho amargo, às vezes divertido, e sempre gratificante e necessário.

As entrevistas semiestruturadas foram, por vezes interrompidas por filhos/as que brincavam ao redor, pela necessidade de amamentar suas crianças, e apenas uma vez, dentre as sete entrevistas realizadas, por um representante da

usina que apareceu na casa de uma trabalhadora ao saber pelo “*boca à boca*” da presença de “pessoas estranhas” naquele local, no caso a entrevistadora deste estudo. A entrevista foi interrompida pela trabalhadora, guardou-se todo o material utilizado, câmera, gravador, papel e caneta. Nada disso poderia ficar aparente. Na saída dessa pessoa, que representava o empregador, a trabalhadora pediu que a entrevista fosse retomada.

Daí por diante, optou-se pelo retorno às leituras e à análise do *observado* e das *falas* nas entrevistas. Pensou-se ser o mais seguro nessa região, onde o medo e a violência mascarada de “visitas” podem interferir diretamente na continuidade da vida humana e revelam o controle sobre a classe trabalhadora. É também a violência um assunto que não aparecerá nas respostas, nem nos comentários de nenhuma das entrevistas, e nem se perguntou sobre esse assunto, apesar de sua presença ou não incidir diretamente nas condições de vida das mulheres. Ainda considerou-se que ao tratar-se de pesquisa qualitativa, as entrevistas já apresentavam repetição de resposta, permitindo, a finalização das entrevistas.

A palavra violência carrega consigo tantos significados quanto formas de se expressar. Lembremo-nos que a violência pode ser física, moral, psicológica ou sexual, doméstica, conjugal ou no trabalho, na rua, e pode se dar entre povos, classes sociais, gerações, etnias/raças, grupos religiosos, torcidas, envolvendo, portanto elementos simbólicos que por si só carecem de estudos aprofundados sobre o assunto. Evitou-se o risco que esse assunto poderia provocar às mulheres trabalhadoras. Falar-se de violência e analisá-la poderia causar constrangimentos excessivos e desviar o foco do estudo, de analisar as condições de vida e de trabalho, articuladamente.

Como já fora dito, nos dois primeiros capítulos serão apresentados alguns dos elementos da formação do Brasil. São elementos que se relacionam mais diretamente com a realidade das canavieiras e que foram considerados pela autora, como sendo relevantes para discussão do tema trabalhado. Aliás, alguns momentos históricos foram sinteticamente relatados, dada a necessidade do rigor metodológico para com a temática do estudo monográfico e a complexidade das relações que se estabelecem em alguns períodos históricos, como os são os períodos de ascensão do algodão no Nordeste, do café na porção Sul do País e do período ditatorial-militar, pós-1964, por exemplo.

No terceiro e último capítulo, ousa-se apresentar as particularidades e singularidades analisadas como resultado do processo de pesquisa. Inicialmente, apresentamos os elementos particulares da história do município escadense. Na sequência, expõe-se o cenário atual; e por fim compreendendo-se as expressões da questão social, analisam-se as condições de vida e de trabalho das mulheres assalariadas da cana-de-açúcar, a partir das observações de campo, dos relatos das mulheres, dos documentos e instrumentos jurídico-formais.

Espera-se que seja tão prazeroso ler este trabalho como foi observar, entrevistar, escrever, receber orientação e corrigir as falhas, durante todo o processo de produção do conhecimento tão necessário para o processo de formação em Serviço Social

01 Da chegada dos europeus ao Brasil Império: O trabalho escravo nas plantações e nos engenhos de açúcar

Eis um Brasil que ainda não se chamava Brasil. A aventura dos europeus pelos oceanos tornou possível a chegada dos portugueses até a Terra de Santa Cruz. A onda que balançava as embarcações, não afastava os objetivos das grandes navegações.

No século XV, os países europeus se dedicavam ao comércio, de modo que o navegar representava a possibilidade de ampliação de negociações. Portugal, chamado por Caio Prado Junior (2004, p. 19) de “país marítimo”, compõe o conjunto de países europeus que se lançam ao mar para procurar novas rotas e empresas comerciais, que lhes viabilizassem a participação no mercado mundial.

Sinteticamente, pode-se afirmar que, “[...] todos os grandes acontecimentos desta era, a que se convencionou com razão, chamar de “descobrimientos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu”. (PRADO JUNIOR, 2008, p. 14). O objetivo do lançar-se ao mar condicionou as iniciativas, a colonização e a exploração da América.

A intenção inicial de comercializar esbarrou, no entanto, na impossibilidade de trocas ou vendas e compras com os indígenas. Considerados ingênuos, os nativos foram ora comparados a Santos ora a Demônios, conforme se pode perceber em *A Carta*, de Pero Vaz de Caminha (1963, p.2), datada de 1500, ao descrever os nativos, de feições pardas e um tanto avermelhadas, “[...] de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andavam nus, e para a surpresa dos estrangeiros não se envergonhavam disso.

O texto que compõe A Carta, possivelmente influenciou os autores: Pero Magalhães Gândavo, Gabriel Soares de Souza, Fernão Cardim e Frei Ambrósio Vicente do Salvador; e todos, através de longas narrativas com caráter descritivo louvam a natureza, evidenciando a descrição de plantas, frutas, insetos, além da abundância de água, que garante a fertilidade da terra, e os indícios de pedras preciosas (LEITE, 2002). Ao descreverem com estranheza os nativos, referem-se a um povo “moreno, cor-de-cera”, sem religião, sem justiça e desorganizado, de costumes adversos aos seus e hábitos antropófagos, que os tornam próximos de demônios.

Segundo Raminielli (2009) o canibalismo e o primitivismo das sociedades ameríndias seriam, conforme a descrição dos missionários e viajantes, resultantes das desgraças promovidas pelo Diabo, que afugentado da Europa depois da vitória do cristianismo, procurou o Novo Mundo e atormentava novas almas. Por serem consideradas mais fracas, eram as mulheres, enquanto verdadeiras “Evas”, que pervertiam e afastavam as comunidades ameríndias da cristandade.

Ainda Raminielli, apoiando-se nas literaturas de Yves d’Evreux¹, explica as seis “classes de idades” em que estava dividido o sexo feminino entre o povo ameríndio. O autor explicita que a primeira classe de idade é comum aos dois sexos e refere-se ao período após o nascimento; a segunda classe de idade vai até os sete anos de idade, e como tarefas cotidianas ajudavam suas mães fiando algodão e confeccionando redezinhas; na terceira classe de idade se enquadravam as moças entre sete e quinze anos, que aprendiam a fiar algodão, tecer redes, cuidar das roças, fabricarem farinha, vinhos e a alimentação diária; na quarta classe de idade, as jovens entre quinze e vinte e cinco anos cuidavam da casa, aliviando as mulheres mais velhas; na quinta classe de idade se iniciava entre as mulheres um processo, dito pelos viajantes como sendo de decadência física, pois se notava a queda dos seios; por fim, na sexta e última classe de idade as mulheres eram responsáveis pelo fabrico das bebidas fermentadas e se envolviam nos rituais de canibalismo, descritas como degeneradas pela idade por apresentarem seios caídos, pele enrugada, perda de dentes e mau cheiro, representando assim, diante da perspectiva cristã, a decadência da humanidade acometida pelo pecado.

1 Yves d’Evreux era um Frei capuchinho que escrevia sobre os povos das Américas e alertava os missionais sobre a conversão dos mesmos.

Os homens comparados a Adão são também, comparáveis a Santos. No texto de Caminha (1963, p. 4) a comparação entre índio e Santo, é explícita ao se afirmar que um índio já idoso “[...] andava por galanteria, cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia seteado como São Sebastião”. Entretanto, sem esquecer as motivações da viagem, na carta o autor constata que por hora não encontrara ouro, prata ou quaisquer metais preciosos. Contudo, a abundância de recursos hídricos garantia fertilidade a terra, sem ser, no entanto, ao que parecia ao escrivão, mais importante do que a possibilidade de cristianização dos povos daquele território, que necessitava de salvação.

Ao que se podem perceber três aspectos que irão acompanhar a exploração da colônia aparecem citados acima: a procura por metais preciosos, a possibilidade de desenvolvimento da agricultura e a cristianização dos povos. Todavia as estratégias para que os objetivos fossem alcançados diferem à medida que as condições e as estratégias de colonizadores e indígenas se modificam.

Nas décadas do século XVI, a saída para exploração dos recursos naturais, dos minérios e do pau-brasil foi o estabelecimento das feitorias. As feitorias representam segundo Freyre² (1999, p. 245), a exploração comercial, enquanto único tipo de domínio europeu sobre os trópicos e que exigia capital humano compatível com a disponibilidade dos portugueses, que foi um país, historicamente, em crise de gente. Sendo assim, o povoar fora uma necessidade preocupante e difícil de ser suprida.

Em 1516, a fundação de uma feitoria, de caráter permanente, na ilha de Itamaracá, representou o pólo inicial de povoamento, visto que portugueses foram deixados nestas terras para aprenderem a língua e os costumes dos indígenas, bem como estabelecerem relações comerciais com os nativos (ANDRADE, 1995a).

2 Segundo Darcy Ribeiro (1999), Casa Grande & Senzala refere-se a uma monografia etnográfica regional sem precedentes ou posteriores da mesma envergadura. Ribeiro afirma ainda que, outra consideração importante deve ser feita sobre o estudo – é a de que Gilberto Freyre mantém a autenticidade e intimidade com a interpretação que a elite faz das relações sociais do período colonial escravocrata, sobretudo com o que se constitui como objeto de estudo: *a família patriarcal*. Assim, apesar de concordar-se com o autor nas críticas e elogios a Freyre, reconhece-se que a obra do sociólogo, capaz de traçar características fundamentais para as análises que esta monografia realiza, trata-se de um estudo que apresenta lacunas a serem listadas: não faz referência à família matricêntrica, rebaixa a cultura indígena ao caracterizá-la como rasteira e ao exaltar as contribuições da mulher indígena, reduz as do homem a quase nada; e pouco retrata sobre o negro que realizava atividades nas plantações de cana-de-açúcar. Ou seja, mesmo reconhecendo a importância dos estudos de Freyre reconhece-se às limitações dos mesmos.

Todavia, é preciso salientar que, de acordo com Prado Júnior (2008, p. 15-16), a ideia de povoar não ocorre inicialmente, é o comércio que interessa, e daí o relativo desprezo por esses territórios primitivos e vazios que formam a América, onde a instalação de simples feitorias deveria garantir as trocas comerciais e a articulação com rotas marítimas.

Andrade (2011) mostra que nas feitorias, os portugueses habituaram-se aos alimentos indígenas, e com as mulheres indígenas, haja vista que as mulheres europeias se negavam em atravessar o Atlântico. Para a manutenção das feitorias, eram os povos indígenas que extraíam e transportavam mercadorias. Trabalhando de forma rudimentar na extração, que promoveria paulatinamente a destruição das matas localizadas à margem da costa, o povo indígena recebia por este trabalho objetos de pouco valor agregado, caracterizando-se tal relação como escambo.

Faz-se necessário considerar que enquanto forma de dominação, a exploração do trabalho indígena levava a formas de resistência. Além disso, o tráfico de pessoas para escravização, que posteriormente substituirá o escambo entre o colonizador e o indígena, antes de acontecer em função de tal resistência, representava a possibilidade de lucros aos traficantes e de acumulação de riqueza. Mas até ser substituída pela escravização de pessoas negras, segundo Prado Júnior (2008, p.25) “miçangas, tecidos e peças de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos [...] enchia de satisfação os povos indígenas, enquanto as feitorias eram por eles preenchidas com pau-brasil, posteriormente transportado até a Europa”.

Em meados do século XVI³, a preocupação da metrópole para continuar explorando de forma segura as novas terras possibilita que se cogite a necessidade de colonização e povoamento⁴. As estratégias passaram pela concessão de poderes e pela divisão da costa em capitanias hereditárias (PRADO JÚNIOR, 2008). Inicialmente, de acordo com a divisão realizada pelo Rei de Portugal, Dom João VI, foram formadas doze capitanias hereditárias, sendo o território da colônia repartido linearmente. Todavia, conforme os donatários – os por-

3 No período anterior ao século XVI, a “[...] exploração dos trópicos não se processou em verdade por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono (HOLANDA, 1995, p. 43)”.

4 A costa brasileira foi visitada e explorada também por franceses e espanhóis. Sendo assim, a política de povoamento, por parte do Estado português, representava uma estratégia para a continuidade da exploração dos recursos naturais da colônia pela metrópole portuguesa.

tugueses que receberam o lote de terras para povoá-lo e explorá-lo – seguiram identificando características de cada região e do povo ameríndio, as capitanias foram tomando a forma representada no mapa nº 01.

No que compete à cristianização dos povos indígenas, Raminielli (2009) afirma que as mulheres velhas de seios caídos, capazes de comer carne humana, e apresentar aos meninos os prazeres da carne, personificavam a resistência indígena contra os empreendimentos coloniais. Entretanto, para enfrentar as formas de resistência indígena, seja dos hábitos das índias velhas, seja da fuga para as matas e continuidade dos cultos religiosos, as missões jesuíticas atentaram para a destruição dos valores do povo indígena. A religião imposta carregava consigo valores e hábitos ritualísticos capazes de destruir a organização e as formas de vida ameríndia. Aliada à religião, também a prática do escambo⁵, quando da instalação das feitorias, já degradava o indígena social e culturalmente.



MAPA nº 01: Capitanias Hereditárias.

FONTE: IBGE, 2013.

5 O escambo é uma espécie de prática comercial realizada sem se levar em consideração a equivalência de valor entre as mercadorias ou objetos trocados.

1.1 A DIVISÃO EM CAPITANIAS, O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E A SUBNUTRIÇÃO DA COLÔNIA

A divisão da colônia em capitanias hereditárias significou a primeira tentativa de fixação de europeus no Novo Mundo. Podendo dispor das terras conforme desejassem, os colonizadores e os colonos aspiravam à posição de senhores. A própria divisão das terras que se realiza, posteriormente a divisão formal, revelam que os interesses se associaram às características geográficas. A instalação por toda a costa facilitou o transporte do que poderia ser explorado ou produzido, como o foi o açúcar.

Prado Júnior (2008) afirma que as doações de terras foram muito grandes, em função da ambição dos portugueses e da abundância das terras. Contudo, existe um fator material que determinou o tipo de propriedade fundiária adotada: ao açúcar, fora conferido alto valor comercial, no mercado internacional. A agricultura da cana-de-açúcar exigia grandes plantações e muitos trabalhadores, para que se tornasse rendosa. Além disso, o autor constata que “já se conhecia bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que, [...] eram relativamente numerosos e pacíficos no litoral”. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 32). Dessa forma, a necessidade de grandes propriedades estava justificada aos colonizadores. O conjunto monocultura-propriedade latifundiária⁶ representou a possibilidade de produzir gêneros de valor comercial, altamente lucrativos.

Portanto, concorda-se com Andrade (1974) na sua assertiva de que a ocupação do território brasileiro foi feita por áreas que eram alocadas a disposição do mercado europeu, e através do desenvolvimento de atividades econômicas, interessantes naquele período histórico, estabelece-se o sistema de exploração da colônia.

Demarcados os moldes da exploração na colônia, o trabalho feminino indígena foi, segundo Freyre (1999), responsável pela elaboração de coisas

⁶ Segundo Silva (2011a) a origem histórica do conceito de propriedade latifundiária provém do tempo das conquistas romanas do século III a. C., quando Roma, ao expandir suas fronteiras para o território mediterrâneo, organizou sua produção agrícola através de grandes propriedades. Ainda de acordo com o autor, a propriedade latifundiária refere-se a um vasto domínio de terras sob o poder de um único proprietário no qual se pratica apenas um tipo de cultura ou criação.

necessárias a vida e ao conforto no território sob o domínio português. Eram as indígenas que plantavam o mantimento, que iam buscar a água na fonte, que preparavam a comida; que cuidavam dos meninos, e pelas suas mãos amansava-se animais, produziavam-se as redes, mingaus, loções e óleos. Ainda de acordo com os estudos do autor (1999, p. 94), “a mulher gentia deve ser considerada não só a base física da família brasileira, aquela em que se apoiou, robustecendo-se e multiplicando-se, a energia de reduzido número de povoadores europeus, mas valioso elemento da cultura, pelo material, na formação brasileira. Haja vista que, “por seu intermédio enriqueceu-se a vida no Brasil, [...] de uma série de alimentos ainda hoje em uso, de drogas e remédios caseiros, de tradições ligadas ao desenvolvimento da criança, de um conjunto de utensílios de cozinha, de processos de higiene tropical – inclusive o banho frequente ou pelo menos diário, que tanto deve ter escandalizado o europeu porcalhão do século XVI”.

De outra perspectiva verifica-se que, ainda para a exploração colonial, a necessidade de trabalhadores aparece como entrave para o sucesso das capitanias. Ao recusarem-se ao trabalho na monocultura da cana e refugiando-se nas florestas, os índios contiveram no período referente à instalação dos primeiros engenhos de açúcar a expansão da monocultura latifundiária açucareira, a consequente destruição da flora e da fauna nativas mais afastadas da costa (CASTRO, 2001).

A demanda por trabalhadores sedentários e a resistência indígena ao trabalho nas lavouras canavieiras afastavam a possibilidade da escravidão exclusivamente indígena. Assim,

Com a grande propriedade monocultural instala-se no Brasil o trabalho escravo. Não somente Portugal não contava com população bastante para abastecer sua colônia de mão-de-obra suficiente, como também, [...] o português não emigra para os trópicos, em princípio, para se engajar como simples trabalhador assalariado do campo. A escravidão torna-se assim uma necessidade [...]. (PRADO JÚNIOR, 2008, p. 34).

Dessa forma, nas grandes propriedades encontravam-se escravos africanos ou indígenas, lavradores e a família colonial, todos vivendo em função da

produção do açúcar, ou conforme constatou Freyre (1999), dentro do que ele denominou de “regime da monocultura escravocrata”.

A capitania de Pernambuco, em 1535, possuía cinco engenhos (ANDRADE, 2011) e em 1570, aproximadamente 23 engenhos de acordo com as pesquisa de Estevão Pinto (1970). Sob o governo do experiente Duarte Coelho, Pernambuco, após quinze anos da chegada do colonizador, tinha fundado sob suas terras as vilas de Igarassu e Olinda.

Após a fundação das vilas pernambucanas seguiu-se a ocupação, o povoamento e a expansão da área canavieira, que avançava pelas várzeas dos rios das regiões Nordeste e Norte. Enquanto isso na capitania,

O surto canavieiro iria permitir a expansão da capitania pela porção meridional e o enriquecimento do grupo dominante, geralmente ligado à família do donatário; o fastígio de Olinda era tanto que nos anos 80 do século XVI, ela era a vila mais importante do Brasil, com uma população de mais de 20.000 habitantes, intensificando o tráfico de escravos africanos e migração de europeus para aqui se estabelecerem (ANDRADE, 1995a, p. 11).

Ao optar pela monocultura da cana-de-açúcar, a produção dos gêneros alimentícios fora comprometida. A insuficiência alimentar e a fome podem ser entendidas naquele período, como consequência da divisão entre a grande lavoura e as atividades de subsistência. Freyre (1999) atribuiu a má alimentação da família colonial à ausência de proteína animal, visto que a monocultura da cana afastou para os sertões a criação de gado⁷.

Por volta de 1630, nas capitanias nordestinas, os holandeses⁸ que as invadiram, estimularam a ampliação de outras culturas. Mas, esta ampliação convivia

7 “A população colonial, com exceção das classes mais abastadas, vivera sempre um crônico estado de subnutrição” (PRADO JÚNIOR, 2008, p.43).

8 A invasão holandesa carece de ser considerada nestes estudos devido ao que representou para o Nordeste brasileiro, mantendo a cultura do açúcar e o trabalho escravo, ou seja, reforçando as bases da exploração do trabalho forçado nas lavouras e engenhos de cana-de-açúcar, para manutenção do comércio internacional. Antes da invasão propriamente dita, vivendo o florescimento do capitalismo comercial, os navios holandeses faziam o comércio do açúcar do Brasil, a partir de Lisboa, levando o açúcar para Amsterdan e Antuérpia de onde seguiria para os demais centros da Europa. Com a união entre os reinos de Portugal e Espanha, o comércio com a Holanda fora interrompido, resultando desta ruptura prejuízos aos cofres holandeses. A fim

com a instalação de engenhos⁹ e a ampliação do comércio daquele que despertava o interesse dos mercados europeus e que, durante os primeiros séculos da colonização europeia, representou o eixo central da economia: *o açúcar*. Ou, como afirmou Castro (2001), as interferências dos holandeses no Nordeste brasileiro, não alteraram a escassez alimentar e a precariedade da alimentação.

Nos anos de 1640 a 1644, com a intervenção do colonizador holandês, Maurício de Nassau, foram efetuadas medidas administrativas para ampliar e manter a lavoura de açúcar, dentre estas estiveram: proteção oficial contra saques, extinção das taxas aduaneiras, convite aos senhores fugidos a retornarem às suas propriedades. De acordo com as pesquisas publicadas nas edições da coleção Brasil Açucareiro, em 1972, além das medidas administrativas, os holandeses ainda se preocuparam com os estudos científicos da cultura do açúcar, trazendo para a capitania dominada cientistas e pesquisadores e, como resultado das intervenções, a exportação do açúcar registrou expansão.

Valendo-se dessa fonte de informação, afirma-se que em 1654, a vitória dos pernambucanos sobre os holandeses e a consequente expulsão destes expunha a situação dos engenhos e da produção açucareira – os campos estavam arrasados; os fabricos destruídos; escravos evadidos e aquilombados, gados dispersos e senhores arruinados. E, para a retomada da exploração por parte dos portugueses, na segunda metade do século XVII, a metrópole adota como estratégia a concessão de privilégios de 10 anos a quem construísse engenho e a isenção de taxas sobre o açúcar produzido.

Assim, a necessidade de renascimento durante o século XVII das fazendas e fábricas de açúcar, torna a grande lavoura protegida pela metrópole e a agricultura continua a se expandir nas capitanias do Nordeste. Uma expansão que é, sobretudo, quantitativa e que se baseia na exploração do trabalho escravo, na subordinação da mulher e das crianças, na apropriação privada e latifundiária das terras férteis, antes ocupadas por florestas tropicais, e na monocul-

de o superarem, fora deflagrada uma guerra que durou 24 anos e foi dividida em três fases: 1630/37 – a da conquista; 1637/42 – a da administração; 1642/54 – a da insurreição (ANDRADE, 1995b).

9 A instalação dos engenhos e as técnicas de produção do açúcar foram mantidas em mãos portuguesas mesmo no período que correspondeu ao domínio holandês na colônia, haja vista que os batavos não aprenderam bem as técnicas de sua fabricação, nem maneiras hábeis de tratar os escravos e fazê-los produzir (ANDRADE, 2011).

tura lucrativa e suntuosa da produção açucareira. Para o trabalho nas lavouras, merece destaque o dado sobre o tráfico de cerca de 500.000 pessoas, no apogeu da produção do açúcar, no século XVII, conforme divulgado na Revista Continente Documento (2002).

1.2 A vida nos engenhos e a produção açucareira no Brasil

No engenho, que se tornou sinônimo tanto da fábrica como do conjunto formado por propriedade rural, plantações, habitações, igreja e culturas, formou-se uma sociabilidade que condensa a produção açucareira e o modo de viver dos senhores e das famílias que trabalham nas lavouras e no fabrico do açúcar. “O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quanto possível se bastava a si mesmo” (HOLANDA, 1995, p.80).

Esse organismo é também, de acordo com Prado Júnior (2008, p. 38), um estabelecimento complexo ou um verdadeiro mundo em miniatura, que compreende várias construções e aparelhos mecânicos, como a “[...] *moenda* (onde a cana é espremida); *caldeira*, que fornece o calor necessário ao processo de purificação do caldo; *casa de purgar* onde se completa esta purificação do caldo. Além de outras, o que todas as propriedades possuem é, em regra, a *casa-grande*, a habitação do senhor; a *senzala* dos escravos; e instalações acessórias e suntuárias: oficinas, estrebarias etc.”.

É neste mundo que as festividades religiosas católicas representavam para as mulheres brancas, sinhá-moças, rituais de passagem da vida feminina. Segundo Freyre (1999), no dia da primeira comunhão as meninas deixavam de serem crianças e tornavam-se sinhás-moças. Eram sinhás que a julgar pela moda da metrópole, vestiam-se mal. Sempre dentro de casa sem realizarem atividades valorizadas pela sociedade da época, viviam rodeadas de *mucamas* que lhes faziam praticamente tudo.

Casadas, deviam obediência aos maridos. Neste ambiente patriarcal, casavam-se antes dos quinze anos de idade. A virgindade, vigiada de perto pela família, deveria ser “colhida” cedo e,

À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência. Até levantar a voz na presença dos mais velhos. Tinha-

-se horror e castigava-se a beliscão a menina respondona ou saliente: adoravam-se as acanhadas, de ar humilde. O ar humilde que as filhas de Maria ainda conservavam nas procissões e nos exercícios devotos da Semana Santa, as meninas de outrora conservavam o ano inteiro. É verdade que as atrevidas namoravam nas festas de São Gonçalo; outras nos concertos de igreja. Mas isso nas cidades: no Rio, no Recife, na Bahia; e assim mesmo namoros a sinais de leque; quase sem conversa ou agarrado de mão. (FREYRE, 1999, p. 421).

Sem propriedades e sem escravos, estas mulheres dedicavam-se a atividades domésticas. Mas, independentemente da posição social ou da raça/cor, nos engenhos as mulheres encontravam-se submissas e dependentes do pai, do marido ou dos seus senhores. Na realidade da colônia, a posse das terras era negada às sinhás (FISCHER, 2007).

Ao se originarem em função das plantações de cana-de-açúcar e devido à necessidade de grandes contingentes para limpar e preparar os terrenos, plantar, colher e transportar a cana e, por fim moê-la e purgá-la os engenhos do Brasil, tornaram-se territórios de sociabilidade de escravos africanos, já que o indígena era extinto quando exposto a escravidão, à medida que não suportava o trabalho forçado (GALEANO, 1982).

Nos engenhos, as relações sexuais, entre o senhor branco e as mulheres escravizadas não raramente aconteciam e estas foram perpassadas pela disseminação de doenças sexualmente transmissíveis, quase sempre pela sífilis. As escravas africanas ou as índias representavam o ventre gerador, nas palavras de Freyre (1999). Tais relações despertavam os ciúmes das sinhás e a abominação dos padres e bispos católicos, que condenavam a “depravação sexual e volup-tuosidade” entre os cristãos.

Escravizadas, as negras trabalhavam tanto no campo como nas casas, mas as atividades de plantio, colheita, fabrico e transporte de açúcar eram majoritariamente realizadas pelos escravos/escravas, enquanto a administração das atividades lucrativas no engenho, pelos senhores.

Vivendo nas senzalas, em casas pequenas e ligadas uma as outras, trabalhavam nas plantações e na indústria, tanto os homens como as mulheres. A elas cabia durante a colheita a tarefa de amarrar a cana cortada pelos escravos,

de modo que cada homem era na lida diária, acompanhado por uma escrava amarradora. Destarte, surgia no trabalho do campo as separações entre as atividades de homens e mulheres, sendo a delas associado a ajuda do trabalho mais pesado e sem o uso do machado. Aos homens cabiam as atividades pesadas e com o uso de instrumentos cortantes e perigosos.

A separação entre plantação e o trabalho na indústria também aparece nestes primeiros espaços ocupacionais e núcleos produtivos do Brasil. O engenho moía durante as 24 horas do dia. Nas moedas trabalhavam várias escravas, revezando-se no trabalho. Umas levavam a cana do picadeiro para junto da moenda, outras com grande risco punham a cana na mesma; na terceira tarefa, outra fazia passar o bagaço entre os tambores; na quarta, outra cuidava de consertar e acender as caldeiras; e, a sétima escrava cuidava da tacha que acumulava o caldo da cana que ia ser cozido (ANDRADE, 1974).

As separações não impediam que os escravos especializem-se nas atividades agroindustriais e passassem a desenvolver atividades na moenda ou complementares as tarefas das mulheres da agroindústria, surgindo assim as primeiras especialidades entre os escravos que se tornavam caldeiros, tacheiros, etc.

Quanto ao senhor de engenho, este era um industrial, que cultivava alguns poucos partidos de cana, e que muitas vezes preferia industrializar a cana fornecida pelos lavradores (ANDRADE, 2011). Os lavradores eram homens que recebiam as terras dos donos de engenho, e para a lida na cana, necessitavam de escravos e recursos, cultivavam ainda lavouras de subsistência em terras menos férteis e que não eram utilizadas para o cultivo da cana.

Segundo Silva (2011a), eram “livres” nos engenhos o feitor-mor; o solicitador; o caixeiro; o escrivão; o mestre de açúcar; o purgador; o levadeiro; o cirurgião. Ou seja, homens que recebiam algum valor monetário por seu trabalho, e que deviam, de maneira semelhante aos escravos, obediência ao senhor, dono do engenho. Na literatura produzida por pesquisadores das relações de trabalho nas plantações e engenhos de açúcar no Nordeste brasileiro, no período que antecede a abolição, em nenhum momento se faz referência ao trabalho livre de mulheres.

Existiam ainda os moradores, que segundo Andrade (2011) eram em geral os mestiços que viviam nos engenhos, e que em caso de extrema necessidade de trabalhadores eram remunerados para realização de tarefas.

As idades históricas que se combinavam no mesmo território (o do engenho, inicialmente), e no mesmo período econômico e social, em função do capitalismo comercial, sendo o mercado internacional conformado como centro do poder¹⁰, levaram o escritor latino-americano Eduardo Galeano (1982), a afirmar que no período da colonização das Américas estavam condensadas três idades distintas – mercantilismo, feudalismo e escravismo.

O trabalho enquanto elemento central da sociabilidade humana apresentava no engenho múltiplas características, revelando a escravidão de índios e do negro, servidão dos mestiços e brancos pobres, considerados livres, e a produção social e apropriação do que fora produzido por homens e mulheres, por aqueles chamados de senhores – os donos de extensões de terras e dos meios de produção. São esses os traços que marcaram a monocultura canavieira e a produção açucareira, e que conseqüentemente, se sobressaem na formação social do Brasil, e nos estudos que se realizam sobre esta. São estes os traços que se deve resgatar para entender o caráter histórico das relações sociais de exploração, e de exploração-subordinação da mulher no trabalho rural, evitando-se o regionalismo ou a simplicidade do recorte descolado da totalidade.

1.3 A resistência e a vida nos quilombos

Dada a importância do açúcar, ou a continuidade de sua necessidade no mercado internacional, a produção daquele gênero permanece garantindo o cultivo da cana nas terras da colônia. Para trabalhar na produção deste gênero legiões de pessoas foram compradas para tornarem-se escravos. No final do século XVI, a “importação” é de 30.000 negros da Guiné para o trabalho nas lavouras da Bahia e Pernambuco, de acordo com a Revista Continente Documento (2002).

10 Escapam às intencionalidades desse trabalho as discussões acerca de cada um desses sistemas. Os traços de cada uma dessas idades históricas aparecem resumidamente associados à realidade da colônia quando neste primeiro capítulo, se propõe a realização da discussão deste período histórico do Brasil.

Como reação às condições a que estavam submetidos no Brasil, os grupos escravizados reagiram de diversas formas. São descritas como formas de reação do negro ao trabalho forçado, as ações daqueles que, conforme Andrade (1995b, p.3),

a) não se adaptaram à vida escrava mas temiam reagir, passando a viver em forte depressão e falecendo do que se chamava, então, de “banzo”; b) aqueles negros que se revoltavam isoladamente e, em um momento de irritação face a um castigo ou a injustiça, ou mesmo vendo um momento oportuno, assassinavam o senhor ou o feitor a quem odiavam; c) os negros que fugiam dos engenhos e passavam a perambular pelas áreas vizinhas, alimentando-se do que recolham na floresta ou de roubo em roçados, vivendo isolados e escondidos nas matas; d) os negros que fugiam em bandos dos engenhos e que formavam quilombos, apesar da perseguição dos brancos e da hostilidade dos índios. Foram numerosos os quilombos, uns de maior outros de menor tamanho e importância, grande parte deles destruídos pelas tropas reais.

Foram, pois, formas de reação que mesmo irrompendo o cotidiano nos engenhos, mantinham inalterado o conteúdo político da sociedade brasileira. Duas classes distintas continuavam a existir, e uma apropriando-se da riqueza produzida pela outra.

Ainda assim, os quilombos representavam uma ameaça por coexistir junto à escravidão e ao tráfico ainda em expansão, baseando-se sob outras formas de relações sociais. No Nordeste, o sucesso dos quilombos é associado à Guerra Holandesa, que garantiu a oportunidade dos negros fugirem dos engenhos.

Segundo Moura (1981), durante a ocupação holandesa os escravos foram subdivididos entre: aqueles que se refugiaram nos quilombos, por aproveitarem-se da destruição nas fazendas, provocada pela guerra; os que foram incorporados ao exército para combater os invasores holandeses; e os escravos que ficaram ao lado dos invasores, ou que trabalhavam sob o regime de escravidão para os holandeses. Aliás, de maneira geral, “O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo [...]”, como ensinou Moura (1981, p. 87), e apareceu sob o domínio holandês ou português como reação à ordem escravocrata.

Com isso defende-se que antes de mero escravo/a sem capacidade de reagir ao açoite e ao escravismo, negros e negras organizavam uma sociabilidade em paralelo àquela dominante e ameaçam senhores e tropas. Acredita-se que associadas às pressões internacionais e as intervenções liberais dos senhores que defendiam o fim da escravidão, as formas de reação de homens e mulheres escravizados levaram a derrocada do escravismo, conforme se discutirá mais adiante.

1.4 PRODUÇÃO AÇUCAREIRA EM CRISE E A DESCOBERTA DO OURO

A produção açucareira predominou durante o período colonial, contudo, não foi a única forma encontrada pelos colonizadores para explorar a colônia. Produções extrativas aparecem na economia colonial sem grande vulto. Extraia-se madeira, pesca da baleia, sal e salitre e erva-mate. No Recôncavo baiano a produção do fumo era utilizada na troca por escravos no continente africano. Nos sertões criou-se o gado, utilizado para alimentação e para o trabalho nos engenhos. Em função da pecuária, que produzia carne de má qualidade, ocorre a expansão do povoamento do Nordeste, em meados do século XVII (PRADO JÚNIOR, 2008).

O Nordeste “não-açucareiro”, da produção de alimentos, através do cultivo de culturas de subsistência, de domínio da mulher foi estudado por Francisco de Oliveira (1977). Aliada à pecuária e a tais culturas, o Nordeste conhecerá posteriormente – século XVIII –, o que o mesmo autor chamou de ciclo algodoeiro-pecuário.

Esse Nordeste, de diferentes culturas vivenciou, no início do século XVIII, decadência e povoamento, em função da descoberta das jazidas de ouro. O eixo açucareiro cede lugar à exploração e comercialização do ouro e do diamante. “Tudo cede passo ao novo astro que se levanta no horizonte; o próprio açúcar representa o nervo econômico da colonização e sua própria razão de ser, é desprezado”, na interpretação de Prado Júnior (2008, p. 56).

A exploração das jazidas auríferas ocupará colonizadores e escravos, e apenas por meio século será importante e significativa para a economia colonial. As jazidas se esgotaram. Para explorar o pouco ouro que restava no interior do solo, e não mais nos cursos d’águas como se fizera inicialmente, necessitava-se

de conhecimento e de técnicas desconhecidas até então no Brasil. Também concorre para o declínio da mineração a forma de regulamentação adotada para recolher impostos e a fiscalização da exploração. Somando-se ao desaparecimento do minério na natureza estavam contribuindo para o fim do ciclo do ouro os desvios e as fraudes para sua comercialização.

Como acessórios dos estabelecimentos agrícolas e da mineração e afastados das aglomerações, durante o século XVIII, se desenvolviam ainda as pequenas indústrias – olarias de telhas, caieiros – para preparação da cal –, fábricas de cerâmica, curtumes, em PE, RJ, RS e BA e cordoarias no alto Amazonas –, e também as artes mecânicas e a manufatura que têm produção insignificante na colônia. A pequena indústria doméstica de carpinteiros, ferreiros, produtores de manufatura de pano e vestuário, geralmente, estava entregue a escravos hábeis e as mulheres da casa (PRADO JÚNIOR, 2008).

Ainda de acordo com os estudos de Prado Júnior (2008), no período compreendido entre o fim da grande exploração aurífera e de ressurgimento da agricultura as produções extrativas de madeira, pesca da baleia, sal e salitre e erva-mate aparecem na economia colonial sem representarem grandes negócios; o sistema de comunicações da colônia acompanhava o progresso do povoamento e o sistema de viação encontra-se em precárias condições técnicas, sendo a navegação dotada de extrema irregularidade e o transporte terrestre realizado através de animais (cavalos e burros) em estradas estreitas, acidentadas e tortuosas. O comércio de importação tinha no tráfico de escravos o ramo mais importante, e no comércio interno realizava-se principalmente, a venda do gado.

1.5 O RESSURGIMENTO DA AGRICULTURA E O FIM DA ERA COLONIAL

A decadência da mineração, e principalmente a abertura dos mercados internacionais em função da adoção da política do *pacto colonial*, no fim do século XVIII e início do século XIX, assiste-se no Brasil o ressurgimento da agricultura e a melhora da economia agroexportadora (PERRUCCI, 1978; PRADO JÚNIOR, 2008). “Com efeito, o desenvolvimento da população europeia durante aquele século e, sobretudo, os acontecimentos que marcam a

Revolução Industrial provocam a valorização dos chamados gêneros coloniais (PERRUCCI, 1978, p. 106)”.

O ressurgimento da agricultura provocou a derrubada no litoral e na Zona da Mata da vegetação natural que segue desaparecendo aos poucos. Nos fins do século XVIII,

A devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que exigissem maior esforço da sua parte. Graças somente à excepcional e providencial fertilidade dos massapés baianos ou pernambucanos, é que foi possível manter aí durante tanto tempo a cultura da cana. Mas o vácuo de matas que ia se formando em torno dos engenhos criava outros problemas igualmente sérios. Tinha-se que ir buscar lenha a distâncias consideráveis, frequentemente ela se torna inacessível, e a atividade do engenho cessa. (PRADO JÚNIOR, 2004, p. 136).

Nas áreas ainda livres das atividades dos fazendeiros e engenhos de açúcar no Nordeste, o algodão figura como gênero importante para o desenvolvimento e ampliação da economia da região. Mas, apesar da concorrência que o algodão representava até aquele momento, este gênero não substitui a importância do açúcar, que continuava se utilizando do trabalho escravo para ser produzido. De fato, a relação entre os ciclos algodoeiros e o crescimento ou queda das exportações do açúcar formavam um emaranhado de relações entre os senhores de engenho e os donos do algodão nordestino, podendo ainda este pertencer aos mesmos núcleos familiares. Sobre a relação açúcar-algodão ou dos ciclos algodoeiros, Francisco de Oliveira (1977) explica que além da relação entre familiares, a agroindústria têxtil forneceu tecidos para a população trabalhadora dos engenhos e sacos de aniagem para ensacamento do açúcar.

Nesse período, de ressurgimento da agricultura, o declínio do regime colonial representa um capítulo da história do capitalismo. Para se desenvolver o capitalismo industrial pregara o fim dos monopólios e maior intercâmbio entre os mercados.

Quando ao desembarcar no Brasil, em 1808, a corte portuguesa abre os portos às Nações Amigas, consagra-se o período em que se impulsionam

as atividades econômicas. Iniciam-se a mecanização das indústrias agrárias e a construção de estradas de ferro, mantendo-se, no entanto, a exploração do trabalho escravo. Fora a transferência do governo português, em fuga dos exércitos napoleônicos invasores do reino europeu, que marcou o fim da era colonial para o Brasil, embora a separação oficial ocorresse apenas 14 anos depois com a Proclamação da Independência (1822). Não obstante, mantida a produção de gêneros tropicais, para a satisfação do mercado internacional, estamos numa outra fase do desenvolvimento econômico: agora sob o domínio do capitalismo industrial que passará a influenciar no desenvolvimento da colônia.

A pequena indústria, que dantes produzia artigos para serem consumidos nas pequenas cidades, como móveis em madeira e roupas, por exemplo, por não conseguir concorrer com os produtos trazidos das fábricas europeias, é arruinada. É o início do mercado de importados industriais no Brasil.

Devido à intervenção inglesa, o governo português reconhece a Independência brasileira. Com relação ao tráfico serão cobradas medidas, por parte do Brasil, para sua extinção naquele território. No período posterior à Independência, a escravidão torna-se alvo da crítica de conservadores e do senso comum, passando a ser entendida como um mal necessário, visto que aparentemente não havia substituta para ela. Assim, será no tráfico de escravos e nas relações de trabalho que se fará sentir com maior intensidade a presença do pensamento e das necessidades do capitalismo industrial.

1.6 O BRASIL IMPÉRIO E A PERMANÊNCIA DA ESCRAVIDÃO

Para garantir mais uma fase de esplendor na produção açucareira, na primeira metade do século XIX, segundo Andrade (2011) generaliza-se o uso do arado e do bagaço como combustível, inicia-se o plantio de diversas variedades da planta; a fim de aumentar a produtividade, percebe-se a inconveniência da tecnologia até então empregada nos engenhos movimentados por animais e implanta-se, em 1819 no estado de Pernambuco, o *primeiro engenho movido a vapor*.

Segundo Prado Junior (2008) no ano da proclamação da Independência, 1822, aportavam no Brasil cerca de 40.000 escravos, em função da necessidade do trabalho escravo para a manutenção do desenvolvimento econômico que se verificava naquele período. Deste modo, pode-se concluir que a força de trabalho escrava continua a ser utilizada no novo momento da economia e da política da agora *antiga* colônia.

No Nordeste, a Independência mantivera os privilégios dos senhores e mesmo quando apregoava ideias liberais, na prática agia conforme os princípios e valores da sociedade patriarcal (ANDRADE, 1995c). Assim, homens e mulheres escravizados participaram da implantação das mudanças tecnológicas e substituição dos banguês por engenhos a vapor no Nordeste açucareiro.

Após a independência, inicia-se no Brasil o período que ficou conhecido como Primeiro Reinado e que teve por governante D. Pedro I. Para a manutenção da monarquia uma série de normas portuguesas legais e políticas foram importadas de Portugal, como chama atenção Andrade (1995c). Deste modo, na Constituição de 1824, ou a primeira Constituição do Brasil, o instituído *Império* (Art. 1º), permanece com o território dividido em províncias (Art. 2º), encontra-se unido pelo governo monárquico hereditário, constitucional e representativo (Art. 3º), e por uma religião que poderá ser professada em público, a Católica Apostólica Romana (Art. 5). Os escravos nascidos no Brasil e os já libertos, considerados brasileiros (Art. 6º) desde 1824, conviveram com a chegada dos navios negreiros até 1850, quando se extingue o tráfico de pessoas para escravização. A partir de então, resta como fonte da escravidão o princípio do nascimento: filhos/as de escrava são escravos/as.

O Poder Moderador e o Executivo, concentrados a figura do Imperador garantiam a manutenção da política governamental instituída. Cabe pontuar que este poder sofreu os ataques da Confederação do Equador. Considerados revolucionários, líderes de Olinda e Recife aspiraram por um Brasil republicano, democrático e federalista (ANDRADE, 1995d); e quando vencidos deixaram marcas na história do Brasil Império.

Cabe pontuar que entre os municípios pernambucanos, as mudanças políticas e administrativas entre a abdicação de D. Pedro I, o Período Regencial e o Segundo Reinado, mantiveram inalterada a oligarquia açucareira, e a ideologia conservadora que a sustentava (PERRUCCI, 1978).

Na interpretação de Holanda (1995, p. 75), na monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram os filhos de fazendeiros, educados em profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fadando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio.

Em Pernambuco, durante o período que corresponde ao Brasil Império, o açúcar dominava a vida econômica. Os grandes proprietários almejavam cargos de Governo em nível municipal e provincial. Os indígenas viviam em aldeias e eram recrutados nos momentos que se necessitava de maior número de trabalhadores nas lavouras (ANDRADE, 1995e). Nos engenhos, brancos pobres e pardos viviam como *moradores e foreiros*. Segundo as análises do mesmo autor (1995e), os moradores se enquadravam em duas categorias, a saber: na categoria de trabalhadores de “cambão”, que prestavam um dia ou dois de trabalho gratuito por semana ao proprietário, pelo direito de morarem em sua terra e possuir um sítio onde plantavam lavouras de mantimento e criavam algumas cabeças de gado; e de moradores de “condição”, que trabalhavam para o proprietário de três a cinco dias por semana, recebendo um pequeno salário em moeda e dispondo de um pequeno sítio para cobertura de lavouras de subsistência.

Para as mulheres, nos engenhos ou nas ruas das cidades, havia também as possibilidades de complementarem a renda de seus maridos ou de ganharem algum dinheiro com atividades no comércio urbano, ou ainda como amas de leite, mucamas, cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras. Essas mulheres pretas e pardas desenvolviam, de acordo com Silva (2011b), habilidades peculiares aos seus ofícios, rechaçando quase sempre o ideal de submissão e docilidade esperado das mulheres nos espaços privados.

No meio rural, as amas de leite construíam vínculos com a família nuclear patriarcal-burguesa, e participavam dos cuidados com as crianças por um período de tempo maior em comparação com as amas de leite do meio urbano. Segundo Silva (2011b), as amas de leite que vendiam seu serviço nas cidades permaneciam junto da família somente até enquanto a amamentação fosse julgada necessária, enquanto as mucamas tanto nos engenhos como nas cidades se diferenciavam pela educação e beleza. Por acompanharem as sinhás-moças,

as mucamas precisavam estar aparentemente elegantes e comportando-se conforme o que se esperava.

Nessa conjuntura, as ocupações se misturavam e a divisão poderia inexistir diante do acúmulo de funções. As cozinheiras podiam também lavar, passar, engomar. De maneira geral, tanto nas casas como nas ruas, nos engenhos ou nas cidades, as mulheres escravizadas, as forras ou as livres desempenhavam tarefas conforme o combinado entre as famílias para quem vendiam suas habilidades ou simplesmente recebiam gratificações.

Para as mulheres dos engenhos quando, em função da utilização do açúcar de beterraba nos países europeus, nos anos 1860, a demanda por açúcar brasileiro decresce, a necessidade de força de trabalho nas lavouras é permanente. Para liberação dos capitais que seriam utilizados na compra de escravos/as, a morada¹¹ é preferida. De modo que homens e mulheres poderiam também receber algum valor monetário pelo trabalho nos canaviais. Além disso, garantia-se a produção de gêneros para autoconsumo nas fazendas e engenhos.

Contudo, mesmo na preferência da morada, negros/as ainda escravizados/as continuaram trabalhando nas lavouras quando da promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871 e da Lei dos Sexagenários, em 1885. Confirmando-se o fracasso das tentativas de abolição gradual da escravidão, arrastava-se a manutenção do sistema escravocrata, coexistindo com o assalariamento e as relações de morada.

11 Sinteticamente pode-se afirmar que a morada se refere ao período de transição entre o escravismo e assalariamento dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais. Dotado de características que merecem análises capazes de extrapolar a temporalidade, esse período foi investigado pela Professora Doutora Christine Rufino Dabat, no livro "Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais".

02 Proletarização da trabalhadora rural: da abolição da escravatura à modernização no campo

2.1 A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E A PRIMEIRA REPÚBLICA

As tentativas de abolir paulatinamente a escravidão no Brasil, nos fins dos anos 1800, fracassaram e alimentaram os debates sobre os aspectos negativos da permanência do trabalho escravo. Ampliara-se, pois a agitação popular e os abolicionistas comemoravam a falta de intervenção das Forças Armadas para a captura dos escravos que abandonavam e fugiam das fazendas, dificultando o restabelecimento do sistema escravocrata (PRADO JUNIOR, 2008).

Com a queda do último governo escravocrata do Brasil, e permeado por relações políticas e ideológicas, em 8 de maio de 1888, fora apresentado ao parlamento, um projeto de lei sucinto, contendo apenas dois artigos – um primeiro que abolia a escravidão e o segundo que revogava as disposições contrárias (ANDRADE, 1995f). Votado em 13 de maio, a Assembleia Geral aprova a lei e põe fim a escravidão em termos legais¹.

Como analisa Perruci (1978, p.43),

¹ Pode-se constatar nos estudos de Florestan Fernandes a comprovação que a “[...] velha ordem racial não desaparece com a Abolição” (FERNANDES, 2007, p.105); além da ramificação desta ordem social no trabalho livre. Não obstante, vale a pena conferir também os estudos do autor sobre as formas de participação do negro na sociedade de classes, e as condições em que se dera seu assalariamento nas cidades, tendo muitos, migrado do campo entre os anos de 1950 e 1970.

[...] a abolição do trabalho escravo parece ter contribuído para o desaparecimento das últimas bases políticas dos senhores de engenho; enfim, a introdução de capitais estrangeiros na indústria açucareira provocando a desnacionalização parcial da produção e ainda os conflitos entre a usina e o bangüê completam o quadro de fundo para a ruptura definitiva entre o poder político e os *barões do açúcar* nordestinos. Em realidade, esses fatos apenas servem de fecho ao processo de deslocamento dos pólos de crescimento para o Sudeste e, por isso mesmo, dos centros de decisão do país.

Quanto à exploração da força de trabalho escrava, lembra Andrade (2011, p.112), que “[...] o escravo que se viu liberto de uma hora para outra, sem nenhuma ajuda, sem terras para cultivar, sem assistência dos governos, sentiu que a liberdade se constituía apenas no direito de trocar de senhor na hora que lhe aprovesse”. O autor ao tratar das relações de trabalho nos canaviais de Pernambuco, considera que, desde o início da segunda metade do século XIX, em Pernambuco os escravos e escravas realizam quase unicamente, apenas as atividades consideradas mais pesadas, como o corte, o transporte e a manipulação das canas. De modo que, os senhores para suprirem a necessidade de força de trabalho nas lavouras, – reduzida em consequência da ilegalidade do tráfico de escravos e da expansão da cultura do algodão no Nordeste, que absorvia trabalhadores/trabalhadoras da região – eram favoráveis ao surgimento de relações de *morada*².

Sendo assim, as atividades da lavoura, sobretudo da cana-de-açúcar em Pernambuco, continuavam a serem desenvolvidas pelos/as ex escravizados/as que se tornaram *moradores*, em função da assinatura da Lei Áurea e dos ganhos que a nova forma representava aos usineiros e fornecedores de cana.

Para evitar a mobilidade dos trabalhadores e de sua família, a força de trabalho empregada nos canaviais foi maciçamente submetida à condição de *morador* (DABAT, 2007). Em tais circunstâncias, a abolição não significou o rompimento de antigas relações econômicas e políticas que perpassavam as relações de exploração do trabalho rural na produção do açúcar. A lei de 1888 aboliu a escravidão sem sequer repensar ou mencionar a necessidade de pro-

2 Sobre a *morada* ver nota de rodapé nº 11, do capítulo anterior.

blematizar a concentração fundiária, a monocultura e a submissão da economia aos ditames do mercado internacional em detrimento das necessidades da população brasileira.

Para Sigaud (1979), possivelmente desde o fim da escravidão, os trabalhadores dos engenhos de açúcar – e posteriormente também de usinas da Zona da Mata de Pernambuco –, recebiam algum tipo de remuneração monetária pelas tarefas executadas na parte agrícola das propriedades, que ainda não pode ser considerada salário. Essa remuneração não se mostrara relevante para fixação do trabalhador no território dos engenhos e usinas, e por estar desprovida de obrigação legal não é regular, nem entendida como obrigação do patrão e direito do trabalhador ou trabalhadora.

No tocante a necessidade de terras para cultivar alimentos – para que se evitasse inclusive, a morte dos negros e mestiços, provocada pela subnutrição que se arrastava desde os primeiros séculos de colonização –, e de habitação, estas passaram a ser atendidas pelos patrões e funcionavam como estratégia de manutenção do trabalhador para continuidade da exploração do trabalho.

Com a proclamação de República, em 1889³, o coronelismo foi acentuado, e nos estados – antigas províncias – as mudanças políticas davam maior poder à oligarquia local que elegia o governador, valendo-se das fragilidades do sistema eleitoral, no qual as mulheres não votavam (ANDRADE, 1995g).

Na segunda metade do século XIX, acentua-se na indústria açucareira, a tendência de inovações tecnológicas para manter-se no mercado internacional. O aumento do preço dos escravos, quando da extinção do tráfico e ante a concorrência com a lavoura cafeeira, e logo em seguida, a abolição do tráfico, bem como proteção tarifária adotada pelos países consumidores, jogam a produção agroaçucareira numa crise que fez o país praticamente perder seu mercado externo. Para Holanda (1995) mediante a crise, iniciava-se na história brasileira o rompimento com valores puramente agrários, à medida que passava-se a valorizar os centros urbanos e as atividades desenvolvidas neles.

Segundo Perruci (1978) para reconverter a produção para o mercado interno, e garantir o escoamento da produção, acelera-se nos últimos anos do

3 “O advento da República no Brasil é um fenômeno provocado, em grande parte, pelo conflito entre as funções econômicas e as do exercício do poder político” (PERRUCCI, 1978, p. 143).

século XIX, a instalação dos engenhos centrais⁴, no *Nordeste*. Esse Nordeste que já experimentava a dicotomia produção açucareira-têxtil, assiste ao deslocamento da importância do açúcar para o mercado interno, enquanto o algodão figurava entre os gêneros exportáveis de alta qualidade. No Sudeste, o café, que dominava a produção tornara-se interessante para o mercado internacional, e o surto da cultura cafeeira, valendo-se do trabalho de imigrantes europeus, sob o regime de trabalho livre, registrava o aumento dos cafezais (PRADO JÚNIOR, 2008), deixando o espaço interno livre para a produção açucareira.

Os engenhos centrais tinham finalidade industrial e eram proibidos de plantar e de utilizar o trabalho escravo. Entretanto, nessa lógica, as colheitas ruins passaram a ameaçar a existência dos *engenhos centrais*, que foram paulatinamente se afastando da proposta que lhes era inerente, ou seja, promover a separação entre a produção agrícola e industrial, e no período posterior a abolição da escravatura, adaptar as relações de trabalho a forma livre.

Todavia, não foram apenas os aspectos técnicos – produção arcaica e consequente colheita insuficiente ou ruim – que provocaram o apagar do fogo para os engenhos centrais. O engenho tradicional havia criado em torno de si a muralha da proteção ao capitalismo industrial financeiro, que ameaçava o poder senhorial e as relações de produção (PERRUCCI, 1978, p. 114-115) e na perspectiva do mesmo autor, sobretudo de exploração do escravo ou do morador,

No momento em que aparecem os engenhos centrais, as mudanças sofridas pelos antigos engenhos apenas atingem o setor industrial; o engenho torna-se uma simples plantação de cana, isto é, um engenho de fogo morto – o termo *engenho* passa a ser, então, um simples hábito lingüístico. O fenômeno, entretanto, é importante pelas suas repercussões econômicas e sociais. Enquanto simples fornecedor de cana, o antigo senhor de engenho é aparentemente favorecido duplamente; de um lado ele se vê aliviado da produção industrial do açúcar, do seu transporte para o mercado consumidor e, sobretudo, do mecanismo financeiro bastante complexo no qual ele estava envolvido; de outro

4 A instalação de engenhos centrais no Brasil inicia-se no país a partir de 1875, e no estado pernambucano, os capitais ingleses são responsáveis pela fundação dos primeiros engenhos centrais, inaugurados em Palmares, Cabo, Água Preta e Escada, em 1881 (PERRUCCI, 1978).

lado, ele continua sempre a possuir grandes propriedades, fundamento do sistema político-social da região.

A partir dessa cisão entre indústria do açúcar e plantação da cana, apesar da dependência da primeira em relação à segunda, interpreta-se que os/as trabalhadores/as foram também separados entre aqueles que se dedicam aos canaviais e aqueles que trabalham no novo engenho. Como os investimentos se concentram na modernização industrial, nas plantações de cana-de-açúcar em Pernambuco, no Nordeste e no Brasil, o cultivo se dá fundamentando-se em métodos arcaicos (PERRUCCI, 1978), haja vista que os trabalhos especializados eram desenvolvidos pelos trabalhadores especializados, “livres” e remunerados através de salário, sendo boa parte deles imigrantes, nas indústrias. A manutenção das técnicas comuns ao período colonial, ainda perdurava durante a Primeira República. O trabalho nos canaviais é similar às condições dos escravos. Ou seja, o uso dos instrumentos e o tempo necessário à cultura da cana não são alterados quando o trabalhador e a trabalhadora tornam-se moradores. O que se modificam, ainda que lentamente, para estes são: a remuneração, que aparece como obrigação do antigo senhor, agora fornecedor de cana; e as condições de vida, haja vista a inclusão da remuneração para o consumo de alimentos e produtos, e a possibilidade de acesso a uma parcela de terra para roça, cultivada geralmente pelas mulheres da casa.

O cultivo da roça pelas mulheres se dava principalmente em função da proximidade entre a roça e a casa, como espaço privado, já que cada *morador* ou *moradora* tem seu “pedaço” de terra. Reforçava-se com isso, o papel atribuído às mulheres de cuidado com filhos e de sustento do grupo familiar.

Diante da falência dos engenhos centrais, em Pernambuco, no período compreendido entre 1890 e 1896, os governos imprimiram uma nova orientação à política açucareira, que contribuía com cerca de 70% da renda do estado; sendo os governos de Lucena (1890-1891) e Barbosa Lima (1892-1896) responsáveis pelo rompimento da ideia de que se deveria separar a atividade agrícola da industrial, defendida pelos partidários dos engenhos centrais; promoção das políticas de apoio financeiro à instalação de usinas de açúcar e financiamento para compra de máquinas e melhoria e ampliação da infraestrutura necessária ao escoamento da produção (ANDRADE, 1995g).

Assim, as Usinas, nos anos finais do século XIX e início do século XX, representaram a possibilidade do avanço tecnológico e contraditoriamente, o retorno da união entre a produção agrícola e industrial. É também neste período da produção açucareira, que se verifica na cidade do Recife, o deslocamento das elites rurais para os centros urbanos, passando o controle da produção agrária a emanar das cidades (PERRUCCI, 1978).

Com incentivos governamentais e tarifas privilegiadas, o açúcar que sai do Nordeste para a porção Sul do país, se mantém no mercado interno. Pernambuco, entre o final do século XIX até meados do século XX, também em função do aumento da demanda do produto no pós-guerra, registra crescimento econômico e o açúcar, bem como a aguardente tiveram o seu mercado em expansão (ANDRADE, 1995g). Multiplicaram-se as usinas de açúcar e as destilarias de álcool substituíram as destilarias de aguardente. A indústria açucareira crescia com grande rapidez e sem maiores preocupações com o planejamento.

2.2 O PERÍODO DA MORADA E A MULHER

No Nordeste brasileiro, ao entorno das usinas, bem como das fábricas de fiação e tecelagem, construíram-se casas ou vilas operárias⁵, fazendo desaparecer o problema do transporte até as mesmas (ANDRADE, 1995g). Garantia-se ainda que, no mesmo território, se mantivessem entre o senhor e os moradores, uma relação hierarquizada permeada por relações de gênero e étnico raciais.

No final do século XIX, importa considerar que conviviam no mesmo período histórico em todo o país, assalariados, moradores, e parceiros, unidos, segundo Mello e Novais (1998) pela miséria ou pobreza extrema; sendo que os moradores produziam de forma tecnologicamente rudimentar, e as sobras da produção serviam basicamente para a compra de instrumentos de trabalho, um pouco de carne, pão, roupas feitas, calçados. Com relação à mulher, casava, em geral, virgem sendo a ruptura dessa regra resultante em casamento, em caráter de obrigatoriedade. “Quando não podia se realizar – por exemplo, a filha de um morador engravidada pelo filho de um latifundiário – a honra da

5 As vilas operárias supriam as necessidades de habitação, entre o final do século XIX e início do século XX e favoreciam o controle sobre os/as trabalhadores/as (LIMA, 2005).

família restaurava-se pela expulsão da filha, muitas vezes se tornando prostituta nas cidades”. (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 577).

Dabat (2007) descreve em sua pesquisa sobre o período de transição entre o trabalho escravo e o trabalho assalariado na cana-de-açúcar – o período da ‘morada’ – afirmando que, para as moças e meninas o trabalho na roça era preferido, por ser considerado mais seguro. A autora acrescenta ainda que, a participação feminina no espaço produtivo, era exigida pela situação de extrema precariedade salarial, predominando a opção de proteção ao assédio sexual e tratamento indecoroso.

As mulheres brasileiras, urbanas e rurais se encontravam, por força da Constituição Republicana de 1891, proibidas de votarem e de serem votadas. Por herança da sociedade baseada em relações de autoridade masculina, a imagem delas representava um capital simbólico (D’ INCAO, 2009). A proteção social foi negada para as mulheres, sobretudo no tocante aos direitos políticos. Deste modo, identifica-se que no período imediatamente posterior a abolição da escravatura e ampliação da morada, a mulher não era considerada sujeito de direitos.

Nos romances escritos a época por Machado de Assis é retratado o cotidiano de mulheres experientes e conselheiras, impositivas, reprimidas e solteironas, sensuais – sem serem necessariamente eróticas –, graciosas, obedientes e misteriosas. Tudo isso numa sociedade que as reprime, por não as reconhecerem como sujeitos de direitos, mas que as concebem como um ser social, por atribuir-lhes um papel – o de cuidadora do lar e da família.

Em oposição às mulheres da elite, que valorizavam o ócio e eram educadas para se tornarem esposas e mães, dedicadas à vida doméstica e tudo que estivesse relacionado a esta, as mulheres pobres, em sua maioria mestiças e negras, trabalhavam dentro e fora de casa. Foram em geral, as mulheres mais pobres que trabalharam nas lavouras da cana, até quando se extinguem as relações de morada. E, foram ainda essas mulheres que passaram a acumular jornadas de trabalho, na tendência de terem tais jornadas ampliadas com o processo de proletarianização.

2.3 A PROLETARIZAÇÃO DE HOMENS E MULHERES E A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA TRABALHADOR/TRABALHADORA RURAL

A processualidade histórica revela o avanço das relações de produção e da tecnologia e a permanência do latifúndio, sobretudo no Nordeste brasileiro e nas áreas destinadas a plantação e beneficiamento da cana-de-açúcar. Neste território, o aparecimento da usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, através da empresa que por sua vez, reflete a concentração das produções agrícolas e industriais pelo usineiro (PERRUCCI, 1978).

Em Pernambuco, acompanhando a interpretação analítica de Perrucci (1978, p.127), verifica-se que,

[...] a estrutura montada a partir do fenômeno usineiro parece possuir um caráter aristocrático e autoritário muito mais acentuado do que o revelado pelo sistema anterior baseado nos engenhos tradicionais. O fato, na verdade, apesar de trazer importantes conseqüências para a região indica que não houve uma ruptura estrutural na economia agroindustrial nordestina.

A marcha de avanço das usinas assinala para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, espoliados dos elementos constitutivos da morada, o *assalariamento*. Esta forma de pagamento passa, pois, a revelar e sintetizar a nova estrutura que se desenhava para um novo grupo que emergia no cenário político, econômico, social e cultural do país: o proletariado agrícola.

Acentuava-se a definição das classes sociais fundamentais, em consequência da necessidade de expansão do capital para atendimento das demandas do mercado internacional, e sob a intervenção do Estado. Em Pernambuco, a relação entre os poderosos do açúcar e os governos, no início do século XX, é notada, conforme assevera Andrade (1995h, nº10). Em 1926, quando os preços do açúcar começaram a cair, a crise que se instalara foi enfrentada aos moldes capitalistas, com avanços técnicos nas plantações e na indústria e usineiros e fornecedores rebaixaram os salários dos trabalhadores, lançando-se com isso os germes da luta por direitos entre os trabalhadores rurais na década de 1950.

Mesmo na tendência de desaparecerem, dado avanço das usinas para o beneficiamento da cana, o que se percebe na verdade, é a permanência da figura dos fornecedores, inclusive em Pernambuco. Em 1941, o Estatuto da Lavoura Canavieira, classifica-os, posteriormente como “[...] todo o lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, haja fornecido canas a uma mesma usina, diretamente ou pôr interposta pessoa, durante três ou mais safras consecutivas”. (ELC, 1941, ART. 1º). Quer dizer, no campo, a classe trabalhadora, desde o surgimento dos engenhos centrais, e depois com o surgimento das usinas, estava dividida entre os empregados das usinas e dos fornecedores, os das plantações e o da fábrica.

Entre 1917 e 1919, as greves dos operários do açúcar, revelaram que os trabalhadores começavam a se organizarem em sindicatos. Influenciados por esse movimento na década de 1920, Lopes (1978) identificou, em seu estudo monográfico sobre os operários do açúcar, indícios da criação de uma associação de operários no município de Escada, destruído pela polícia na mesma década. Durante o Estado Novo, o governo de Agamenon Magalhães (1937-1945) apóia o reconhecimento do Sindicato escadense e este passa a atuar como conciliador das tensões entre os/as trabalhadores/as das usinas, reafirmando-se mais uma vez a separação entre os/as trabalhadores/as fabris e os das plantações.

Como desfecho da crise política, provocada por levantes de militares e operários⁶, e pela derrocada da política de valorização do café – sucumbindo devido à queda da bolsa de Nova Iorque – solapava-se as bases do Estado oligárquico, e irrompe no cenário político a Revolução de 1930. Com a Revolução, alteram-se as funções do Estado brasileiro e vivencia-se no país o desenvolvimento de um Estado burguês (IANNI, 2004).

Formalmente passaram a ser de responsabilidade do Estado, os limites básicos e as condições de funcionamento do mercado de força de trabalho e

6 Os levantes referem-se à Greve de 1917; o Levante do Forte de Copacabana e a Coluna Prestes. A análise desses eventos, bem como da crise das exportações do café é tema de estudo de historiadores e sociólogos. Ainda que se considere a importância dos mesmos para que se reconstrua a formação social do Brasil privilegiou-se nesse estudo análises mais detalhadas sobre aqueles eventos que em maior escala influenciaram nas atuais condições de vida e de trabalho dos/as trabalhadores/as rurais, no Nordeste e no Brasil, e particularmente em Pernambuco.

as ações foram respondendo aos problemas conforme eles apareciam, ou sem planejamento prévio, e por determinação das pressões econômicas, políticas, sociais e militares, através de medidas e inovações nas leis. A criação de comissões, fundações, institutos, planos, leis e departamentos, visava atingir todas as esferas da sociedade, para formalizar o funcionamento das forças produtivas, estabelecendo novos padrões e valores de tipo capitalista.

As leis representavam reivindicações ora de trabalhadores, ora da burguesia industrial. Ou, no dizer de Ianni (2004), a correlação de forças das classes ou dos grupos envolvidos em relações de pressão ou cooperação com o Estado. Para o mesmo autor, (1991) as leis trabalhistas, não mais repressivas, transpareciam a aspiração do controle e dominação da atividade e organização política do proletariado urbano, por parte do Estado e das classes dominantes. Enquanto o proletariado agrícola, ainda pouco organizado amargava o distanciamento dos benefícios sociais, já galgados pelos trabalhadores urbanos.

De acordo com Borges (1981), os trabalhadores rurais estiveram destituídos de quaisquer formas de participação social e política. Mas contraditoriamente, eram – e continuaram a ser – incluídos ao sistema de exploração-dominação, à medida que seu trabalho gera acumulação e a venda da força de trabalho, mais-valia⁷.

Entre 1930 – 1945 o governo adotou medidas e inovações que marcaram uma nova fase das relações entre o Estado, agora tipicamente burguês, e as forças político-econômicas (IANNI, 1991), sendo o conjunto das ações do primeiro, capazes de assinalarem o seu desenvolvimento, sustentando o discurso da condenação do liberalismo econômico. O arcabouço legal, que paulatinamente, vai sendo construído para dar suporte a ação estatal no campo brasileiro, no período imediatamente posterior a Revolução de 30⁸, pode ser observado no quadro nº 01.

7 O montante da mais-valia refere-se à diferença entre o que um trabalhador produz e o valor de sua força de trabalho.

8 O período compreendido entre 1930 e 1945 apresenta formas distintas de governo e de política social. Entre 1930 e 1934 o governo Vargas fora intitulado de provisório. De 1934 a 1937, o governo apoiava-se da Constituição de 1934. Com um golpe, o então presidente Getúlio Vargas fecha o Congresso e entre 1938 e 1945 mantém o Estado Novo. Com a instalação da ditadura, sob a “denominação do Estado Novo” “[...] liquidaram-se as poucas e frágeis instituições democráticas, a despeito de exclusivamente urbanas. Ao mesmo tempo, acelerou-se o processo de destruição dos remanescentes do Estado oligárquico. Além disso,

QUADRO 01: Arcabouço legal construído entre 1930-1945.

ANO	LEGISLAÇÃO	FUNÇÃO E IMPORTÂNCIA
1931	Decreto nº 19.717 de fevereiro de 1931.	Marcou o início da intervenção estatal nos moldes burgueses no setor agro açucareiro, ao tornar obrigatória a aquisição pelos importadores de gasolina, de álcool, na proporção de 5%, com o objetivo de assegurar a venda do produto e estimular a produção do mesmo.
1931	Decreto nº 20.401 de setembro de 1931.	Segundo Dé Carli (1996), o governo tentava com esse Decreto “ <i>dar um sentido nacional a produção açucareira</i> ”, ao regularizar nacionalmente os preços do açúcar. No mesmo ano, para preservar o equilíbrio entre a produção e o consumo cria-se a Comissão de Defesa da Produção do Açúcar.
1933	Decreto nº 22.789, de 1 de Junho de 1933.	O Instituto do Açúcar e do Alcool foi criado pelo com a finalidade expressa de assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar mediante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria-prima ao fabrico de álcool.
1941	Estatuto da Lavoura Canavieira	Em seus artigos 19 a 26 procurou garantir ao trabalhador do canavial a condição de morador (IANNI, 2004). O Estatuto possibilitou a criação de três fundos: Fundo de Assistência Financeira; Fundo de Assistência Social; Fundo de Assistência às Associações de Plantadores de Cana.
1943	Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sistematizava o conjunto de leis existentes, reelaborando-as e ampliando-as. A estratégia referia-se a manutenção da classe operária urbana livrando-a da pauperização.
1944	Decreto-Lei nº 6969, de 19 de outubro de 1944	Destinou-se aos trabalhadores da agroindústria canavieira, regulamentando a remuneração e as condições de moradia, por exemplo.

Fonte: Aline de Souza Souto, 2013.

os setores burgueses mais fortes, apoiados na força militar e em aliança com setores da classe média, passaram a controlar o poder político e a opinar sobre as decisões de política econômica. E assim consolidou-se uma vitória importante, ainda que parcial, da cidade sobre o campo” (IANNI, 1991, p. 33). O que se pretende neste momento é assinalar os mecanismos de intervenção estatal no período de tempo citado. Obviamente, estes mecanismos se articulam com as estratégias e as características adotadas pelo Estado.

Para Borges (1981), entre 1940 e 1945 é identificada a inexistência de luta política de transformação da estrutura agrária, bem como de ação estatal para manutenção da estrutura existente. Os setores agroexportadores estavam em contrapartida, protegidos por medidas financeiras. Estavam, igualmente, contribuindo para a manutenção do setor o aumento da exportação, em função do conflito internacional de ordem mundial. A Segunda Guerra arrasara os países europeus, que demandaram do Brasil, entre os anos 1939-45, a exportação de gêneros alimentícios e matérias-primas.

Em função do declínio das importações e também como consequência da guerra, o que se verificava no país, era o salto no processo de industrialização, que já se encontrava em curso. Na realidade uma industrialização para além do Nordeste, haja vista a industrialização na produção açucareira nordestina e pernambucana datar de meados do século XIX, quando os engenhos a vapor e os engenhos centrais representavam uma verdadeira Revolução Industrial no campo brasileiro.

A industrialização na região Sudeste colocava o açúcar, e os demais gêneros produzidos ali na disputa por mercados internacionais, ameaçando a retirada total do açúcar nordestino do setor agroexportador. Assim, nos anos 1950, emergia no Nordeste brasileiro a necessidade de manter o açúcar no mercado. O setor exportador já apresentava, de acordo com Araújo (2000), sinais de esgotamento e o Nordeste passava a requerer novos impulsos para aceleração do crescimento de investimentos e da produção, a fim de aproximar-se do dinamismo vivenciado pela economia do Centro-Sul.

Enquanto isso, o setor público mantinha a realidade regional, de pobreza e proletarização sem acesso a terra, pelos trabalhadores e trabalhadoras, ao favorecer o mercado subsidiando, através de órgãos como o IAA na Zona da Mata, a estrutura básica da economia açucareira.

Para ampliarem-se os ganhos, a agroindústria nordestina, frente à concorrência com o mercado interno, recorreu aos baixos salários pagos aos trabalhadores rurais e a manutenção dos sistemas da “condição” e do “cambão”. Utilizava-se ainda do aparelho estatal para reprimir as reivindicações dos trabalhadores rurais; e quando do crescimento da demanda do mercado internacional, ainda nesta década, como estratégia, optou-se pela expropriação dos

trabalhadores e perda dos sítios ou resquícios de terras utilizadas para as culturas de subsistência.

A estrutura social do campo brasileiro a esta altura, estava formada pela oligarquia de latifundiários, no topo da pirâmide; abaixo deles os arrendatários capitalistas e fornecedores; na sequência, os posseiros, parceiros, pequenos proprietários e assalariados/as. “Os assalariados permanentes [...] ganhavam pouquíssimo, mas estavam integrados ao capitalismo (MELLO e NOVAIS, 1998, p. 575)”.

Especificamente na Zona da Mata de Pernambuco, o processo de expropriação completa e definitiva do trabalhador, durante os anos de 1950-60, se associa à forte expansão do capital. Ou seja, para garantir sua expansão, o capital promove a modernização criando uma cisão entre proprietários dos meios de produção⁹ e aqueles que agora possuem exclusivamente sua força de trabalho e que para sobreviver precisam vendê-la. Assim, ocorre o assalariamento das trabalhadoras, em “[...] razão da modernização agrícola que proporciona mudanças econômicas, políticas e sociais”, como assinalou Fischer (2000, p. 14). A autora ainda acrescenta que,

Quando adotada, tal modernização transforma os meios de produção e, dentre outros passos, redefine relações de trabalho substituindo, por exemplo, a parceria e a condição de morador pela relação de trabalho fundada no assalariamento, que desvincula o trabalhador dos meios de produção.

Nas áreas de usinas menores em Pernambuco, ainda é garantido o direito de plantar, porém em sítios pequenos, em relação à necessidade das famílias e dos latifúndios da região; além disso, a exigência de trabalharem entre cinco e seis dias nas lavouras tornou inviável a continuidade da moradia e das lavouras de subsistência (ANDRADE, 2011).

A evolução e a modernização das usinas – a fim de garantir competitividade no mercado internacional e manter a desenvolvimento do capital – foram

9 São os bens necessários à produção, que não se incorporam no produto final. Não satisfazem, como tal, de forma direta as necessidades de quem consome os bens finais. Como por exemplo, as instalações fabris e as máquinas com que se efetua o processo produtivo. São, portanto, no sentido literal da expressão, bens de produção (INFOPÉDIA, 2013).

de acordo com Andrade (1974), responsáveis pela retirada dos trabalhadores/as, da possibilidade de permanecerem com as ocupações profissionais. Estes trabalhadores/as passaram a ter como alternativas de sobrevivência, o trabalho assalariado, na lavoura e/ou na indústria, ou a migração para os centros urbanos¹⁰.

Com o processo de distanciamento e desaparecimento da morada, a mulher que trabalhava na roça e na casa, aliando os dois serviços, tem sua família expulsa dos engenhos. Ao tornarem-se residentes das agrovilas e continuarem a trabalhar nas plantações, as trabalhadoras tornaram-se proletárias por inteiro (DABAT, 2007).

Sem o lote de terras para a roça, algumas sem casa e precisando participar da atividade produtiva, as mulheres se veem sem perspectiva de ocupação, pois, no assalariamento adotado pela usina, o contrato é individualizado, colocando-se diante *delas* o dilema de conciliar o trabalho individual mediado por contrato com a ordem patriarcal, como confirma Fischer (2007, p. 6),

Em princípio, se fosse incluída no assalariamento, sua participação mostrava a impotência do chefe de família como provedor; por outro lado, se a mulher passasse a ajudar o marido no eito, criaria também uma situação constrangedora à luz dos padrões morais, ao juntar-se a outros trabalhadores masculinos, estranhos a sua família.

Nesta perspectiva, em função da possibilidade de receberem salário a sujeição da mulher aos homens de seu núcleo familiar estava em transformação. Ainda assim, as mulheres trabalhadoras, assalariadas rurais, continuavam a exercer as funções de “donas de casa”, ou seja, mesmo proletarizadas eram – e continuam sendo até o presente século¹¹ – as responsáveis pelos serviços domésticos e de cuidado com as/os filhos/as, os/as idosos/as e os/as doentes, sendo a sua sujeição uma constante na realidade das trabalhadoras das lavouras de cana-de-açúcar.

10 No Brasil, nos anos de 1950, aproximadamente 24% da população rural do país migraram para as cidades, ou seja, um montante equivalente a 8 milhões de pessoas (MELLO e NOVAIS, 1998).

11 Tratar-se-á sobre as características das trabalhadoras rurais assalariadas na cana-de-açúcar, analisando-se as determinações e condições de vida e de trabalho no próximo capítulo.

É, ainda, este assalariamento que promove, segundo Fischer (2000), ao mesmo tempo, alienação e consciência. Para a referida autora o salário que garante a sobrevivência dos trabalhadores/as e da família é o objetivo comum dos que foram reunidos no mesmo lugar (eu diria no mesmo território), estando todos na mesma posição de subordinação que lhes garante a possibilidade de socialização e identificação de interesses de classe. Assim, diz a mesma autora (2000, p. 14),

O assalariamento aliena o trabalhador quando iguala a força de trabalho a outras mercadorias sujeitas à concorrência no mercado, quando retira do trabalhador a posse do que produz e torna a própria sobrevivência dependente da venda de sua força de trabalho. Além dessa alienação, o assalariado é submetido à ideologia das organizações que, através de leis, normas, regulamentos, impõem aos trabalhadores de ambos os sexos a aceitação da exploração do seu trabalho.

Contudo, apesar da aceitação formal da exploração para ambos os sexos no assalariamento, o trabalho nos canaviais fora, desde o período colonial¹², quando a escravidão era utilizada nas plantações e na indústria açucareira, dividido por sexos-gêneros. O trabalho, que se constitui como elemento fundante dos indivíduos e da construção da sociedade, em suas relações sociais, quando entrelaçados aos elementos biológicos e culturais produziu relações sociais de sexo. Na formação social e histórica do Brasil, conforme se demonstrou até agora, neste estudo, em função da exploração ou da exportação para os mercados consumidores, em momentos distintos, as famílias trabalharam nos canaviais e construíram relações sociais e relações de sexo-gênero.

Em consonância com a conjuntura, diga-se de expansão do capitalismo no campo, através da modernização de usinas e de relações de trabalho, a divisão de sexo-gênero passa a incorporar a exploração da força de trabalho mediada pela compra e venda paga através da moeda corrente, porém agora, sob o assalariamento, a divisão sexual sustenta a divisão das funções e a possibilidade de diferenciação dos salários. As mulheres consideradas frágeis para o traba-

12 Conforme se verifica no Capítulo 1: Da chegada dos Europeus ao Brasil Império.

lho penoso e o esforço exigido nas ocupações, e mediante o acúmulo de responsabilidades no âmbito familiar e doméstico, se ocupam nas plantações das atividades “ditas leves”, ficando alijadas dos processos que dependem da intensidade do trabalho e por isso, passíveis de receberem menos que os homens¹³. Mas, esse salário continuou, conforme defendeu Fischer (2000), a favorecer o desenvolvimento da consciência crítica, à medida que possibilitou o convívio e a participação em movimentos que visavam à defesa de interesses comuns.

Como reação ao processo de expropriação, trabalhadores e trabalhadoras que já se organizavam, desde meados de 1945 em ligas¹⁴, ou nas *Ligas Camponesas* (ABREU E LIMA, 2005), intensificam suas ações. Os trabalhadores/as aspiravam pressionar os governos a tratarem a questão agrária como questão social.

Gozando de liberdade, os segmentos populares organizavam congressos, encontros, seminários, conferindo visibilidade às Ligas, responsáveis pela superação da ideia do suposto fatalismo da região Nordeste, reivindicando ação estatal e quebrando o tabu da discussão sobre reforma agrária (AZEVEDO, 1982).

Para fazer frente à questão regional explicitada pelo movimento e na tentativa de retirar o setor agroexportador nordestino da crise que o abatera em função do desenvolvimento desigual do capitalismo no país, que colocara o Sudeste em condições de manter-se no mercado internacional, o então presidente da República, Juscelino Kubitschek cria o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A proposta política do Grupo referia-se a necessidade industrializar, para promover desenvolvimento regional, figurando ainda entre suas propostas a criação daquela que “saiu do papel”, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE (ARAÚJO, 2000).

Surgindo em 1959, com a bandeira da industrialização hasteada, segundo Borges (1981, p.38), a SUDENE, na área canavieira, “[...] pretendia intensifi-

13 Essa é, sobretudo, uma relação sustentada pelo patriarcalismo e que já foi mencionada no capítulo anterior sob a base escravista.

14 As Ligas surgem no período posterior à redemocratização de 1945. “Elas nasceram sob a iniciativa e direção do recém legalizado Partido Comunista e sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização de camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil” (AZEVEDO, 1982, p. 55). E, segundo Abreu e Lima (2005), em meados dos anos 1950 o nome de Liga foi utilizado pela classe dominante para caracterizar os trabalhadores como comunistas.

car a cultura da cana através da modernização, para que terras férteis fossem liberadas para a produção de alimentos. Por outro lado, far-se-ia acordo com donos de terras, agora irrigadas e com produção mecanizada, para pagar a SUDENE com terras liberadas, que seriam então organizadas em pequenas propriedades familiares, vendidas pela SUDENE a longo prazo”.

Este projeto foi abandonado logo no início. Para Borges (1981), tratava-se de um projeto defasado haja vista o avanço do assalariamento e da sindicalização dos/as trabalhadores/as rurais da cana, passando por isso a reivindicarem por ganhos salariais. Além disso, para os latifundiários essa era uma proposta que poderia colocar em “xeque” a estrutura agrária.

Em síntese, o que se verificará, ao longo dos anos de existência SUDENE será, no tocante ao planejamento do desenvolvimento rural, a parca ou nenhuma contribuição para modificação da estrutura fundiária. E, consequentemente “[...] pode-se dizer que sua atividade pouco contribuiu para melhorar as condições de vida de camponeses e assalariados da agricultura, pecuária e agroindústria nordestina” (BORGES, 1981, p. 41).

As mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras em torno da questão fundiária se fortaleciam, dada a inércia das condições da vida e de trabalho e a manutenção da estrutura fundiária. Temerosa pelo avanço das Ligas e do comunismo no campo, a Igreja passou a organizar um trabalho de sindicalização rural (ABREU E LIMA, 2005); o governo João Goulart na tentativa de desviar as mobilizações agrárias estimulava a sindicalização em massa (AZEVEDO, 1982). As Ligas se enfraquecem e passam a repensar sua atuação, enquanto o Estado segue com a criação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA), em 1962 e a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, sinalizando favorável a reforma agrária enquanto os/as trabalhadores/as avançam nas suas reivindicações.

A SUPRA deveria colaborar na formulação da política agrária do país, planejando, promovendo, executando e fazendo executar a reforma agrária, quando esta acontecesse. Por sua vez, associado também às reformas de base¹⁵ propostas pelo governo da época, a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, balizava para os trabalhadores/as rurais o direito a receber

15 Reforma agrária, urbana, educacional e bancária propostas pelo governo.

salário mínimo, férias, repouso semanal remunerado, gratificação natalina; ou seja, este marco jurídico-formal garante aos empregados agrícolas diretos, que já estavam em processo de efetivação para os trabalhadores urbanos e os industriais na produção açucareira, tendo sido garantidos pela CLT. (SIGAUD, 1979; DABAT, 2007; ANDRADE, 2011; IANNI, 2004). E mais, os sindicatos rurais passaram a ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (ANDRADE, 1995i).

Em Pernambuco, os direitos aparecem, para os trabalhadores/as, como um dom, que lhes foi concedido por Miguel Arraes (1963-1964), que era para eles *Governo* na época (SIGAUD, 1979). Mas apesar dessa distorção¹⁶, para Andrade (2011), na tentativa de aplicação do que fora previsto pelo Estatuto do Trabalhador, o movimento popular deflagrou greves e pressionou os proprietários de terras, alegando não possuir condições de subsistir com a aplicação daquele.

Ianni (2004) chama a atenção para o fato de os sindicatos rurais terem aparecido no período posterior à instituição do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que por sua vez legislou a respeito das relações de trabalho para os trabalhadores rurais, para intervir sobre os antagonismos que geravam problemas sociais para os trabalhadores do campo. Defende-se que estes problemas são – pela forma como se apresentam e por originarem-se no modo de produção que transformara as relações de trabalho no campo e a proletarianização do homem e da mulher rurais –, expressões da questão social.

O avanço do capitalismo no campo, no início dos anos 1960, transformando a grande massa de trabalhadores em assalariados, permitiu que a sindicalização viabilizasse reivindicações mais fáceis de serem atingidas. Em função da garantia jurídica de direitos trabalhistas, a luta passou a ser pela efetivação daqueles. Contraditoriamente, adiou-se a luta pela propriedade da terra, levada a cabo pelas Ligas Camponesas.

E entre 1963 e 1964, as Ligas se redefiniram.

No plano interno, buscariam a sua unidade ideológica e política, ao mesmo tempo em que remontam à sua estrutura orgânica, transformando-se praticamente num partido agrário radical,

16 Cabe lembrar que o governo Arraes (1963-1964) buscou neutralizar a oposição entre as oligarquias e deslocar os conflitos do campo para a “mesa de negociação”, a fim de manter-se legitimado (AZEVEDO, 1982).

sem deixar de lado as suas organizações de massa. Em relação às suas alianças, estas seriam balizadas pelas suas concepções de uma frente de esquerda, tendo como núcleo central as forças revolucionárias, baseadas na união entre operários e camponeses e os setores progressistas, que incluíam a pequena burguesia e as classes médias empobrecidas (AZEVEDO, 1982, p. 112).

Somente quando a classe trabalhadora se posiciona no cenário político e pressiona a intervenção estatal, as expressões da questão social no campo, antes latentes e reprimidas passam de meros problemas sociais, que requerem a caridade ou a repressão do latifundiário ou usineiro para solucioná-lo, para passarem a exigir soluções dos governos e do Estado brasileiro.

O governo promulga o Decreto-lei nº 53.700, de 13 de março de 1964, que desapropria as áreas rurais, às margens dos eixos rodoviários federais, e os leitos de ferrovias nacionais, e o decreto que regulamentava a sindicalização no campo, e o apoio às ações da CONTAG (AZEVEDO, 1982). Todavia, quando parece iniciar-se uma reforma, mais um governo autoritário passará a reforçar a tradição antidemocrática desse país.

2.4 A DITADURA MILITAR E O TRABALHO RURAL

No período que corresponde aos governos militares ditatoriais (1964-1985), as ações do Estado no campo, em função da repressão, fazem as Ligas desaparecer e redefinem-se o papel dos sindicatos. O Estatuto da Terra¹⁷ foi utilizado para amenizar as tensões entre trabalhadores rurais e proprietários de terras e usinas, sob o discurso de realização da reforma agrária e promoção da Política Agrária. Para efetivação da Reforma Agrária designou-se ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) a competência de promover e executar a reforma observando a lei e desapropriando e/ou distribuindo terras¹⁸.

17 Criado pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964.

18 No Nordeste, as ações do IBRA foram realizadas em convênio com a SUDENE. O instituto foi o primeiro dos mecanismos que regulamentava sobre a reforma agrária na tentativa de remediar as tensões e a luta de classes no campo. Posteriormente, em 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INCRA, 2011).

A proclamada pela mídia como *Revolução* de 1964 é vista como fonte de direitos (DP, 22 de maio de 1964, nº 117. 1º Caderno, p. 4). O golpe de 1964 teve por pano de fundo a expansão da capacidade produtiva dependente do capital internacional, do capital nacional privado e do capital estatal. Vitorioso em 1º de abril, o regime militar fez frente à organização dos/as trabalhadores/as e do campesinato, os atos institucionais mantiveram a centralidade no poder executivo e a ideologia da segurança nacional (ALVES, 2005).

O perigo do comunismo, que ameaçava os latino-americanos, deveria ser combatido com a alegação de manutenção da democracia. Mas, a supressão desta e a aliança entre aqueles que apoiaram o golpe (o capital internacional, o capital nacional privado), associado a segurança nacional culminou com a imposição de um Estado com poder autoritário e coercitivo, bem como na interrupção das propostas reformistas do período pré-1964.

Os governos incentivaram a iniciativa privada, a industrialização e os grandes empreendimentos agropecuários. Em Pernambuco, através da SUDENE a ênfase foi dada à implantação e desenvolvimento das indústrias para formação de distritos industriais no Grande Recife (ANDRADE, 1995i).

O desenvolvimento das classes no campo, depois do golpe de 64, relacionou-se com o desenvolvimento capitalista no meio rural, com a finalidade de suprir a necessidade da cidade e da indústria. “No campo, produzir é produzir para manter e desenvolver o “modelo econômico” adotado, eminentemente aberto à economia internacional”. (IANNI, 2004, p. 145). Além do mais, desenvolver o campo e a produção agrária não implica a melhoria das condições de vida e trabalho do proletariado agrícola, mas a garantia de excedentes exportáveis.

Por vezes, esse desenvolvimento requer a manutenção da organização social do trabalho articulada à produção mercantil. De maneira geral,

Analizando a problemática da intervenção do Estado no período de governo autoritário, observa-se que ele provocou o crescimento das unidades de produção fabril usinas e destilarias e estimulou a concentração da propriedade da terra e da área ocupada com a cana-de-açúcar. Essa política contribuiu para que a cana conquistasse espaço em áreas ecológicas pouco apropriadas e, em detrimento da pecuária e da agricultura de alimentos. Contribuiu também com a mecanização, para acelerar o êxodo rural e provo-

car o crescimento exponencial das cidades, degradando as condições de vida e de saúde da população. (ANDRADE, 2011, p. 247).

Para a defesa do “desenvolvimento” que degradava paulatinamente o proletariado brasileiro e pernambucano, Freyre (1970) afirmou que problema eram os desajustamentos de caráter ecológico e vários de ordem socioeconômica, passíveis de serem ratificados, entendidos como consequência do “agitaçãoismo” dirigido e influenciado pelos comunistas vindos de outros estados do Brasil para Pernambuco, ou estrangeiros ou como consequência de desvios psicossociais. Como sugestão para solucioná-los o autor aponta para a dita necessidade de reorientação firme nas relações entre a população e a terra, ou democratização da economia e efetiva democratização da sociedade e cultura das regiões.

Há que se considerar que a democratização naquele período histórico significava o avanço de direitos sociais, entre estes a educação, largamente defendida, e a repressão dos direitos civis e políticos. De maneira geral, para atingir os objetivos de “democratização da economia”, o que se verificará no campo serão ações na tentativa de eliminar os conflitos entre o capital e trabalho para manutenção do “desenvolvimento econômico”, que deveria resultar em desenvolvimento social; a repressão as Ligas no Nordeste e a cooptação dos sindicatos.

Enquanto os direitos sociais tardavam em ser acessíveis no campo, as condições de vida e a possibilidade de vender a força de trabalho são problemáticas, o caminho da cidade toma o sentido do caminho da sobrevivência. Para os/as assalariados/as permanentes da produção agrícola, a dispensa poderia chegar a qualquer momento. A modernização selvagem da agricultura se materializava nos anos 1960, no Sul e Sudeste brasileiro e nas usinas do Nordeste, que passaram a incorporar tratores e implementos agrícolas no trabalho nas plantações. Cerca de 14 milhões de trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias migram para os centros urbanos, sem emprego e vislumbrando na indústria urbana a possibilidade de oportunidades e melhores condições de vida (MELLO e NOVAIS, 1998).

Aqueles que se recusam a permanecer no campo, se movimentam por todo o país. O Brasil pode ser considerado uma sociedade nacional quando as fronteiras internas desaparecem em função da circulação de pessoas capazes de

vender sua força de trabalho e produtos a serem consumidos. Estamos diante do capitalismo, sob a capacidade de articular regiões desiguais para o desenvolvimento de uma economia sempre voltada para o mercado internacional.

Neste país, as ações do Estado diferenciam-se segundo as regiões. Ou ainda na mesma região continua a promover a desigualdade pela omissão, conforme se pode interpretar a partir das palavras de Arraes, “[...] a Zona da Mata, em Pernambuco, sendo a região mais rica do Nordeste é, entretanto, a região de maior pobreza, a região onde, hoje, a miséria atinge maior massa humana [...]”. (ARRAES, 1970, p.307). Para que as desigualdades deixem de ser um gargalo para o desenvolvimento da Nordeste, sobretudo para o desenvolvimento industrial Arraes (1970, p. 390) afirmava que,

[...] sem essa consciência de que é necessária a intervenção do Governo, das autoridades federais, do órgão que regula a produção do açúcar em todo o país, sem o aprimoramento da técnica que exige novas inversões, vindas também de fontes oficiais – sem isso continuaremos no impasse em que estamos: os trabalhadores a pretenderem aquilo que a lei determina (salário mínimo e demais vantagens) e o usineiro ou o plantador de cana a alegar que a remuneração do seu capital não é bastante para atribuir tais pagamentos. E esse impasse precisa desaparecer porque é na região do açúcar onde existem milhares e milhares de famílias que constituirão consumidores certos para produtores da indústria que se pretende instalar no Nordeste e não podemos instalar indústria onde [...] os salários são reduzidos e só bastam para comprar feijão, um pedaço de charque e alguns litros de farinha por semana.

O trecho da fala de Arraes deixa transparecer que a identidade que se consolidava, desde o avanço da proletarização encontrava-se desfigurada. A pauperização e a segmentação que se introduz no conjunto da força trabalho são uma constante. Ao se criar uma oposição entre os que “optarem” pela permanência nas vilas das usinas e engenhos e os que migraram para as favelas das cidades, ou entre os clandestinos e os “fichados”¹⁹ promove-se a oposição entre os próprios trabalhadores/as. (SGRECIA, 1979).

19 Termo usado no senso comum para denominar aqueles/as trabalhadores/as que possuem vínculo

Para os “fichados”, a criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL) em 1969 e do Programa de Assistência Rural (PRORURAL), em 1971, estiveram previstos benefícios de aposentadoria e o aumento dos serviços de saúde, que já eram concedidos aos trabalhadores rurais, através dos sindicatos rurais²⁰. De acordo com Brumer (2002, p.56),

Entre outras medidas, o PRORURAL previa a aposentadoria por velhice e por invalidez para trabalhadores rurais maiores de 70 anos de idade, no valor de ½ salário mínimo; pensão, equivalente a 70% da aposentadoria, e auxílio funeral, para dependentes do beneficiário; serviços de saúde, incluindo assistência médico-cirúrgico-hospitalar e tratamento odontológico; serviço social em geral. [...]. A efetividade do programa estava garantida, uma vez que a legislação que o criou também previu a forma de obtenção de recursos para sua implementação.

Segundo a mesma autora, na continuidade da tentativa de integrar os setores rurais ao desenvolvimento econômico e ainda exercitando o seu caráter centralizador, para intervir ativamente sobre a questão social o Estado ditatorial cria, em 1974, o Ministério de Previdência e Assistência Social (MPAS). Já em 1977, se verificará a criação do Sistema Nacional de Previdência Social (SINPAS) e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), culminando com a extinção do FUNRURAL.

Em 14 de novembro de 1975, pelo Decreto nº 76.593, surge o PROÁLCOL, que “[...] financiou com muita generosidade os empresários que quiseram instalar destilarias ou implantar destilarias anexas em usinas já existentes.” (ANDRADE, 1995i, p. 13). Fato que influenciou que em PE em 1986 existissem em funcionamento 33 usinas e 34 destilarias.

empregatício registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social.

20 Para os fichados quanto às “Medidas relativas à organização dos trabalhadores rurais foram adotadas em várias leis, na década de 60, viabilizando posteriormente a associação entre os sindicatos de trabalhadores rurais e a previdência social rural” (BRUMER, 2002, p. 55). Vale a pena conferir a lista, apresentada por Brumer (2002) no artigo Previdência social rural e gênero, de aparatos legais criados para regulamentar a sindicalização no campo. São mecanismos que materializavam a cooptação dos sindicatos bem como as limitações impostas aos trabalhadores/as.

O Programa incentivou a produção e a expansão das plantações promovendo, assim, queda da oferta de alimentos, desemprego sazonal, poluição e intensificação do êxodo rural em todo o estado pernambucano, e especificamente,

Na zona canavieira, enquanto prosseguem os subsídios, o PRO-ÁLCOOL (programa governamental) introduz a possibilidade da produção de álcool (energético escolhido para enfrentar a crise do petróleo no Brasil), e entre 1970 e 1990 a produção da cana duplica consolidando o monopólio da cana sobre as terras da Zona da Mata e até invadindo o agreste [...]. (ARAÚJO, 2000, p. 161).

Verifica-se que se por um lado tentava-se integrar o meio rural ao desenvolvimento urbano viabilizando-se, ou na tentativa de viabilizar o acesso de trabalhadores e trabalhadoras à Previdência Social, por outro não se abre mão de continuar subsidiando a monocultura e a industrialização aliada à mecanização no campo, e mais, vê-se nesse setor a estratégia para enfrentamento de mais uma crise internacional do capital.

Em 1979, quando a ditadura militar no país já durava pouco mais de 15 anos, as pesquisas de Alexandre Sgrecia revelavam que na Zona da Mata de Pernambuco, o capital se consumava como relação social. E a maior evidência disso estava na supressão total das relações típicas da *morada*. Assim, os trabalhadores e trabalhadoras empregados/as que conseguiam manter-se nos postos de trabalho nas plantações, agora voltadas para a produção alcooleira, recebiam salário.

Fichados/as e clandestinos/as, que recebiam *salário* realizaram, entre os dias 2 e 9 de outubro de 1979, a primeira greve de trabalhadores rurais, depois de 1964 (SIGAUD, 1980); numa conjuntura de relativa abertura política, no contexto de repressão e violência, quando os salários e as condições de vida e de trabalho são problematizados pelos Sindicatos que resistiam durante o período ditatorial militar. A resistência no campo fazia, pois, parte do movimento amplo de esfacelamento da ditadura, mas, muito além disso, representou a continuidade de condições de trabalho e de vida precarizadas, quando

os governos incentivavam a mecanização no campo e industrialização como estratégia de desenvolvimento nacional.

Se no período imediatamente posterior as elites urbanas e uma pequena parcela das elites rurais vivenciaram um *milagre econômico*, os trabalhadores e trabalhadoras rurais foram esquecidos pelos “Santos milagreiros”, ficando aliados/as do aumento dos ganhos resultantes da produção canavieira na Zona da Mata e no Agreste, restando-lhes a deflagração da greve. Dentre os resultados, da greve de 1979 estavam à conquista dos mesmos salários e benefícios para homens e mulheres, sendo no ano anterior o salário das mulheres correspondente a metade daquele pago aos homens (ABREU E LIMA, 2005).

Entre os anos de 1950 e 1980, a penetração dos valores capitalistas na hierarquia e organização do trabalho pelo país afora, passou a mediar o julgamento a respeito de cada ocupação conforme as características, mais ou menos prazerosas, ou ainda, identificando se é limpa ou suja, leve ou pesada, rotineira ou criativa, subalterna ou de direção. Por ser considerada suja, pesada, rotineira, subalterna, além de extremamente hierarquizada, as atividades ou tarefas da lavoura de cana-de-açúcar, antes realizadas por escravos e escravas negros/as, mesmo perpassadas por valores capitalistas, agora remuneradas através do salário, e reproduzindo a exploração-dominação da trabalhadora rural, marca a identificação das assalariadas como *coisa* para o capitalismo brasileiro. A venda da força de trabalho é a via para o consumo, e o consumo do que a economia tornou-se capaz de produzir passa a representar a possibilidade de existência e de continuidade da venda desta força, que é a única mercadoria que a trabalhadora possui.

A maioria da população que ainda vivia no campo brasileiro em 1980, cerca de 40 milhões de pessoas (MELLO e NOVAIS, 1998), mesmo vendendo a mercadoria que tinha em posse, continuava mergulhada na pobreza absoluta. E o conjunto desses trabalhadores e trabalhadoras permanecia mesmo ocupando postos de trabalho, sem acesso a luz elétrica, saneamento, escola, e principalmente, sem alcançar os padrões de consumo das classes trabalhadoras urbanas.

2.5 A REDEMOCRATIZAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Encurralada, foi assim que Elio Gaspari (2004) intitulou a ditadura em seus anos finais. E foi bem assim que ela esteve. Após ter vivenciado, entre 1964 e 1973, o crescimento do Produto Interno Bruto e do setor industrial, à custa dos incentivos do Estado, das multinacionais, da concentração de renda, do declínio do salário mínimo que remunerava a força de trabalho da maioria dos trabalhadores e trabalhadoras, da repressão, da censura dos meios de comunicação, da tortura utilizada para reprimir a participação comunitária, sindical e política, e de políticas sociais condicionadas à política econômica adotada, ou utilizada como elemento para aumentar a acumulação de riquezas; o *castelo dos militares dá sinais de desmoronamento*.

O modelo econômico sucumbia. Uma crise internacional abalara economias nacionais. A ditadura brasileira perde o apoio das elites. Na América Latina, crescem as pressões por reformas. Os movimentos de base, vinculados à Igreja Católica, o sindicalismo no campo e na cidade, o movimento estudantil, os movimentos de mulheres, de negros/as, por direitos humanos apressam o processo de distensão. As mulheres estavam presentes na luta pela sua sindicalização. E especificamente no campo, anota Brumer (2002, p.67) que

Nas origens da mobilização das mulheres trabalhadoras rurais está o movimento de mulheres, que começou a desenvolver-se no país no final da década de 70, primeiramente como um movimento nacional de luta para o retorno da democracia no país e, em segundo lugar, como um movimento de luta pelos direitos das mulheres e pela eliminação de sua discriminação.

Repleto de polêmicas e contradições, a transição da ditadura para um novo período democrático se materializou legalmente na Constituição de 1988. A Carta Magna incorporou demandas dos segmentos envolvidos na sua elaboração. Inserida na relação entre capital e trabalho; moradores dos espaços urbanos ou rurais, homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos, brancos, negros, indígenas, de todas as regiões do país, tiveram no plano legal, a garantia dos direitos humanos.

No capítulo que apresenta os direitos sociais, através do Art. 7, os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais são iguados constitucionalmente. De maneira geral, nada de revolucionário lhe aparece, mas o tensionamento e a forma como a exploração acontece, coloca-nos a refletir sobre as permanências e avanços possíveis após sua promulgação. Ainda que, tendenciosamente, favorecendo muitas vezes o capital, à medida que não enfrenta a cerne da exploração, apenas legisla sobre as condições em que esta deverá acontecer. Mesmo diante da setorialização e fragmentação da seguridade social, os trabalhadores e trabalhadoras conquistaram direitos e ampliaram o acesso aos serviços públicos.

2.6 A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA NO FINAL DO SÉCULO XX E AS CONDIÇÕES DAS ASSALARIADAS RURAIS NO BRASIL

No mundo, durante a década de 1980, a crise incitou a consolidação de novas formas de acumulação. Araújo (2000) ressalta que a matéria-prima até então estratégica em nível mundial, o “petróleo”, foi substituída pelo “conhecimento”, enquanto a revolução científico-tecnológica avança, e novos setores passam ao comando da dinâmica econômica nos países centrais; e no Brasil, avançavam os direitos constitucionais, enquanto problemáticamente, a ausência de investimentos em infraestrutura e serviços públicos, estava atrelada à transferência da poupança para pagamento da dívida externa e ameaça de hiperinflação.

Para o rural brasileiro a reforma agrária tardou em não acontecer. Durante o governo José Sarney (1985-1990) a criação do Plano Nacional de Reforma Agrária fracassou. Os governos Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994), também não avançaram no enfrentamento da questão agrária. No início dos anos 1990, o governo Collor desmanchou os instrumentos da política agrícola – garantia de preços mínimos, redução do crédito agropecuário – e, reduziu os recursos destinados à infraestrutura, pesquisa agropecuária e assistência técnica, enquanto o mercado comemorava a venda de tratores e máquinas agrícolas, segundo Graziano da Silva (1999c).

Neste mesmo período o desemprego e o quadro de exclusão social se agravaram na Zona da Mata de Pernambuco²¹ devido à falência de várias usinas, como consequência do fim dos subsídios destinados a estas, com o fechamento do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) pelo Governo Collor (ALBUQUERQUE e VITAL, 2011).

Já o primeiro governo FHC (1995-1998), mesmo diante do crescimento no número de assentamentos, esbarrou nos problemas de infraestrutura para residir e produzir no campo. Privatizações e a redução dos investimentos em políticas sociais e nos serviços públicos fizeram o neoliberalismo fincar raízes profundas como uma árvore que teimava em não dar frutos agradáveis à classe trabalhadora²².

A conjuntura mantém acesa a chama dos movimentos sociais no campo. O Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) inicia nos anos de 1990, sua atuação do Nordeste influenciando na estrutura das propriedades e no planejamento dos governos da região, enquanto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) continuava nas lutas pelo acesso a terra. Todos estes influenciando na visibilidade conferida as questões de gênero (FISCHER, 2004).

Sem excluir a possibilidade da reforma agrária, organizações sindicais, ligadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), preocupadas, sobretudo com a aplicação das leis trabalhistas no campo ou convenções coletivas, representavam trabalhadores e trabalhadoras na continuidade das reivindicações por direitos trabalhistas e melhores condições de vida para os assalariados e as assalariadas, bem como na defesa da reforma agrária, do fortalecimento da agricultura familiar e de políticas democratizantes dos espaços públicos.

21 De acordo com Albuquerque e Vital, diante da fome das famílias da Zona da Mata de Pernambuco, que sofriam com as consequências da entressafra, surgiu o Programa Chapéu de Palha, criado pelo então Governador, Miguel Arraes. Prestando serviços ao Estado, trabalhadores e trabalhadoras conseguiam garantir a alimentação da família.

22 Essa comparação é meramente explicativa, tendo em vista a impossibilidade de fazer um debate teórico sobre o que é esse modelo ou o que ele representou para o Brasil. Não se almeja a naturalização das consequências imediatas do neoliberalismo com a metáfora da árvore.

O final do século XX foi marcado pela recessão e pela crise do crescimento econômico brasileiro. No mundo, vivencia-se um modesto crescimento da produção mundial (ARAÚJO, 2000). Na busca da superação da crise operam-se a reestruturação produtiva, intensificam-se a internacionalização dos mercados e a financeirização do capital.

As características da agroindústria açucareira mundial estão determinadas pelas necessidades de reprodução do capital em função da liberalização das relações sociais e sobre a base do neoliberalismo. Os efeitos da ideologia neoliberal, neste início de século XXI, sob a economia açucareira envolvem, no mundo: privatização de terras e fábricas no Caribe e no Leste europeu; redução da regulação dos Estados nacionais; redefinição da política de subsídios; desemprego; queda dos salários; precarização das relações de trabalho; deterioração e negação dos direitos e benefícios sociais e trabalhistas; flexibilização do mercado; redefinição de acordos; concentração de capital e início de internacionalização da produção. Mais especificamente, em Thomaz Junior (2002, p. 37), aparecem como características da agroindústria açucareira mundial:

1. Parte das plantações de cana-de-açúcar está em grandes e médias áreas, (privadas ou estatais), envolvendo grande número de trabalhadores assalariados, ainda que, recentemente, expressiva parcela esteja sendo substituída pela intensificação da mecanização.
2. A maioria das plantações e da produção do açúcar da cana-de-açúcar está ao encargo de pequenos produtores (considerando de 0,5 a 50 ha) – em que muitos países representa mais da metade da população ou dos trabalhadores – sob as mais diversas condições de produção, técnicas, econômicas e inserção no processo produtivo (autônomos, assalariados, arrendatários, cooperativados, áreas coletivas), com formas diversas de organização (cooperativas, associações, sindicatos), sendo, pois, que a grande maioria desses trabalhadores ainda está desarticulada de organizações independentes e politicamente representativas.
3. Em muitos outros casos, entretanto, os pequenos produtores estão estabelecidos ao redor de grandes fazendas, nas proximidades das indústrias processadoras (agroindústria) [...].

Assim, nos territórios em que a produção agroaçucareira data de séculos anteriores ao que por ora vivemos, os processos macrosociais indicados afetam o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras diferentemente. No campo, no Brasil, flexibilizam-se os direitos dos/as trabalhadores e trabalhadoras e nas áreas de monocultura, em função da falta de alternativas produtivas não há, desde o final do século passado, garantia de empregos na entressafra, levando os/as trabalhadores/as a um quadro de miséria alarmante.

A generalização das inovações tecnológicas, de novas formas de produção e gestão do trabalho são alguns dos elementos da nova ordem mundial que tendem a criar por um lado, um núcleo de trabalhadores e trabalhadoras estáveis, polivalentes e com elevada capacidade profissional e, por outro, uma massa de desempregados ou de empregos temporários e precários. (CONTAG, 1998, p. 92).

O capitalismo, enquanto modo de produção material e espiritual que revoluciona as condições de vida e trabalho, os modos de ser dos indivíduos e coletividades, podendo também acomodar-se convenientemente as formas sociais existentes (IANNI, 1999), apropriava-se no campo das relações de gênero preexistentes.

Desde a emergência do capitalismo, as desigualdades entre os sexos são apropriadas em função da lógica do modo de produção e a exploração-dominação do sexo-gênero passa a incorporar a exploração do homem pelo homem (ANTUNES, 1999). A divisão sexual do trabalho segue, pois, determinações conjunturais e históricas (CARLOTO, 2001).

E no Brasil, conforme se discutiu nesses dois primeiros capítulos, esta assimetria nas relações de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar foi determinada por fatores diversos: inicialmente em função da sociabilidade indígena, alterada pela chegada dos colonizadores, e posteriormente pela escravização de pessoas negras; ou seja, as relações sociais de sexo-gênero e de trabalho foram determinadas pelos objetivos da colonização, quando da implantação da cultura açucareira em nosso território. Ao longo da formação sócio histórica, o aprofundamento e a expansão – bem como as muitas crises – da economia

agroexportadora foram adaptando as relações sociais de sexo e de trabalho, às necessidades de expansão do capital.

Trabalhando, manuseando instrumentos agrícolas rudimentares ou semeando, as mulheres trabalhadoras rurais assalariadas, ocupadas na cultura da cana-de-açúcar em Escada – PE estão sob condições de vida e de trabalho que são determinadas, influenciadas e/ou tensionadas pela formação social do Brasil e do estado pernambucano, pelas ações do Estado, pelas necessidades do mercado e do capital, e pelas formas de organização da classe trabalhadora e da sociedade civil.

Para Fischer (2004), no meio rural a expansão do capital deu lugar ao surgimento de problemática agrária, cujos desdobramentos sociais são incontroláveis.

Em detrimento da democracia, a relação de gênero orientou práticas, desejos e ambições restringindo ou ampliando as possibilidades de vida no campo (CONTAG, 1998). A divisão sexual do trabalho nas plantações de cana-de-açúcar particulariza a especialização dos trabalhos. A taxa da extração de mais-valia é aumentada em função da menor remuneração do trabalho da mulher e da sua precarização ao associá-las as atividades de menor remuneração como *adubação, capinagem e em geral as atividades totalmente manuais*. As trabalhadoras estão à margem dos processos de mecanização agrícola ou simplesmente do manuseio de equipamentos e implementos. Passaram a receber um salário inferior àquele pago aos homens que operam máquinas e automotores, neste século que já possui mais de uma década.

Nos anos 2000, a capacidade de questionar essas relações é garantida pela democratização vivenciada nos anos 1980, sendo a Marcha das Margaridas, um exemplo da capacidade política, articulatória de organização, mobilização, interlocução e construção de políticas públicas das mulheres do campo e da floresta (FETAPE, 2010). Mas, passam a cada dia a revelar que as garantias legais têm esbarrado nas reais condições para aplicabilidade da legislação, ou que o acesso a essas garantias não têm viabilizado melhorias significativas nas suas condições de vida e de trabalho.

Ainda sobre esse início do século XXI, verifica-se que a Seguridade Social, sob a tese de crise fiscal do Estado e a refundação do mesmo, sofre os efeitos do corte nos gastos sociais, acompanhado por uma significativa retração

às políticas sociais, e pelo doloroso processo de desresponsabilização estatal (SITCOVISCK, 2010), aproveitado pelas ONGs, as fundações empresariais e as instituições filantrópicas que exercitam a “responsabilidade social”. Entre os desdobramentos do *corte* está a mercantilização que oferece elementos para explicar a expansão da Assistência Social, a privatização da Previdência Social e da Saúde Pública.

A exploração-opressão das mulheres assalariadas nas plantações de cana-de-açúcar segue encorpando com a mecanização no campo mais um elemento a questão social. Tal expressão da questão social permanece se manifestado na Zona da Mata Pernambucana. Logo, são essas mulheres que, inseridas em espaços ocupacionais, lidam com relações socialmente construídas, que teimam em não desaparecer.

Foram, e são as relações sociais, que ao longo da formação econômica, política, social e cultural do país permaneceram ou foram alteradas pelo movimento das classes sociais, e das estratégias do capital e do trabalho, para assegurarem as condições de vida e de trabalho favoráveis à produção e reprodução, tanto de um como do outro.

03 Assalariadas nos canaviais: condições de vida e de trabalho das mulheres nos canaviais de Escada - PE no século XXI

O município da Escada, localizado a 60,3 Km da capital do estado pernambucano, Recife, tem uma porção territorial de 346,957 km² (IBGE, 2010). Por entre suas colinas, morros, canaviais e o perímetro urbano, o rio Ipojuca banha o espaço geográfico, inicialmente ocupado por potiguares, mariquitos e tabajaras. Geograficamente dotado de relevo ondulado, “A paisagem geomorfológica mamelonar, que se assemelha a um “mar” de morros baixos e colinas arredondadas, representa um fragmento da superfície rebaixada do embasamento cristalino que circula o planalto da Borborema” (FIDEPE, 1982, p.13), garantindo à cidade um ar agradável, associado ao clima tropical chuvoso.



FIGURA 2: Ladeira do Mariquitos – nome da tribo indígena que ocupava aquele território.

FONTE: Aline de Souza Souto, 2013.

Mesmo com o avanço da colonização e da agroindústria canavieira na Mata Sul de Pernambuco, nos fins do século XVI, no território que hoje corresponde ao município, não existem registros históricos de nenhum engenho, quando daquele avanço. Também nos relatórios dos holandeses, que dominaram a capitania de Pernambuco, entre 1630 e 1654, nenhuma referência se faz ao território da Escada, concluindo-se que pouco provavelmente existiu algum núcleo de colonização até os fins do século XVII naquele lugar (FIDEPE, 1982).

O estudo encomendado pelo Governo do Estado de Pernambuco à Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco (FIDEPE) revela dados importantes sobre a história da Escada, que merecem ser sinalizados¹ aqui:

- No século XVIII, o avanço da agroindústria canavieira se deu em função da necessidade de expansão das áreas dominadas por portugueses para restauração da economia. A catequese foi se desenvolvendo por missionários que, oriundos de Portugal, pertenciam à Congregação dos Padres de S. Felipe Néri. De acordo com Silva (1995d), os oratorianos para sua ação catequética, construíram o Oratório de Nossa Senhora da Apresentação, situado em um morro acessado por uma escada de degraus cavados na terra, a partir de então a localidade passou a ser conhecida por N.Sra. da Escada, e Escada, posteriormente.
- Em 1774, o espaço da atual Escada possuía 513 habitantes; e em 1872, o total de 20.759 habitantes;
- Em 1757, o espaço a Aldeia, encontrava-se vinculado à freguesia de Ipojuca; em 1811, passou a fazer parte da Vila do Cabo; e depois da Vila de Ipojuca; já em 1833, da Vila de Vitória; elevada a categoria de cidade em 1873, e de município autônomo em 1893;
- Em 1860, comemora a chegada do trem pela Estrada de Ferro Recife-São Francisco, e a instalação dos trabalhadores e suas famílias, que construíram novas casas e se fixaram no local. E em 1926, registra-se a chegada da energia elétrica, que propiciou mais tarde a instalação da

1 O acesso ao estudo realizado pela FIDEPE é resultante das buscas pelo nome do município nos acervos da Biblioteca Central Blanche Knopf, localizada na Rua Dois Irmãos, 92 - Edif. Dirceu Pessoa, Apipucos, 52071-440, Recife / PE, Fundação Joaquim Nabuco. Dados históricos do município, guardados no Acervo Municipal, foram perdidos desde a Cheia de 1970.

Companhia Industrial Pirapama, uma fábrica de tecidos movida pela energia captada da queda d'água do Rio Pirapama.

O período oitocentista, estudado pelo historiador Edson Silva (1995d), foi marcado pelos conflitos de terras entre os indígenas ex-aldeados e os donos de engenhos. Das análises do referido autor, decorre a interpretação de que nas lavouras de cana-de-açúcar foram utilizadas a força de trabalho de homens e mulheres mestiços, dos indígenas retirados de suas terras e pessoas escravizadas². Também foi no século XIX que se registrou a construção do primeiro engenho central de Escada, em 1882, por uma companhia europeia, bem como a continuidade da construção de muitos outros.



FIGURA 3: Ruínas do Engenho Timbó-Assú, fundado em 1897.

FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

Pela sua saliência em defesa da República, o município sediou a 2ª Conferência do Centro Republicano de Pernambuco, nos fins do século XIX (LOBO, 1958). Já na conjuntura republicana, para promover o desenvolvimento e a

2 As relações sociais e a formação sócio histórica e cultural do país e de Pernambuco foi brevemente explanada nos capítulos anteriores.

manutenção da agroindústria açucareira da Zona da Mata, obras de infraestrutura foram sendo realizadas: construção da Ponte da Atalaia, em 1925, e rede de eletrificação.

Entre 1940 e 1970, Escada foi um município caracteristicamente rural, com alta concentração fundiária. O comércio local era formado por pequenas lojas de tecidos e roupas e movido pelo excedente dos sítios, que existiram até que a expropriação completa dos moradores se materializasse.

Pela concentração de pessoas para trabalharem na Pirapama e em função do êxodo rural no agreste, a cidade aumentou a concentração de pessoas, tendo em 1980, 58% da população total do município residido em área urbana (FIDEPE, 1982). Por ter sido o quinto município em arrecadação do estado, ainda segundo dados da FIDEPE, decorre a interpretação de que, contando com incentivos estatais para modernização agrícola e com o aumento das relações assalariadas agroindustriais, dada a extinção da *morada*, analisada no capítulo anterior, as Usinas ampliaram em produção e faturamento produzindo álcool, nos anos 1980³. Além disso, o fim da *morada*, e o crescimento sucroalcooleiro passam a apontar para a necessidade de deslocamento de trabalhadores e trabalhadoras para o espaço urbano, haja vista a oportunidade de venda da força de trabalho para outro setor/empregador.

Nos anos 1990, a instalação da empresa Soprano Eletrometalúrgica Hidráulica LTDA e a ampliação dos equipamentos sociais na cidade, cristalizaram a primazia do urbano, no município. A divisão entre a cidade e o campo é para Marx e Engels (1986) resultado da separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola. Em Escada, associado a essa divisão, aprofundada pelo capitalismo, os *engenhos* se urbanizaram e foram urbanizados ou a cidade se encontrou com eles, ao ampliar seus limites, de modo que campo e cidade se “*comunicam*” o tempo todo.

3 Recorda-se que, a produção de álcool foi incentivada pelo governo ditatorial militar brasileiro, conforme se explanou no item “A ditadura militar e o trabalho rural”, do capítulo 2, deste estudo.



FIGURA 4: Área urbana e ao fundo o “mar de morros”.

FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

Sobre o município, o censo do IBGE realizado em 2010 revelou: da população residente total no mesmo ano, 63.517 habitantes, 85% reside no espaço urbano, enquanto 15% residem no espaço rural. Dessa população que reside no meio rural, cerca de 86% tem entre 6 e 60 anos de idade.

Residir no *rural* não significa necessariamente trabalhar em profissões vinculadas à agroindústria predominante na região, nem em terras próprias para o cultivo, ou em que se desenvolvem atividades agropecuárias.

Por estar inserido na Região de Desenvolvimento da Mata Sul de Pernambuco, conforme pode ser observado no mapa 2, e dada sua proximidade geográfica com o Complexo Portuário de Suape, situado entre os municípios de Ipojuca e Cabo e Santo Agostino, muitos trabalhadores e trabalhadoras que residem no município vêm sendo empregados/as na construção civil e demais empreendimentos que se vinculam ao Complexo.



MAPA 2: Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.

FONTE: CONDEPE/FIDEM, 2012.



MAPA 3: Limites da Escada.

FONTE: ESCADA, 2012.

Ademais, o município passou, desde 2008, a compor o Território Estratégico de Suape – que compreende cinco municípios na sua área de influência Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno e Escada (CONDEPE/FIDEM, 2012) – atraindo por isso, empreendimentos que começam a se instalar pela cidade.

Do total de residentes e empregados no meio rural não se sabe quantas nem quem são as trabalhadoras canavieiras. A inclusão das trabalhadoras da agricultura familiar na previdência social, faz com que o conjunto das trabalhadoras rurais se confundam nas pesquisas estatísticas. Aparecer nos dados estatísticos entre o total da população, entre as pessoas alfabetizadas ou não, ou por entre os números do total de beneficiários/as dos Programas de Transferência de Renda, também inviabiliza a elucidação de como as assalariadas dos canaviais trabalham e vivem. As entrevistas realizadas com assalariadas rurais, no período de julho de 2012 a dezembro do mesmo ano, revelam condições de vida e de trabalho que merecem ser analisadas cuidadosamente na sua relação com a questão social. As condições de vida são determinadas pelas condições de trabalho e as duas formam um todo indivisível, que se insere na totalidade das relações de exploração típicas da sociedade capitalista. E, em se tratando das trabalhadoras rurais assalariadas, numa conjuntura democrá-

tica e de afirmação de direitos constitucionais, ameaçados pela focalização das políticas sociais, tais condições encontram-se situadas no conflito entre capital e trabalho, discussões de gênero, do papel da sociedade civil e do Estado.

3.1 O TEMPO TRABALHADO E A REMUNERAÇÃO DA MULHER NOS CANAVIAIS

O tempo despendido para o trabalho assalariado é regulamentado pela Constituição de 1988. A duração do trabalho é definida, pela Carta Magna, para uma jornada de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho (Art. 7, XIII).

Para as trabalhadoras rurais a Convenção Coletiva 2011-2012⁴ prevê que a jornada ou o “tempo efetivo de serviço” corresponde ao tempo em que o trabalhador/a está à disposição do empregador, devendo ser computado para totalizar oito horas diárias, determinadas em Lei. Nessa perspectiva, a Convenção elimina a possibilidade de que na jornada compute apenas o tempo de execução das tarefas, e que deixe de contar o tempo referente ao percurso até o local em que a tarefa deverá ser executada.

Ainda assim, nas atividades nos canaviais existe a possibilidade dos serviços que são combinados com o empregador, podendo a tarefa a ser executada ser computada somente em função da sua conclusão. O tempo é, portanto, um elemento importante para a jornada de trabalho, tendo aparecido de maneira diversa entre as mulheres entrevistadas. R.M.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em junho de 2012), explicou:

4 Aquela que vigorava quando as entrevistas e as observações de campo foram realizadas e que abrange a(s) categoria(s) de trabalhadores e trabalhadoras rurais, com abrangência territorial em Abreu e Lima/PE, Água Preta/PE, Aliança/PE, Amaraji/PE, Araçoiaba/PE, Barreiros/PE, Belém de Maria/PE, Bom Jardim/PE, Bonito/PE, Buenos Aires/PE, Cabo de Santo Agostinho/PE, Camutanga/PE, Carpina/PE, Catende/PE, Chã de Alegria/PE, Condado/PE, Cortês/PE, Escada/PE, Ferreiros/PE, Gameleira/PE, Glória do Goitá/PE, Goiana/PE, Igarassu/PE, Ilha de Itamaracá/PE, Ipojuca/PE, Itambé/PE, Itapissuma/PE, Itaquitinga/PE, Jaboatão dos Guararapes/PE, Jaqueira/PE, Joaquim Nabuco/PE, Lagoa do Carro/PE, Lagoa do Itaenga/PE, Limoeiro/PE, Macaparana/PE, Maraial/PE, Moreno/PE, Nazaré da Mata/PE, Palmares/PE, Paudalho/PE, Pombos/PE, Primavera/PE, Ribeirão/PE, Rio Formoso/PE, São Benedito do Sul/PE, São José da Coroa Grande/PE, São Lourenço da Mata/PE, São Vicente Ferrer/PE, Sirinhaém/PE, Tamandaré/PE, Timbaúba/PE, Tracunhaém/PE, Vicência/PE, Vitória de Santo Antão/PE e Xexéu/PE.

A gente, na nossa Convenção, existe vários tipos de serviço, e existe um serviço que é medido, num sei se você sabe! Na braça, que hoje, é compasso, e existe o serviço que é ou oito horas ou é a combinar, que numa diária ela pode pegar de sete horas por exemplo, e acaba de 8 horas mas foi medido, ela ganhou as oito horas, a diária dela, *tá* entendendo? E se for a combinar ela pega de sete horas e larga de onze ou meio dia, porque foi a combinar com o patrão, não é medido, como tem vários serviço que *num* é. Como *rebolação* de cana, é oito horas ou a combinar...

Os tempos se confundem entre o calculado pelo relógio e aquele da realização de uma tarefa. A trabalhadora pode passar oito horas “rebolando cana”, mas pode também passar o período de tempo suficiente para “rebolar cana” de uma área determinada pelo empregador. Entre as trabalhadoras rurais pode ocorrer, portanto a conexão entre os eventos e os objetos, sinalizada por Lima (2007, p. 72). Para a autora, “O tempo se faz empírico por intermédio da conexão realizada pelos eventos com os objetos”, podendo esses eventos assumir valorizações diversas.

Relação semelhante se verifica quando as trabalhadoras se referem ao momento em que iniciam seu trabalho nas plantações. O dia começa cedo para todas as canavieiras. Medindo o tempo pelo relógio I.S.L. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), alega: “Trabalho de manhã, pego de 6 até as 11”. Semelhantemente C.O.S (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) informa: “Pega de sete larga de meio dia”. E, M.L.F (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), “A gente sai de quatro hora, chega de duas hora. Agora quando tem mais siviço a gente chega essa hora, quatro hora ...”.

Mas, sem se valer da importância do tempo cronometrado pelo relógio, a jovem F.K.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) explicava: “[...] quando é medido, assim depende do nosso esforço mesmo, assim se trabalha rápido caba cedo, se trabalha devagá, acaba tarde”. Enquanto M.J.N (Trabalhadora rural. Entrevista em setembro de 2012), sendo mais detalhista, explica “Assim porque eu to no prantio né, assim não tem hora pra ir, assim pega cedo, assim tem vez que a gente pega cedo e largar onze hora, meio dia, ...”.

Cedo e tarde são categorias que se misturam com o tempo medido no relógio, passando a se relacionar com os fenômenos naturais, o nascer e o pôr

do sol, ou a temperatura do dia. A incerteza entre “onze hora, meio dia”, indica que o conhecimento empírico sobre o tempo cronometrado se incorpora à rotina do trabalho e passa a fazer parte da relação tempo trabalhado – “*serviço medido*”. Ao associar o plantio, por exemplo, ao tempo trabalhado, a trabalhadora indica que o segundo varia em relação ao primeiro, e que a relevância do “cedo ou tarde” alude ao início e término da atividade.

As tarefas são medidas pelos empregados que representam a autoridade do patrão para as mulheres. São tarefas que dependem da atividade que está sendo desenvolvida. Sendo assim, quando as mulheres realizam, por ordem do empregador, atividades que são associadas ao sexo-gênero, o tempo trabalhado difere em relação a homens e mulheres, emergindo a possibilidade desse regime reforçar as diferenciações nas condições de trabalho ou ainda entre os sexos-gêneros, em suas condições de vida.

Nessas situações de realização dos “serviços medidos” revela ainda outra relação a ser analisada: a capacidade produtiva da trabalhadora individual - duração da jornada. Entre o cedo e o tarde existe a possibilidade de extensão da jornada diária de trabalho, sob a responsabilidade da trabalhadora. A jornada pode ser inferior a oito horas diárias, mas pode também ser ultrapassada em função da necessidade de conclusão da tarefa, levando ao adoecimento das mulheres canavieiras.

A diversidade entre as formas de perceber o tempo e as relações com suas tarefas ou serviços, como as trabalhadoras chamam, reforça a afirmação de Lima (2007, p. 72), “[...] não há nenhum espaço em que o uso do tempo ocorra da mesma forma [...]”. As canavieiras têm formas singulares de organizar, utilizar e de perceber o tempo de cada tarefa realizada, que pode significar o tempo de plantar a cana ou fazer a cana cortada chegar a outro local.

Para as trabalhadoras o “serviço medido” pode esconder a relação entre o tempo trabalhado e o salário. O pagamento de salário ocorre mensalmente para os/as trabalhadores/as do município, com adiantamento quinzenal conforme prevê a Convenção 2011-2012. Na Convenção, assegura-se ao conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais os limites das tarefas no regime de produção, relacionando a tarefa realizada com o pagamento do salário. Sendo assim, a relação entre tarefa e salário se sobressai entre as trabalhadoras, enquanto a relação tempo e salário pode ser desfeita.

Outro elemento associado ao tempo trabalhado refere-se ao descanso. Historicamente, as atividades nas plantações de cana-de-açúcar foram consideradas penosas, por exigirem esforço muscular. Para que tal esforço não degrade as trabalhadoras e trabalhadores, a Norma Regulamentadora 31, (NR 31, citada na Convenção 2011-2012) prevê que a pausa para descanso deverá ser realizada ao serem incluídas na rotina do trabalho.

Apesar da determinação da NR 31, o que se constatou com a observação de campo realizada em 20 de agosto de 2012, durante a realização de plantio, foi que as trabalhadoras realizavam pausa para descanso sob a sua responsabilidade. M.J.N. (Trabalhadora rural. Entrevista em setembro de 2012) fala “Meu trabalho tá bom, eu chego, quando eu to com fome eu vo lanchar, ninguém diz nada, [...]”. O intervalo de tempo entre a tarefa realizada e o descanso necessário fica a critério da trabalhadora, quando o serviço é medido, haja vista que a tarefa deve ser realizada independentemente do tempo total da repetição das tarefas, do deslocamento e do descanso, por exemplo.

No “ninguém diz nada”, que aparece como antagônico ao que prevê a NR 31 é, também, provocador da falsa ideia de que a trabalhadora poderá descansar sempre que desejar, conforme sua vontade, ou seja, que ela é livre para optar entre o descanso e o esforço. Para as trabalhadoras ao realizarem “serviços medidos” ou, em regime de produção, a pausa pode representar a necessidade de passar mais horas no local de trabalho, ou a disposição do empregador, para a realização da mesma tarefa, ou simplesmente “largar tarde”, tornando o descanso passível de ser entendido como *perca de tempo*.

Para aquelas assalariadas que trabalham oito horas diárias, F.K.S (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) explicava: “Se parar pra comê e passa meia hora eles querem que trabalha mais meia hora pra paga o tempo...”. Quando se afirma o “*pra paga o tempo*” fica explícita a negação do descanso. E a não inclusão, por parte do empregador, da pausa por dia trabalhado, e o não cumprimento da NR 31, acarretam em riscos para a saúde e segurança, bem como violação de direito.

Ao que se percebe, em ambas as situações é que o descanso pode ou não ser realizado, em descumprimento da lei, que por sua vez não altera a possibilidade de jornadas extremamente exaustivas ou degradantes entre as trabalhadoras, dadas as referidas diversidades nas formas de perceber o tempo e

as relações com suas tarefas ou serviços. As Normas Regulamentadoras, ou os mecanismos legais e instituições possuem formas que divergem daquelas como as mulheres canavieiras medem o tempo. O tempo do cedo ou do plantio pode depender ainda dos instrumentos utilizados ou da forma como tradicionalmente se realizam as tarefas.

Desafiando as inovações tecnológicas, que se alinham aos processos macrossocietários, indicados no capítulo anterior⁵, e que tendem a reduzir o tempo de realização de atividades ou o quantitativo de trabalhadoras utilizadas, o tempo das canavieiras entrevistadas na realização de dada tarefa, pode levar horas ou dias. E, o fim da jornada nas plantações não representa para as trabalhadoras o término das obrigações diárias. Ao chegar à casa uma nova jornada recomeça, como todos os dias.

É interessante notar que nas entrevistas, esta outra jornada emerge diluída por entre as tarefas que realiza nas plantações de cana-de-açúcar, e podendo não ser entendida como trabalho, como se constata nas falas a seguir:

Depois do trabalho, toma conta do animal, cabra, bode, né? Aí varre os terreno, lava os pano, quando chego... A gente vende, a gente num gosta de comê né? tem as galinha, bota comê pras galinha, logo quano chega é banho, né o almoço, reposa um poco e vai cuidá deles. (M.J.S. Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012).

A possibilidade de criar animais para complementação da renda familiar, para essa trabalhadora rural reflete que a mesma possui acesso à terra. Esse acesso revela a permanência de características da *morada*, tanto no que se refere à possibilidade de utilizar a terra para a subsistência, como na atribuição da mulher para com a manutenção do roçado, que funciona como extensão da cozinha. Como explicado no segundo capítulo deste mesmo estudo, o trabalho no roçado foi preferido para as mulheres e meninas, haja vista a segurança que este trabalho representava em relação ao trabalho “fora de casa”. Em casos de extrema necessidade, quando os salários não garantiam a alimentação da

5 Ver item 2.6, intitulado “A evolução tecnológica no final do século XX e as condições das assalariadas rurais no Brasil”.

família, as mulheres passam a realizar o trabalho nas lavouras, mas, mantem o roçado sob sua responsabilidade.

Contudo, por ser associado ao sexo-gênero, o trabalho da mulher e da menina passam a compor o papel das mesmas e vai, pelo discurso, perdendo a interpretação de ser trabalho. Somente àquele realizado “fora de casa” e mediado pela relação salarial é conferido o *status* de trabalho entre as trabalhadoras e os trabalhadores rurais. Também por isso, os serviços domésticos de “lavar os panos” – que aponta para os processos de higiene atribuídos a mulher indígena durante o Brasil colônia e que acompanhou a formação social e cultural brasileira⁶ – passa a compor o papel de meninas e mulheres e a reforçar a diferenciação dos papéis transmitida na educação doméstica.

Esse aspecto aparece na entrevista de I.M. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) que comentou, “Cuidá do fazer da casa... Arruma casa, lavá ropa, lavá prato... é tudinho, eu num tenho minina... eu só tenho dois homi, dois minino, [...]”. O cuidado com o que é considerado doméstico e a educação dos filhos e filhas competem às mulheres. Merece destaque a distinção entre meninos e meninas: aos filhos do gênero masculino nenhuma tarefa doméstica é designada, mas o mesmo não seria feito se estes fossem filhas.

A análise entre as trabalhadoras, das demais jornadas de trabalho pode ainda ser diferenciada conforme se pode perceber na fala de F.K.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), “[...] quando chego eu vou busca [os filhos], aí vou faze os serviço de casa.” E, também na de C.O.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), que aclarou sobre assunto: “Eu chego em casa cansada, tomo banho, almoço e vo dormi! Quando acordo, vou faze siviço... quando tem ropa pra lavá... Num tenho minino mais, tudo casado!”.

As trabalhadoras ao admitirem que fazem “o serviço de casa” também associam a esse “serviço” ao cuidado e a educação das crianças. Quando crescidos e passando a não residir mais na mesma residência que as mães, a ausência do cuidado com os filhos justifica o descanso depois da jornada nos canaviais.

Trabalhar nas plantações, cuidar dos filhos, higienizarem a casa e os utensílios domésticos, ou cuidar do roçado, podem diferentemente compor as

6 A relação da mulher gentia com os processos de higiene foi relatada no primeiro capítulo, apoiando-se nos estudos de Freyre (1999).

jornadas de trabalho das mulheres assalariadas rurais, fazendo-as refletir ou aparecendo nos diferentes aspectos sobre o tempo trabalhado, a divisão sexual do trabalho e a divisão dos papéis.

3.2 OS MATERIAIS UTILIZADOS E AS SUBSTÂNCIAS MANUSEADAS: CONDIÇÕES CONCRETAS DE TRABALHO E SEGURANÇA

As atividades realizadas determinam os materiais e equipamentos utilizados. No que tange as atividades realizadas M.J.N. (Trabalhadora rural. Entrevista em setembro de 2012), obteve-se da entrevistada a seguinte explicação: “Eu semeio calcário, semeio adubo, eu limpo mato. De serviço de mulé são vários, depende do dia, pra saber o que vai precisar né? Todo dia tem que fazer um [...]”.

A divisão sexual do trabalho influencia no uso dos equipamentos. É uma divisão vivenciada cotidianamente, que atravessa séculos e perpassa as diferentes maneiras de medir o trabalho ou o tempo de trabalho. No primeiro capítulo chamamos a atenção para a divisão do trabalho entre escravos e escravas nos engenhos, estudada por Andrade (2011). Também já indicamos a permanência dessa divisão durante a *morada*. A manutenção dessa divisão e a sua permanência incorporada no assalariamento merece análises cuidadosas. M.J.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) comentou: “[...] vai fazer vinte oito anos que eu trabalho [risos] só trabalho de mulhé, limpa arranca de capim, semeio de adubo e semeio de cana [...]”.



FIGURA 5: Trabalhadora rural “semeando calcário”.

FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

R.M.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em junho de 2012), questionada sobre quais eram/são as atividades realizadas pelas mulheres, assim responde:

[...] na colheita da cana, no prantio, no trato, que existe o prantio e o trato, né? E também na moagem, porque, por exemplo, [...] se ela num corta, mas ela juntá a cana, se apanhadera num vier fazer aquele serviço todo, mas elas tão também na moagem, faz todo um serviço, sem falar que tem serviço que ela faz mais bem feito que o home, combina mais com ela que o home, como por exemplo cambiar a cana, samia o adubo, os home acha mais dificuldade [...].Elas tem mais jeito de fazer, por exemplo eu, samiei muito adubo, já tem home que não quer, eles se atrapalham mais, posta mais de calcaris, sempre isso eles botam mais a mulhe, até combina mais, ela faz mais direito, ela faz bem mais bem feito, porque a cana tem que ser bem samiada, que chama acorrentada,e como combina mais com elas, elas faz com mais afeição e esse serviço sempre é direcionado as mulheres, os home também faz, mas até o patrão ele gosta que dê prioridade a mulheres.

Apesar da afirmação de que as mulheres realizam todas as tarefas relacionadas desde o cultivo até a colheita da cana-de-açúcar, importante descrição do trabalho que aparece neste o trecho da entrevista, indica a realização pelas mulheres de atividade auxiliar àquela realizada pelo homem. No presente século, as mulheres na Zona da Mata de Pernambuco continuam realizando os trabalhos manuais, e por isso auxiliam nas atividades que predomina uso das máquinas agrícolas, operadas por homens. Quando o uso das máquinas e o trabalho da mulher se associam, a explicação de R.M.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), é a seguinte: “[...] se ela num corta, mas ela juntá a cana, se apanhadera num vier fazer aquele serviço todo, mas elas tão também na moagem, faz todo um serviço [...]”

Historicamente, - apesar de parecer ser naturalmente, pela forma como as trabalhadoras se colocam - as mulheres foram impedidas de “cortar” a cana-de-açúcar. Essa proibição, não registrada, nem legitimada em mecanismos legais, se mantém alicerçada na divisão sexual do trabalho e sustentada pelo ideal de mulher frágil, que precisa trabalhar menos horas em relação ao homem, e que requer proteção. Enquanto o corte, mecanizado ou não, fica a cargo do homem, que tem acrescido ao seu salário adicionais incorporados, pela realização daquela tarefa mais próxima do processo de beneficiamento da plantação.

Sobre a não participação no “corte da cana” M.L.F. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), explica os instrumentos que utiliza, enfatiza o que faz e aponta para o que não faz: “Oe é enxada, é balde... Agora mesmo eu to com balde! É tudo, eu tiro conta, eu arranco capim, semeio cana, eu adubo, semeio calcário, embola cana, faz tudo só num corta cana né?”. Semelhantemente, I.M. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), comentou: “[...] eu faço de tudo, só num faço corta cana, mas o resto eu faço”.

Pelo distanciamento do trabalho no corte justificado pela realização de “trabalho de mulher”, a apropriação desta separação justifica a menor remuneração das tarefas *de mulher*. Por outro lado, percebe-se que, mantida a divisão sexual do trabalho, esta divisão atual tem por justificativa a necessidade do trabalho de melhor qualidade para manutenção dos lucros. Ao manter a mulher realizando atividades que se associam ao ideal de fragilidade e de compromisso com o cuidado no espaço privado familiar, como o semeio e a aduba-

ção, exclui-se da trabalhadora a possibilidade de realizar quaisquer trabalhos mecanizados. E novamente, os trabalhos manuais, sendo menos valorizados, o salário da mulher é menor.

Pelo distanciamento das máquinas e equipamentos agrícolas na realização do seu trabalho, utilizam-se, consequentemente, de instrumentos cortantes (machados, facões, enxadas) e reservatórios ou baldes (onde armazenam e transportam adubo, calcário, etc.). O manuseio desses instrumentos e materiais é também regulamentado pela NR 31, que prevê que as ferramentas devem proporcionar ao trabalhador condições de boa postura, visualização, movimentação e operação.

No entanto, não é bem isso que se verifica. Tanto as trabalhadoras como os trabalhadores se utilizam de facões, sendo a ferramenta utilizada da maneira que considerarem certas e adequadas à sua habilidade e agilidade. No caso, constata-se a ausência de treinamentos para o manuseio de tais ferramentas empregadas na jornada diária de trabalho.

Quando o assunto é a segurança durante o uso desses equipamentos o empregador deve exigir que as trabalhadoras utilizem os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, bem como orientá-las sobre o uso dos mesmos. O que se encontra na realidade, todavia, são trabalhadoras que nunca participaram de palestras, cursos, qualificações, ou quaisquer treinamentos para o uso de equipamentos de proteção individual, ou que não se utilizam deles. Nas observações de campo – realizadas em 20 de agosto de 2012 – constatou-se que no plantio de cana, durante a aplicação de calcário, nenhuma trabalhadora fazia uso de máscaras de proteção. A não capacitação para o uso dos EPIs coloca as trabalhadoras diante do risco de responsabilização individual, quando em caso de possíveis acidentes de trabalho a mesma estiver fazendo uso incorreto de EPI ou até mesmo sem utilizá-lo.

A resistência ao uso do EPI tem, ainda, um traço histórico a ser considerado. O conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais inicia suas atividades no campo na infância e é ensinado pelos mais velhos a manusear equipamentos e materiais. Quando se tornam empregados das usinas, pela força do conhecimento transmitido, homens e mulheres resistem ao uso dos equipamentos e continuam a utilizá-los como aprenderam, – leia-se sem uso de EPI – até mesmo quando os equipamentos são fornecidos pelas empresas.



FIGURA 6: Trabalhadora no plantio
FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

A disponibilidade dos EPIs e o seu uso diferem entre as trabalhadoras conforme o empregador. M.J.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) anota “O material todinho é da empresa! Da bota, gorro, lá num dexe trabalha sem isso não, é luva...”. Enquanto F.K.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) considerando-os excessivos, lista: “É luva, avental, é tanto da coisa... é óculo, bota, é boné [...]”.

I.M. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), revela, no entanto, a situação seguinte:

As luvas é... vez em quando a empresa manda, e quando num manda eu compro, e quando a empresa manda num presta, é dura... ela espinha o dedo de nós, espinha o dedo de nós, ele corta; aí eu pego do aos outros mas num fico com ela não! Tava trabalhano sem bota ai levei um corte no pé, ainda fui pra Usina tirei 5 dia de atestado, porque eles num dá material também, e quando da o material deles num dá no pé da pessoa...

Um alerta para os acidentes com afastamento do trabalho, e a falta de EPIs fica explicitado. São acidentes que podem acontecer com ambos os sexos, mas que podem comprometer, entre as mulheres, a realização das outras jornadas de trabalho, analisadas no item 4.2, deste capítulo.

A falta e o não uso dos EPIs podem ainda comprometer de maneira singular a saúde da mulher, inclusive sua saúde reprodutiva, dadas as diferenças fisiológicas entre homens e mulheres. Ou seja, mesmo que a falta do EPI seja constatada para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras os impactos serão diferentes. Primeiro, porque as tarefas são diferentes, os equipamentos utilizados também o são, conforme analisou-se neste item, e em consequência disso, os equipamentos de proteção a ser utilizados também diferem entre homens e mulheres. E segundo, porque homens e mulheres são fisiologicamente diferentes, sendo os impactos na saúde distintos para cada sexo.

3.3 COMO CHEGAM AO TRABALHO? MORADIA E DESLOCAMENTO DAS MULHERES ATÉ AS PLANTAÇÕES

No início do século XX as usinas – e também as fábricas de fiação e tecelagem – construíam nas imediações das suas indústrias casas ou vilas operárias, fazendo desaparecer o problema do transporte até as mesmas, como já foi explanado no item 3.2 do capítulo anterior.

Convém assinalar que no período anterior, as relações de moradia ou o arrendamento também foram responsáveis pela fixação das trabalhadoras nas proximidades das plantações. Ou, antes ainda da moradia, índios e pessoas negras ou mestiças ocuparam espaços apropriados posteriormente, para a expansão da lavoura.

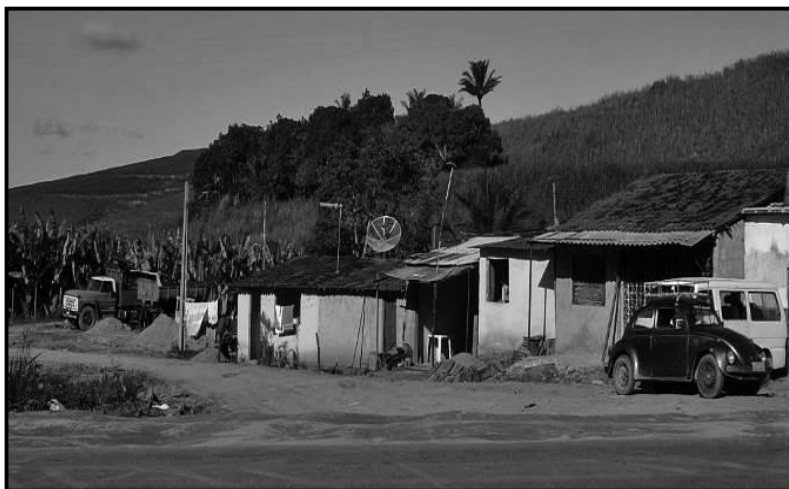


FIGURA 7: Moradias da Antiga Usina Massauassu, margens da PE-45.

FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

Como também já foi exposto neste capítulo, somente 15% da população da Escada reside no campo. Esta população encontra-se distribuída entre as terras dos antigos engenhos, nas casas das Usinas ou em espaços apropriados pelas famílias dos trabalhadores e trabalhadoras dos engenhos “fechados”, e ainda em assentamentos rurais provenientes das lutas pelo acesso à terra e Reforma Agrária.

Para as trabalhadoras rurais, a Convenção Coletiva 2011-2012, através da Cláusula 18ª, estipula que as moradias, ao serem fornecidas pelos empregadores, deverão preencher os requisitos mínimos de salubridade, higiene e segurança, e consequentemente os requisitos: paredes rebocadas e caiadas, piso de cimento, mínimo de um banheiro com respectivas instalações sanitárias e luz elétrica, quando existente na propriedade.

A pesquisa realizada mostrou que todas as sete entrevistadas contavam com energia elétrica. Mas, quanto às instalações sanitárias e água encanada e tratada as dificuldades são diversas e variam conforme a origem e a localização da habitação. Entre as mulheres, conforme seus relatos, percebeu-se que existem aquelas que utilizam água das cacimbas, ou dos açudes e as que pagam

pelos serviços da Companhia Pernambucana de Saneamento, variando conforme as proximidades com o perímetro urbano e os recursos que as famílias conseguem dispendar para conseguir água. Sendo assim, as instalações sanitárias, ficando na dependência do abastecimento de água, podem existir ou não.

A fala de M.J.N. (Trabalhadora rural. Entrevista em setembro de 2012), ilustra uma das formas utilizadas para o acesso ao abastecimento de água⁷. “A água foi a gente que colocou, com o dinheiro da gente mesmo. Juntou dinheiro e puxô a água. Porque antes a dificuldade era grande, chegava cansada do trabalho e fica botando água, e principalmente com as menina dento de casa”.



FIGURA 8: Engenho Califórnia - moradias entre os canaviais.

FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

⁷ No item 4.6, deste terceiro capítulo retomaremos ao assunto, analisando a relação entre saneamento e saúde.



FIGURA 9: Moradias do Antigo Engenho Timbo-Assú, hoje ocupadas por trabalhadoras e suas famílias.

FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

Quando ao deslocamento, constatou-se que não varia conforme o local onde se reside. Independentemente de residir no rural, ou no urbano, o deslocamento até a área em que deverão ser desenvolvidas as tarefas, tendo em vista a dimensão das propriedades latifundiárias, deve ser realizado, valendo-se dos meios de transporte disponíveis.

A Convenção Coletiva 2011-2012, explica que o deslocamento é de obrigação do empregador, podendo este terceirizar o serviço ou não. Na cláusula 58 da mesma Convenção, por medida de segurança assegura-se:

O transporte de trabalhadores deverá ser feito prioritariamente em ônibus ou, excepcionalmente, em caminhão adaptado e com destinação específica para tanto, devendo satisfazer as condições técnicas e de segurança, conforme definidas na legislação específica, § 2º do artigo 87 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito: banco fixo, cobertura e local separado para o trans-

porte de ferramentas, observando-se, ainda, as novas disposições específicas de segurança, previstas na Lei nº 9.503, de 23.09.97, em vigor a partir de 23.01.98, observadas as determinações da NR-31 Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura, aprovada pela Portaria nº 86, de 03.03.2005 (DOU de 04.03.2005) do Ministério do Trabalho e Emprego (FETAPE, STRs, 2011).

Quanto ao posicionamento dos empregadores, estes na tendência de assinarem o Compromisso Nacional (2012) se “comprometem voluntariamente” a fornecer transporte seguro e gratuito aos trabalhadores para as frentes de trabalho no campo; mantendo a condição material dos ônibus ou veículos adaptados, o registro e licenças dos veículos; documentos e habilitação dos condutores; inspeção periódica dos veículos, uma sendo feita necessariamente antes do início da safra; boas práticas na utilização dos veículos; e gestão de sistema de transporte.

M. J. N. (Trabalhadora rural. Entrevista em setembro de 2012), que reside em casa da Usina, com seu companheiro, as duas filhas e três netos e onde residiram seus pais e irmãos, fala sobre o transporte: “Tem dia que vai montado, tem dia que vai de pé né? Indo longe... Que nem assim em Jussara, como você viu ali vão de pé ali, mas sendo longe a gente vai de trator a gente espera ele vir de Andreval [outro engenho] pra ir pra lá”.

Ser transportado/a em um trator é comum entre os homens e mulheres que trabalham nos canaviais. As estradas de barro, sem asfalto, também chamadas na cidade de Escada de rodagens, inviabilizam o trânsito de veículos leves nos dias chuvosos na região. Nem sempre o transporte previsto pela legislação refere-se àquele que pode ser utilizado, apesar dos tratores serem inadequados para o transporte de pessoas e ferramentas a serem utilizadas.

Constatou-se igualmente que o deslocamento com transporte disponibilizado pelo empregador é uma realidade para as trabalhadoras. No entanto, é improvável que esses empregadores conseguirão disponibilizar um transporte extremamente seguro, enquanto as estradas e “rodagens” estiverem desprovidas de infraestrutura adequada às condições para o trânsito de pessoas, como os mesmos afirmam pretender garantir.

Uma característica importante do transporte entre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais é a separação de homens e mulheres em veículos diferentes. I.M. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) conta: “Vem um ônibus na pista pegá noi”. Ainda essa mesma trabalhadora afirma que só realizada trabalho entre mulheres. Neste caso, o “noi” indica que o ônibus utilizado é comum às mulheres. Essa divisão acontece em função da divisão sexual do trabalho nas plantações de cana-de-açúcar. Como as mulheres realizam atividades atribuídas ao seu sexo-gênero elas seguem juntas para a plantação ou a parcela de terra a ser cultivada, ou adubada, por exemplo, transportando os mesmos materiais, equipamentos de proteção individual, e começando as tarefas ao mesmo tempo.

3.4 O ACESSO À ESCOLA – O ANTES E O AGORA

O acesso à educação é demarcado por dois momentos distintos: o antes e o agora. Em função das idades das trabalhadoras o antes foi quase sempre marcado pelo trabalho infantil, precariedade das estradas e do acesso à cidade ou inexistência de escolas em agrovilas e em torno dos engenhos. A infância, concebida entre elas como a idade ideal para o acesso à escola formal, foi para essas mulheres a fase de desenvolvimento marcada pela necessidade de receber o valor referente à metade de um salário para *ajudar* nas despesas familiares. O trabalho da criança e da mulher foi seguidamente perpassado pela necessidade de garantir alimentação e vestuário aos muitos filhos e irmãos/ãs, em momentos de desproteção do Estado e de salários baixos para ampliação do lucro e da acumulação capitalista.

O acesso à escola também competia com o período das safras, quando a produção exige mais trabalhadores/as, e o trabalho é mais bem remunerado pela sua proximidade com o trabalho industrial. A educação formal era, por isso, partida. I.M (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) aos 50 anos, diz: “Aprendi só a assiná meu nome”.

A complicada permanência ora nos canaviais e ora na escola, apresenta-se na entrevista de M.L.F. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) de 52 anos, ao relatar em detalhes a necessidade do trabalho e o acesso à escola: “Fui pra escola, mas nesse tempo num era que nem hoje, minha mãe tinha

muito filho, mas no campo só tinha eu e ela, e eu era pequena e pegava meio salário, pra ajudá minha mãe. Minha escola foi o cabo de enxada até hoje”.

M.J.N. aos 50 anos, também recorda da infância nos canaviais, assinalando a divisão sexual do trabalho: “Já comecei num tinha nem idade, com oito, eu comecei a trabalhá, mas já que era de menó, ficava só assim né, de menó. Depois quando fui trabalhá mermo, aí vai fazer vinte oito anos que eu trabalho [risos] só trabalho de mulhé,[...]”.

Agora, na idade adulta não frequentam a escola, acreditam “não ter mais idade”. Depois das jornadas de trabalho o corpo já indica para sinais de cansaço, e a distância até o espaço urbano para aquelas que residem no rural é mais um complicador para o acesso a educação. Quando provocada a falar sobre o acesso à educação, R.M.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em junho de 2012) fala:

As mulheres não vão pra escola. Tã acontecendo o EJA lá agora e [sinal de negativo com a cabeça]... uma turma toda de primeira e segunda série ... Porque eu *estô* fazendo quinta série, você tá vendo, e eu tenho que chega em casa de dez e meia da noite nos ônibus que, sem segurança nenhuma, quê os piores ônibus vai pra zona rural, o melhorzinho do governo, viu? Esses que são amarelinho, são do governo mas da zona rural se você ver da uma dor de barriga, de péssimo que é os ônibus, e seguro nenhum, aí é precário pra mim, é precário, precária mesmo é a situação da educação e saúde da mulher, e do homem e das nossas crianças da zona rural, péssimo.

O deslocamento até a escola é difícil para homens, mulheres e crianças que precisam chegar até a cidade para receberem educação pública. Contudo, o cansaço físico é para as mulheres um fator de relevância, mesmo quando residem próximo à escola. I.M (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), que na infância “aprendeu a assinar seu nome”, explica: “Que a escola aqui é pra estudar de noite, e de noite eu num aguento não. Eu me levanto muito cedo pra trabaiaí... Ai num tem condição de eu ir não. Pra eu pra ficá dormino lá é milhó fica em casa dormino logo...”.

Outro fator remete-nos ao papel da mulher. A maternidade valorizada no Brasil, principalmente depois do século XIX, com a emergência das famílias tipicamente burguesas (D'INCAO, 2009), constitui-se enquanto papel, sustentado pela moral, e que pode ser priorizado em relação à educação formal, como ilustra a fala de F.K.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012): “Eu parei de estudar, com os minino fica difícil!”. A referência aos filhos, nos remete a sua atribuição de cuidar e educá-los, mesmo que apenas em um turno do dia, revelando ainda, a ausência de creches.

Nos fins do século XIX e início do século XX, segundo D’Incao, (2009, p. 229), “[...] ganha força a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos [...]”. Dentro do espaço doméstico, ou nos engenhos na Zona da Mata de Pernambuco, as mulheres têm o dever de transmitir ainda saberes populares, principalmente, as meninas que deverão desempenhar os cuidados com a casa, com os utensílios, os alimentos e o vestuário.

Em 2012, o Programa Chapéu de Palha Mulher, que articula em todo o estado de Pernambuco, projetos de educação, saúde e demais direitos sociais, dispensou para as trabalhadoras da Escada cursos profissionalizantes de aplicação de gesso, cerâmica e eletricitista. No município, o Programa é operacionalizado pela ONG Mulher Ação, que também oferece o curso de Políticas Públicas.

Entre as sete assalariadas entrevistadas nenhuma participou dos cursos⁸. Assim, mesmo na tendência de aumento dos mecanismos estatais para promoção da escolarização entre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, o acesso das assalariadas rurais à educação é ainda um direito formal.

3.5 OS DIREITOS DE SEGURIDADE SOCIAL PELAS TRABALHADORAS

Com a chegada do século XXI, vivencia-se a mercantilização da saúde, a previdência social tem sido reformada ou criam-se propostas de refor-

8 Somente uma análise do Programa poderia oferecer os subsídios para a discussão aprofundada deste dado. De acordo com o presente estudo demonstra-se que as dificuldades relacionadas ao acesso à escola em que se realizam as aulas, as jornadas de trabalho, bem como a importância das trabalhadoras na conjuntura de desenvolvimento econômico do estado, são elementos importantes para justificar a não participação no Chapéu de Palha Mulher.

mas, para caracterizá-la como seguro social, enquanto a Assistência Social se expande. Nessa tendência, de separação e focalização, já que cada política passa a ser estruturada e atacada, diferentemente, apesar da lógica ser a mesma – de mudança nas respostas à questão social por parte do Estado – as trabalhadoras rurais assalariadas passam a interpretar e acessar a cada direito de forma diversa, influenciando ou sendo influenciadas pelas condições de vida e de trabalho daquelas mulheres.

Sobre o direito a saúde, as trabalhadoras associam-no com acesso às unidades. F.K.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012) diz: “Quando precisa vai praí mermo [Policlínica de Frexeiras], se num tivé, vai pra Escada, ou se não faz partículá, porque hoje em dia de graça quase nada presta. Exame mesmo faz partículá, exame”.

Por residir no mesmo Distrito escadense C.O.S. (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), semelhantemente explica: “Vai aqui [Policlínica de Frexeiras], e se num tivé vai em Escada...”. E, M.L.F (Trabalhadora rural. Entrevista em dezembro de 2012), “Eu vou aí mesmo, na Policlínica [de Frexeiras] mesmo!”.

O equipamento de saúde, acessado pelas trabalhadoras, a Policlínica de Frexeiras, refere-se a uma unidade municipal, vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), e que disponibiliza serviços de urgência e emergência. Ele é o equipamento utilizado como porta de entrada pelas trabalhadoras que foram entrevistadas na localidade, mas não se constitui como único meio de acessar o direito a saúde.

A necessidade de pagar por atendimento à saúde revela o acesso das mulheres a serviços de saúde oferecidos pelo mercado. Como analisou Bravo (2010, p.213), a contenção dos gastos com racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidade do poder do Estado fazem parte do projeto de reatualização do modelo médico assistencial privatista, que consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar. Esse mínimo passa a ser, entre as entrevistas aqueles serviços, atendimentos ou medicamentos que estão disponíveis na Policlínica. Na falta deles, recorre-se ao Distrito Sede, ou a possibilidade de recorrer ao mercado, para pagar pelo atendimento em saúde.

A maneira encontrada para a prevenção à saúde explicitada no trecho da entrevista de M.J.N. (Trabalhadora rural. Entrevista realizada em setembro de

2012), diz: “Faço sempre meus exames sim. E eu vou ficar doente pra ninguém?! Fiz uma vez no Santa Clara [um hospital privado]. E as outras vez fui pro Cabo”; revela que os serviços de saúde públicos e os privados são utilizados em consonância com a disponibilidade dos mesmos no território.

Ainda sobre os exames e a necessidade de pagar R.M.S. (Trabalhadora rural. Entrevista realizada em junho de 2012) comentou: “[...] exame de prevenção se elas tive setenta reais pra pagá elas *faze*, e se não tivé elas não vão *fazê*, principalmente da zona rural, elas não fazem, *quê* tem um Posto de Saúde da Mulher na Vila Operária, ali aquele que sabe, ta péssimo, [...] e quando acontece de pegar a ficha e fazer elas não vem pegar o resultado [...]”.

Contudo, entre as trabalhadoras existem aquelas que certamente não podem pagar pelo atendimento. É o caso de I.M, que fala em nome da sua família: “Nós paga não, vai mais pra Mista do Cabo!”. A não possibilidade de pagar leva a estratégia de recorrer ao município vizinho. Mas, esse recurso é novamente emergencial, já que a Unidade citada pela trabalhadora é de Emergência, e que essa mesma mulher revelara nunca ter realizado exames ginecológicos ou mamografias, nos 47 anos de vida.

A realização de exames preventivos⁹, por exemplo, nos serviços de saúde, é fundamental para tratar e garantir qualidade de vida às mulheres com câncer de mama ou ginecológico. Entre as trabalhadoras, eles ainda podem aparecer como cuidado esporádico, ou sem a regularidade recomendada, como afirmaram C.O.S. (Trabalhadora rural. Entrevista realizada em dezembro de 2012): “Já fiz. Faz um tempinho, mas eu já fiz”. E M.L.F (Trabalhadora rural. Entrevista realizada em dezembro de 2012): “Exame de mama, eu já fi, mas faz tanto tempo que eu nem me lembro mais da era...”

Outro aspecto que merece ser levado em consideração é a separação entre os níveis de atenção à saúde, ou a inexistência de promoção e prevenção à saúde nos serviços públicos disponíveis para as trabalhadoras rurais. Na Policlínica, as ações curativas estão desarticuladas das ações preventivas, que são pagas por aquelas que podem pagar.

9 Nesse estudo, dados o seu objetivo e os objetivos do capítulo, evitaram-se as perguntas sobre a violência ou DSTs. Optou-se pelas perguntas por exames preventivos, ao invés daquelas que se relacionam com violência sexual e doméstica, haja vista os altos níveis de prevalência de doenças preveníveis na população que não tem acesso a saneamento básico, educação e transporte, por exemplo.

Em função das relações diferenciadas de gênero, justifica-se no Brasil a existência da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), desde 2004. Nesse sentido, tal política – e os Planos e Pactos que surgem desse marco legal – incorpora ao direito à saúde, o direito de toda mulher ser atendida levando-se em consideração as desigualdades entre os sexos-gêneros, para uma atenção que respeite os direitos humanos da mulher e a promoção da saúde.

Por considerar que, sendo este um país em que as doenças crônico-degenerativas, as infecciosas e transmissíveis, as decorrentes de violências e ou uso de automotores revela-se a necessidade de problematizar aspectos do perfil epidemiológico das mulheres brasileiras e das mulheres escadenses. Falar sobre mortalidade materna, atenção obstétrica, DSTs, violência sexual e doméstica e doenças crônico-degenerativas e câncer ginecológico, diante da existência de marcos legais, requer a compressão sobre as condições de vida das mulheres e das particularidades das mesmas. Mas, pelo que foi colocado pelas trabalhadoras revela que os níveis de atenção encontram-se desarticulados entre si, e não levam em consideração as condições de trabalho das canavieiras e o perfil epidemiológico das trabalhadoras, que expressam as desigualdades entre os sexos-gêneros a que se refere a PNAISM, ficando o acesso ao direito à saúde mesclado com o direito das consumidoras, dos serviços assistenciais privados.

Numa reflexão sobre o conjunto – complexo – dos determinantes e das condições de saúde, R.M.S. (Entrevista realizada em junho de 2012), aflita, explicava:

[...] existe um Programa, o PSF que você sabe é muito antigo já, o médico da família, e *em cada lugares* que forma um pólo, como por exemplo a Usina Barão é um pólo do Engenho Matapiruma, Limoeiro Velho, Jundiá Grande, Campestre, Pixau, Mameluco e Caçupim, é um pólo da antiga Usina Barão Usina Barão que faliu), e lá existia uma PSF, e existe só que só as parede, vem um médico só que em tempo de política, *passô acabô*, as estrada são péssima, são 6 quilometro daqui até a Usina e é péssima a rodagem no inverno, a Usina só passa a máquina na moagem (...) e lá esse posto existia de tudo, tinha dentista lá, lá tinha prevenção do útero, lá tinha clínico geral todos os dias, existia uma farmácia da LAFEPE pra ser dá um remédio, de vitamina, remédio de

verme, remédio de pressão, essas coisa toda lá existia, e as agente de saúde estava nas casas *verificano* a pressão, toda aquela coisa de acompanhamento de criança *disnutrida*, essas coisa toda existia hoje não existe mais, foi desativado, (...) e continua lá, o médico aparece vez em quando. Mas, as coisa mais pesada as bichinha vem no carro (se você vê o carro dá desgosto) uns pau de arara bem velho, as carroceria amarrada de corda, elas vem grávida fazer pré-natal, elas vem trazer menino pra vacinar do Matadouro Velho, do Matadouro Velho, vem quando chega aqui vai enfrentar uma fila, não vai dar tempo de pegar uma ficha e são totalmente *projudicada*; [...], aí é precária a situação da saúde da mulher ... tanto da área urbana, aquelas que são mais pobre, das periferia como da zona rural é que é precária, a saúde da mulher é precária [...].

No trecho da entrevista de R.M.S., indicado anteriormente, se sobressaem a relação entre saúde, infraestrutura de transportes, disponibilidade do serviço, necessidade de profissionais e insumos. A “*saúde precária*” para as mulheres pobres, tanto urbanas como rurais, e a necessidade de pagamento, que aparecem nas entrevistas desvelam os impactos do projeto de saúde privatista, entre as canavieiras e as mulheres que residem no meio rural. O projeto corroeu os serviços públicos e o Estado mesmo com o marco legal, a Lei 8080/90, a PNAISM, entre outros, que defendem a integralidade, universalidade e a saúde pública, não garante a efetivação dos mesmos.

De acordo com a Lei 8080/90, a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, alimentação, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, a renda, educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; entre outros fatores. M.J.N. (Trabalhadora rural. Entrevista em setembro de 2012) explica que,

Quando fica doente, assim, a gente paga um motorista pra levá né, um dinheirão medonho. Quando ta num caminho enxuto ele cobra cinquenta, quando ta caminho molhado cobra cem; as vez cento e cinquenta, daqui pra rua e vai nesse ônibus aí que é da escola, porque tem moto, mas moto num aguenta, ninguém.

Mesmo que os serviços utilizados pelas trabalhadoras sejam aqueles públicos municipais, que compõem o SUS, sem *dinheiro*, eles não poderão ser acessados. Assim os *fatores* infraestrutura, transporte e renda, só para pontuar alguns dos que são estabelecidos pela Lei 8080/90, se sobressaem como condicionantes para o acesso aos serviços entre as trabalhadoras. Entre as trabalhadoras, quando a saúde se limita, em suas falas, ao acesso aos serviços de saúde que estão localizados no espaço urbano, a necessidade de recursos financeiros individuais é explícita. A inexistência de transporte público e a qualidade das rodagens pode tornar o *urbano* cada dia mais “*afastado*”, e por estarem localizados nos espaços urbanos os serviços ficam *distantes*, fisicamente e socialmente.

No tocante ao saneamento básico e meio ambiente, esses fatores referem-se, entre as trabalhadoras, ao uso de água *não tratada*, ou água bruta, que advém das cacimbas e poços perfurados próximo às suas moradias. Na possibilidade de utilizar-se dos açudes ou riachos, nas margens dos mesmos, as mulheres realizam tarefas de higienização de roupas e utensílios domésticos, (como se pode perceber nas figuras 12 e 13).

Quanto ao lixo produzido, o destino é dependente do local das residências. As assalariadas que residem em agrovilas ou mais próximas da cidade têm o lixo coletado, enquanto aquelas que residem nos *engenhos*, ou espaços rurais podem depositá-los próximo as residências ou ainda queimá-los, arriscadamente. Decorre daí a compreensão de que, ao mesmo tempo, as condições de vida determinam, e são também, determinadas pelo acesso e a efetivação do direito à saúde.



FIGURAS 10 e 11: Mulheres em açude do Engenho Califórnia
FONTE: Aline de Souza Souto, 2012.

Quando o assunto é Assistência Social, o Programa Bolsa Família, além de conhecido, foi ou ainda é acessado pelas trabalhadoras que participaram do presente estudo¹⁰. Para elas a importância em dinheiro garantida pelo Programa passa a representar a possibilidade de aumento na renda familiar, e de acesso ao consumo de bens e serviços de mercado.

¹⁰ A expansão da Assistência Social foi brevemente analisada no capítulo anterior.

Já em relação à Previdência Social, o contato das trabalhadoras com os serviços tem acontecido por intermédio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da Escada. Como exposto no capítulo anterior, a inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no sistema previdenciário remonta a aprovação do ETR.

Sobre o direito a aposentadoria e o percurso para consegui-la R.M.S. (Trabalhadora rural. Entrevista realizada em julho de 2012), explica:

[...] ao chegar o tempo dela se *aposentá, mesmo sem nunca ter assinado a carteira, ela também tem o mesmo direito, é... de aposentar, o mesmo direito que eu, que eu estou fichada, contribuíno*, elas também tem o mesmo direito; *que eu estou fichada, contribuíno*, elas também tem o mesmo direito; [...] é o mesmo de declarar a maternidade e de se aposentar, só muda a espécie. Da mesma *maneira* um auxílio doença, todo um direito que uma mulher assalariada rural fichada tem, uma agricultora ela pou-pando, ela associada do Sindicato ela também tem direito.

Entre os avanços da Constituição de 1988 encontra-se a ampliação dos serviços previdenciários aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que trabalham com agricultura familiar. Para as assalariadas, as consequências desta relação podem ser positivas à medida que viabiliza-se o contato com trabalhadoras em torno de lutas comuns, através do mesmo sindicato e do respeito às particularidades de cada trabalho, haja vista as diferentes condições de trabalho entre as mulheres rurais.

Entre as trabalhadoras rurais entrevistadas neste estudo, todas elas contribuem com a Previdência Pública, e quase sempre esse direito se configura como um seguro para a idade em que o trabalho já não será mais possível. Mas, a previdência não se reduz à aposentaria, as trabalhadoras afirmaram receber auxílio-doença quando precisaram, e a licença maternidade, inclusive nos casos de aborto ou de natimortos. Sobre esse assunto R.M.S. (Trabalhadora rural. Entrevista realizada em julho de 2012) esclareceu:

Na nossa Convenção tem, aquele aborto de um ou dois mês, *piquininho*, de primeiro elas não ganhava o atestado, mas agora a

gente já conseguiu que ela tem direito a atestado, quinze dias pela Usina e o resto dos dias pelo INSS, pela Previdência Social. É ... se, se teve os nove mês *compreto*, que aconteceu um caso agora a pouco, e a mulher ela tava com os nove meses, estava esperando pra ganhar, e quando ela foi ganhar a criança nasceu morta, mas como ela tinha nove meses ela *ganhô os quatro meses direitinho, sem prejudicá ela né?* Isso elas tão *acubertada* pra isso...

A relação entre o direito à saúde e a Previdência Social, fica expresso na fala. Entretanto, o que se torna preocupante é que essa relação tende a ser desconsiderada na operacionalização das políticas que desconsideram as condições de vida e de trabalho das canavieiras escadenses. Por outro lado, desloca para o campo da previdência e da saúde a *solução* do problema de falta dos EPIs no manuseio e contato com as substâncias utilizadas durante o plantio, uma atividade historicamente realizada por mulheres. Os casos de aborto ou de natimortos vivenciados na cidade, mesmo quando solucionados no direito previdenciário continuam mascarados pelos equipamentos de saúde, como se a Seguridade Social pudesse ser quebrada em direitos polarizados, que não se relacionam ou que simplesmente se repelem.

A Seguridade Social brasileira encontra-se formalizada na Constituição de 1988. Garantidora de direitos, tal Seguridade conjuga os direitos derivados e dependentes do trabalho (previdência social); de caráter universal (saúde) e direitos seletivos (assistência social) (BOSCHETTI, 2009).

Esses direitos deveriam responder pelo atendimento das necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, numa conjuntura em que a seguridade social é a esfera das disputas e negociações na ordem burguesa, segundo Mota (2007). A autora explica também que, a partir dos anos 1990, no Brasil, a seguridade social universal começa a sofrer os ataques das classes dominantes sob a ideologia neoliberal.

Dessa forma, a seguridade avança no plano real, como direitos distintos que não formam um conjunto de direitos indivisíveis e, portanto, humanos. Os direitos passam a ser violados e os ataques aos direitos de seguridade, a fazer parte do cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras, país afora. No Nordeste, e na Zona da Mata Sul, os direitos, garantidos pelo marco legal esbarram nas

condições históricas de trabalho e de vida e no desrespeito aos direitos humanos que as mesmas representam.

3.6 CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO: EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL?

As formas e as condições como vivem e trabalham as mulheres nas plantações de cana-de-açúcar já foram sendo abordadas neste capítulo. O exame dessas condições remete a diferentes indagações. Todavia, emerge uma indagação fundamental: qual a relação dessas condições com a questão social?

A questão social é um fenômeno que por suas características, expressões e manifestações aparentes, possibilita-nos a difícil tarefa de, a partir do resgate dos elementos que compõem a formação social do Brasil e a sua relação com o sistema capitalista, identificá-lo nas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora. A mesma se refere à síntese da exploração dos homens e mulheres, e se fundamenta, na relação das classes que se desenvolvem mantendo o capitalismo, enquanto o Estado responde tendenciosamente a favor do capital.

Nesse quadro, estando as condições de vida e de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais situadas entre aquelas da classe trabalhadora, estas são, portanto, expressões da questão social, manifestando-se a partir da exploração-subordinação, como desdobramento da exploração da classe. As desigualdades entre os sexos-gêneros foram apropriadas pelas relações capitalistas e no Brasil seus efeitos são nefastos, sobretudo no campo, dada a sua subordinação à cidade.

Para Yasbek (2009), a Questão Social se refere à expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Netto (2003), afirma ser a “questão social” determinada pela exploração, enquanto traço peculiar da relação capital-trabalho, sendo resultante do desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Montaña (2012, p. 280), a “questão social”, como fenômeno próprio do modo de produção capitalista, “[...] constitui-se da

relação capital-trabalho a partir do processo produtivo, suas contradições de interesses e suas formas de enfrentamento e lutas de classes”. Arcoverde (2006), por sua vez, considerando-a fenomênica e antiga no Brasil, interpreta-a como síntese do aprofundamento das desigualdades sociais, que se acumularam e manifestam-se nas variadas formas de pobreza, miséria, desemprego e exclusão social.

Para Yamamoto (2009), é impossível dissociar a questão social da sociabilidade capitalista, e suas expressões são capazes de condensar desigualdades mediadas pelas disparidades de gênero, das características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais. Em *Serviço Social na Contemporaneidade*, a autora ainda acrescenta que apreender a questão social é, para os/as profissionais de Serviço Social, apreender como os sujeitos vivenciam.

No município da Escada, as expressões da questão social, vivenciadas pelas trabalhadoras rurais e manifestas nas condições de vida e de trabalho das assalariadas não são satisfatoriamente enfrentadas pelo Estado. O poder municipal desconhece quem são, e como trabalham as mulheres assalariadas nas plantações de cana-de-açúcar. Na Coordenação da Mulher, vinculada à Secretaria de Ação Social do município, inexistiam no ano de 2012, programas ou projetos sociais que considerem suas particularidades e que visualizem as possibilidades de acesso a equipamentos sociais e efetivação de direitos humanos, enquanto a Secretaria de Desenvolvimento de Econômico e Social não tem informações sobre o trabalho rural no município e os impactos das empresas que se instalam no mesmo, desde a sua inclusão no Território Estratégico de Suape¹¹.

Como e onde moram? Como lidam com as jornadas de trabalho? Por que não tem acesso à educação e saúde? As respostas a esses questionamentos não são priorizadas nas estratégias de enfrentamento da questão social, sequer em nível estadual. O Chapéu de Palha Mulher, operacionalizado por uma ONG, não consegue engatilhar melhorias significativas no acesso à educação e irradiar mudanças nas condições

¹¹ Essas informações foram coletadas em julho de 2012, em visita a Prefeitura Municipal da Escada.

de vida e de trabalho, enquanto os equipamentos de saúde continuam com o foco em ações curativas e sem levar em consideração as particularidades das assalariadas nos canaviais.

Os direitos constitucionalmente garantidos são acessados na sua parcialidade, como se fosse possível *quebrar* o sistema de proteção social. Como se percebeu, a trabalhadora que contribui com a previdência, ou que recebe o *Bolsa Família*, não tem acesso a saneamento e habitação própria, e não recebe atendimento especializado em saúde. São condições de vida e de trabalho que ao influenciarem ou serem determinadas pelo acesso aos direitos, apontam para uma invisibilidade ou “invisibilização” das necessidades reais das assalariadas, diante das políticas estatais.

Dada a importância da sociedade civil para o avanço dos direitos humanos no Brasil, os STRs, inclusive o de Escada, têm avançado nas pautas das reivindicações pelos direitos das mulheres trabalhadoras rurais. A participação *das assalariadas* nos sindicatos e a incorporação de suas demandas nas Convenções Coletivas são de fundamental importância para que suas condições de trabalho mantenham-se politicamente posicionadas nas relações entre empregadores e empregados, entre capital e trabalho. Principalmente, quando entre as Usinas da Mata Sul, já se cogita e inaugura-se a assinatura do Compromisso Nacional de Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na cana-de-açúcar, um documento que não faz referência ao trabalho da mulher e às suas necessidades específicas.

Também é de importância considerável a existência de uma Organização Não Governamental que confere visibilidade aos debates sobre as demandas das mulheres, apesar de sua atuação estar limitada ao espaço urbano, arriscando-se que as questões agrárias e rurais sejam colocadas em segundo plano.

Pela exploração-subordinação das mulheres e sua “invisibilidade”, na operacionalização que as políticas sociais têm no município, e manifesta na negação dos direitos à medida que estes são violados, não efetivados ou deslocados para o mercado, na conjuntura política e econômica do município e do Estado, admite-se que mesmo diante das

contradições e dos múltiplos interesses que os mesmos representam, a defesa do enfrentamento da questão social pelo Estado e de acesso aos direitos humanos pelas mulheres trabalhadoras rurais assalariadas, tensiona a forma como a exploração de classe acontece, colocando-nos a refletir sobre as permanências e avanços possíveis após a promulgação do texto constitucional de 1988. Consequentemente, na tensão e na reflexão, acredita-se que pela defesa dos direitos, a luta de classes se mantenha com a tendência do fortalecimento da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreciação dos diferentes aspectos que compõem a formação social, econômica, política e cultural do Brasil ofereceram suporte para a análise das particularidades da questão social no território brasileiro. Este território é marcado por desigualdades regionais e pelas relações de produção voltadas para além do Oceano Atlântico, que banha sua costa.

A exploração quando da chegada das primeiras embarcações, no período da “descoberta”, fez desaparecer, pela via da extração, a madeira de importante valor comercial, o pau-brasil, que recobria a costa brasileira.

A decisão dos portugueses em colonizar o território descoberto condicionou a ocupação, que se irradiou do Nordeste. Especificamente nesta região, a cultura da cana-de-açúcar encontrou solo propício ao seu desenvolvimento, e expressou a viabilidade de tornar a monocultura canavieira funcional ao mercado internacional.

O comércio do açúcar e a sua produção são consequências da relação que a colônia estabelece com Portugal e que este, por sua vez, na posição de metrópole, consegue estabelecer com o mundo. A produção do açúcar, e posteriormente do algodão no Nordeste e do café na porção Sul do território brasileiro, tiveram a produção agroindustrial voltada para a exportação.

Para a instalação dos engenhos de açúcar, no período colonial no Nordeste brasileiro, expulsaram-se os povos ameríndios de suas terras, e em Escada essas expulsões perduraram até o período oitocentista. Ao redor des-

sas unidades tudo passou a ser chamado engenho. E neles, o trabalho escravo baliza o início do trabalho nos canaviais. Na Zona da Mata de Pernambuco e em Escada, homens e mulheres escravizados/as realizaram trabalhos diferenciados, mediados pelas relações que se estabeleciam com os senhores de engenhos.

Com a abolição da escravatura, demarca-se um traço amargo da dominação imposta pelos senhores agroindustriais. Traço este que se arrasta até os dias atuais e refere-se à distinção que se realiza entre o marco legal – o que as leis determinam –, e aquilo que se efetiva para o conjunto da população.

A formalização do fim da escravidão não garantiu que o conjunto da sociedade assistisse no campo o fim de relações escravistas. Mantiveram-se as grandes propriedades privadas, os latifúndios, o patriarcalismo e as necessidades básicas das pessoas escravizadas passaram a ser de responsabilidade dos sujeitos, lentamente transformados em *moradores*.

Na primeira metade do século XX, o município de Escada assiste o encontro entre os canaviais e a industrialização do algodão. Sendo o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras divididos entre a *cana* e a *fábrica de tecidos*. Aqueles e aquelas, que por não terem contratos pela empresa, ou por não possuir os elementos necessários para a sobrevivência na cidade, já que a mudança para as vilas operárias ou para as casas da fábrica espalhadas pela cidade representava a impossibilidade de plantar lavouras de subsistência, permanecem “na cana”.

Os trabalhadores e trabalhadoras dos canaviais assistiram a intervenção estatal com incentivos para o aumento da produção, enquanto suas famílias labutavam nas plantações vivenciando a transição da *morada* para a proletarianização total.

Na entrada da segunda metade do século XX, a proletarianização, no município de Escada e em Pernambuco, foi desacompanhada de direitos trabalhistas. A ausência de direitos impulsionou a luta dos/as trabalhadores/as que se organizam em *Ligas*, e em Sindicatos, por distribuição das terras e condições de trabalho.

Mas, o século guardava um turbilhão de mudanças que acenavam para conjunturas diversas no território brasileiro, sendo conferidas ao Nordeste e às zonas canavieiras, diferentes intervenções do Estado, nas relações entre capital

e trabalho. O surgimento da SUDENE (1959), a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), do Estatuto da Terra (dezembro de 1964), o FUNRURAL e o PRORURAL representaram avanços legais aos moldes *desenvolvimentista* e ditatorial vigente à época.

A exploração das terras, das florestas e dos homens e mulheres continuaram a acompanhar a formação sócio histórica do povo brasileiro. Esse povo, que desde 1988, conquistou um texto constitucional que representa uma avançada Carta Magna em defesa dos direitos humanos, mas que assiste a perpetuação de desrespeito aos mesmos, na prática.

A garantia constitucional está longe de representar às assalariadas dos canaviais, sujeitos deste estudo, e hoje reconhecidas como sujeito de direitos, a efetivação de *todos* os direitos. As condições de vida e de trabalho das mulheres trabalhadoras rurais formam um todo indivisível, que se insere na totalidade das relações de exploração típicas da sociedade capitalista, no Brasil.

Por conseguinte, algumas considerações se fazem importantes e necessárias neste momento:

Conforme se demonstrou neste estudo as relações sociais de sexo-gênero no município de Escada permanecem relacionadas às relações que se estabeleceram com os senhores de engenho quando da escravidão, haja vista que a divisão sexual do trabalho nas plantações de cana-de-açúcar se inicia no período colonial. Dito de outra forma, apesar da introdução relativamente tardia das instalações dos engenhos em Escada, em relação a Pernambuco, a produção açucareira e a divisão sexual do trabalho se articularam aos elementos culturais, sociais e econômicos que compõem a formação histórica brasileira.

Em Escada, essa divisão se expressa nas condições de trabalho das assalariadas nos canaviais e se fundamenta nas desigualdades de gênero, resultando em condições de vida diferenciadas entre homens e mulheres, trabalhadores urbanos e trabalhadores rurais. Condições que, em sua totalidade, são determinadas pelas relações que as classes estabelecem no modo de produção capitalista, leiam-se relações de exploração, e no agronegócio patriarcal instalado em Escada, representando expressões da questão social.

Cabe esclarecer que o agronegócio alicerçado no poder econômico das empresas internacionais, continua a injetar capital financeiro da Zona da Mata Sul de Pernambuco e que recebem apoio estatal para manterem a exploração

do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que precisam vender sua força de trabalho. Para as mulheres este agronegócio é também patriarcal, à medida que são os donos das empresas que reproduzem as desigualdades de sexo-gênero, ao designarem suas atividades no campo, de natureza diversa para uns e outros.

Assim, desembocamos numa outra consideração importante. A divisão sexual do trabalho e as desigualdades de gênero, apropriadas pelo capitalismo, garantem aos donos de engenhos e das usinas, pagamento diferenciado de salários, justificado pela divisão das funções entre os trabalhadores e as trabalhadoras, em Escada. Neste quadro, o tempo trabalhado, o não uso dos EPIs, a falta de acesso a terra, a ausência de regularização fundiária e de moradia, a precariedade das habitações e do acesso ao abastecimento de água, as dificuldades de mobilidade no percurso campo-cidade, o baixo acesso à educação, ou mesmo a falta de acesso, *antes*, e também *agora*, além da assistência precária à saúde, examinadas no terceiro capítulo desse estudo, revelaram o quão necessárias se fazem as garantias constitucionais no plano real, através da interferência do Estado e fortalecimento da sociedade civil e das mais distintas formas de resistência da população trabalhadora, no caso específico, em estudo, das mulheres assalariadas nos canaviais.

Aliada a estas diferentes condições vida e de trabalho, a retração do Estado no embate entre capital e trabalho, quando este deixa de enfrentar a questão social, tornou as mulheres invisíveis às políticas sociais no município. Essas condições ainda não alcançaram patamares satisfatórios para que as assalariadas dos canaviais de Escada sejam consideradas cidadãs de direitos, e livres da exploração-subordinação. Por isso, essas condições continuam a ser identificadas como expressões da questão social e a garantia e o acesso aos direitos ao tensionarem a forma como a exploração acontece e, sobretudo, a estrutura agronegócio patriarcal, emerge, como estratégia para enfrentamento da questão social e de resistência anticapitalista.

As condições de vida e de trabalho das trabalhadoras nos canaviais de Escada demandam por parte da sociedade civil a compreensão de elementos de sexo-gênero, trabalho rural, exploração-subordinação e a necessidade de defesa dos direitos, para sua efetivação, enquanto estratégia de resistir às determinações capitalistas de negação de direitos. Requerem ainda, por parte do

Estado, caminhos para superação da invisibilidade vivenciada pelas trabalhadoras rurais dos canaviais, que ultrapassem os incentivos à expansão agroindustrial ou à transferência de suas responsabilidades para o mercado.

Apesar dessas considerações importantes, o presente estudo passa a exigir que análises de gênero, e de raça/cor sejam agregadas ao mesmo para que a produção do conhecimento sobre a temática não se encerre com estas páginas.

Neste estudo foram apontados ainda aspectos e características que podem servir de base para os estudos sobre a permanência do trabalho agroindustrial no Território Estratégico de Suape e os rebatimentos dos empreendimentos que aí se instalam, nas condições de vida da população escadense e do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras rurais nos engenhos e usinas de cana-de-açúcar. Destarte, esse estudo vai deixando as vias abertas para questionamentos e estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE. Editora Oito de Março, 2005.
- ALBUQUERQUE, Ana Paula de, e VITAL, Tales Wanderley. Programas de governo implementados para os trabalhadores canavieiros de Pernambuco no período da entressafra – década de 90. Anais do I Seminário Internacional Novas Territorialidades e Desenvolvimento Sustentável Universidade Federal de Pernambuco, Recife – 08 e 09 de junho de 2011.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: EDUSC, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Confederação do Equador. Pernambuco Imortal: *Entre mártires e rebeldes*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 5, 1995d.
- _____. A difícil situação dos anos 20. Pernambuco Imortal: *Os caminhos da modernidade*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 10, 1995h.
- _____. A história atual. Pernambuco Imortal: *As questões do setor agrícola*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 13, 1995i.
- _____. A resistência negra era forte. Pernambuco Imortal: *Lutas, revoltas, injustiças*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 3, 1995b.

- _____. *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. Deodoro proclama a República. Pernambuco Imortal: *O império sofre e agoniza*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 9, 1995g.
- _____. O açúcar comandava a economia. Pernambuco Imortal: *O sistema imperial amadurece*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 8, 1995f.
- _____. O açúcar dominava a economia. Pernambuco Imortal: *Períodos de guerras*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 6, 1995e.
- _____. *O Campo e a Cidade*, São Paulo: Brasiliense, 1974.
- _____. O poder dos senhores da terra. Pernambuco Imortal: *Os liberais no poder*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 7, 1995c.
- _____. Os primeiros visitantes e colonos. Pernambuco Imortal: *Nativos e colonizadores*. Recife: Jornal do Commercio, fascículo 1, 1995a.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editora, 1999
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Manifestações da Questão Social no Brasil. In: *Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: Estudos em Representações Sociais*. Orgs. Angela Maria de Oliveira Almeida et al. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2006. p. 27-37.
- ARRAES, Miguel. Pronunciamento de Miguel Arraes. In. *Cana e reforma Agrária*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1970.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Coleção Estudos sobre o Nordeste; v 14.

BORGES, Vera Maria da Rosa; FIORENTINO, Raul. *Análise preliminar da política agrária no Nordeste brasileiro no período 1950-80, enfatizando o Estado de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, Dep. de Arquitetura, 1981.

BRASIL AÇUCAREIRO. Instituto do Açúcar e do Alcool. Nº 8. Rio de Janeiro: IAA. 1972.

BRASIL. Constituição (1988). CONSTITUIÇÃO Da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto nº 20.401, de 15 de Setembro de 1931. Adota medidas para a defesa da indústria e do comércio do assucar. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20401-15-setembro-1931-519317-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BRASIL. Decreto nº 22.789, de 1 de Junho de 1933. Crea o Instituto do Assucar e do Alcool e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22789.htm>. Acesso em 06 jun. 2012.

BRASIL. Decreto-lei nº 53.700, de 13 de março de 1964. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-norma-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BRASIL. Governo Provisório. Decreto nº 19.717, de 20 de Fevereiro de 1931. Estabelece a aquisição obrigatória de álcool, na proporção de 5% da gasolina importada, e dá outras providências. Disponível em: <www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19717-20-fevereiro-1931-518991-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria nº 86, de 03 de março de 2005. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura – NR 31. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF91BAE4A6A38/p_20050303_86.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2013.

BRASIL. Ministérios do Trabalho. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013

BRASIL. Poder Executivo. Decreto nº 76.593, de 14 de novembro de 1975. Institui o Programa Nacional do Alcool e dá outras Providências. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=123069>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto-Lei Nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1110.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 06 jun. 2012.

BRASIL. Poder Executivo. Decreto-Lei nº 6969, de 19 de outubro de 1944. Dispõe sobre os fornecedores de cana que lavram terra alheia e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del6969.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013.

- BRASIL. Poder Executivo. Decreto-lei nº 3855, de 21 de novembro de 1941. Estatuto da Lavoura Canavieira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3855.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- BRASIL. Poder Executivo. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto Da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- BRASIL. Secretaria de Estado dos Negócios do Império do Brazil. Constituição Política Do Império Do Brazil (De 25 De Março De 1824). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm>. Acesso em: 23 fev. 2013.
- BRAVO, Maria Inês Souza. A saúde no Brasil e em Portugal na atualidade: o desafio de concretizar direitos. In.: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 102, p. 205-221, abr./jun. 2010.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 50-81.
- CAMINHA, Pero Vaz de. Carta a El Rei D. Manuel. Edição de base: Carta a El Rei D. Manuel, Dominus: São Paulo, 1963. NUPILL - Núcleo de Pesquisas em Informática, Literatura e Lingüística. CC Publicações Eletrônicas. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/carta.pdf>. Acesso em: 21/08/2011.
- CARLOTO, Cássia Maria. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. In: *Serviço Social em Revista* / publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001.

CASTRO, Josué de. *A geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Base de Dados do Estado – BDE. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/PerfilMunicipios.aspx>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012. Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Pernambuco. Sindicato da Indústria Do Açúcar e do Alcool no Estado De Pernambuco. Sindicato dos cultivadores de Cana de Açúcar no Estado de Pernambuco. Disponível em: <http://www.fetape.org.br/imagens/documentos/FETAPE_CCT_CANA_2011_SISTEMA_MEDIADOR_SOLICITACAO_REGISTRADA.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2012.

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura. Anais do 7º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Brasília: CONTAG/FETAGs/STRs, 1998.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2007.

DINIZ, Raymundo. Revolução e Direito. *Diário de Pernambuco*, Recife, p. 4. 22 maio 1964.

Documentação do Arquivo do Museu: contrato celebrado em 27 de janeiro de 1882 entre o negociante Jovino Bandeira, do Recife, e agricultores de

Escada, para exploração de um engenho central por meio de uma companhia organizada na Europa.

DÉ CARLI, Gileno. *História do Instituto do Açúcar e do Alcool*. Recife: O Autor, 1996.

ESCADA. Prefeitura Municipal da Escada. Mapa da Cidade. Disponível em: <www.escada.pe.gov.br/>. Acesso em: 10 dez 2012.

FIDEPE; Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco /. Pernambuco. ESCADA. Fundação de Informações para o Desenvolvimento de Pernambuco /.; Escada. Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco, 1982.

FERNADES, Florestan. *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo. Editora Global, 2007.

FETAPE - 8º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. 2010, Recife. Anais do 8º Congresso de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Recife. Pingos nos Is – Comunicação e Sistematização. 2010.

FISCHER, Izaura Rufino. *A trabalhadora rural: conscientização política e social na empresa agrícola moderna*. Recife: Editora Massangana, 2000.

_____. *Trabalhadoras rurais e globalização: embates sutis*. Recife: FUNDAJ, DIPES, 2007. (Trabalhos para discussão, 195).

_____. *O protagonismo feminino no contexto da dominação: um estudo no acampamento do Engenho Prado*. 2004. Tese (doutorado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 36ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução: Galeano de Freitas. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GASPARI, Élio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. O Serviço Social na cena contemporânea. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. *Estado e Planejamento Econômico do Brasil*. 5ª ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Mapa das Capitanias Hereditárias. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/divisao-territorial>>. Acesso em 20 fev. 2013.

LEITE, Dante Moreira, 1927-1976. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 6 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. *A cidade autoconstruída*. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

_____. *O tempo desvelado: a autoconstrução de moradia*. In. Cadernos IPPUR/UFRJ/ Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regio-

- nal da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Ano XXI, n. 1, 2007, p. 71-98.
- LOBO, Sebastião Ferreira de Barros. *Enciclopédia de Municípios Brasileiros*. Vol. XVIII. Rio de Janeiro, IBGE, 1958.
- LOPES, José Sergio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed, 1978. (Estudos Brasileiros, v. 10).
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- Meios de produção. In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível na www: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$meios-de-producao](http://www.infopedia.pt/$meios-de-producao)>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MONTAÑO, Carlos. *Pobreza, questão social e seu enfrentamento*. In. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.
- NETTO, José Paulo. *Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”*. In: Revista Temporális. Ano 2, nº 3. ABEPSS, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

- PINTO, Estevão. O Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco. In. *Cana e reforma Agrária*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1970.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. *História Econômica do Brasil*. 48º Reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RAMINIELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In. PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. 9.ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- REVISTA CONTINENTE DOCUMENTO. Para entender o Brasil Holandês. Ano I, nº I. Pernambuco: Companhia Editora de Pernambuco, Ano I, nº I, 2002.
- RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 36ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SGRECIA, Alexandre. *O Assalariado da Cana: a resistência do trabalhador “fichado” à dominação do capital*. 1979
- SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos sobre o Nordeste; v.10).
- _____. *Os Clandestinos e os direitos: Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1979
- SILVA, Edson Hely. *O Lugar do Índio*. Conflitos, Esbulhos de Terras e Resistência Indígena no Século XIX: O Caso de Escada-PE (1860-1880). Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Universidade Federal

de Pernambuco, Recife: 1995. 1995d. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/Lugardoindio.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2013.

SILVA, Girlan Cândido da. *Usina Catende: um olhar sobre as relações de poder, disputas territoriais e o processo econômico solidário em seus domínios*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011a.

SILVA, José Graziano da. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: Instituto de Economia, Unicamp.1996c.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Ed. Universitária da UFPE. Coedição, Salvador: EDUFBA, 2011b.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In. *O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e sociedade*, São Paulo, Cortez, 2010.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. *Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

YASBEK, Maria Cramelita. *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil*. In.: *A Questão Social no capitalismo*. Temporálys. Ano II, n.3, jan/jun, 2001. Brasília: ABEPSS, Grafile.; p. 33 – 40.

ASSALARIADAS NOS CANAVIAIS: Condições de vida e de trabalho
das trabalhadoras nas plantações de cana-de-açúcar de Escada-PE

FORMATO

15,5 x 22 cm

TIPOGRAFIA

Swiss 721 Cn BT

Minion Pro

Editora
Universitária  **UFPE**

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 – Várzea – Recife/PE

CEP: 50.740-530

Fones: (81) 2126.8397 (81) 2126.8930

editora.ufpe.br – livraria.editora@ufpe.br – publicacoes.editora@ufpe.br

Este é um dos títulos publicados com o selo da *Série Novos Talentos*. A iniciativa é fruto de uma ação conjunta entre a Editora UFPE e as Pró-Reitorias para Assuntos Acadêmicos (Proacad) e de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida (Progepe) e visa incentivar a publicação de obras inéditas, produzidas por servidores técnico-administrativos e estudantes em nível de graduação da Universidade Federal de Pernambuco.

A proposta é democratizar a possibilidade de publicação através da descoberta de novos autores que, embora ostentem inegável talento para as letras, têm dificultado o acesso ao mercado editorial por serem neófitos. Todos os títulos foram analisados pela Comissão Editorial da Editora UFPE e representam importantes contribuições para diferentes áreas, tais como literatura, música, teatro, pedagogia, gastronomia, administração pública e tecnologia.

